

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
CAMPUS DE ASSIS

**NARRATIVAS SOBRE GÊNEROS E CORPOS FORA DA CIS-
HETERONORMATIVIDADE: UMA PESQUISA/VIAGEM CARTOGRÁFICA
(SOBRE)VIVÊNCIAS TRANS* NÃO-BINÁRIes NA UNIVERSIDADE**

ASSIS/SP

2020

JOSÉ AUGUSTO GERÔNIMO FERREIRA

**NARRATIVAS SOBRE GÊNEROS E CORPOS FORA DA CIS-
HETERONORMATIVIDADE: UMA PESQUISA/VIAGEM CARTOGRÁFICA
(SOBRE)VIVÊNCIAS TRANS* NÃO BINÁRIeS NA UNIVERSIDADE**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para obtenção do título de Mestre em Psicologia (Área de Conhecimento Psicologia e Sociedade).

Orientador: Dr. Leonardo Lemos de Souza

ASSIS/SP

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Laura Akie Saito Inafuko - CRB 8/9116

F383n Ferreira, José Augusto Gerônimo
Narrativas sobre gêneros e corpos fora da cis-
heteronormatividade: uma pesquisa/viagem cartográfica
(sobre)vivências trans* não-binárias na universidade / José
Augusto Gerônimo Ferreira. Assis, 2020.
152 f. : il.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual
Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza

1. Identidade de gênero. 2. Sexo. 3. Transexualidade. 4.
Universidades. I. Título.

CDD 306.768



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE JOSÉ AUGUSTO GERÔNIMO FERREIRA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 28 dias do mês de novembro do ano de 2019, às 14.00 horas, no(a) Sala de Defesas da Pós Graduação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. LEONARDO LEMOS DE SOUZA - Orientador(a) do(a) Departamento de Psicologia Social e Educacional / UNESP/Assis, Profa. Dra. DANIELLE JARDIM BARRETO do(a) UNIPAR / Umuarama/PR, Prof. Dr. RAFAEL SIQUEIRA DE GUIMARÃES do(a) UFSE / Itabuna/BA, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de JOSÉ AUGUSTO GERÔNIMO FERREIRA, intitulada **NARRATIVAS SOBRE GÊNEROS E CORPOS FORA DA CIS-HETERONORMATIVIDADE: UMA PESQUISA/VIAGEM CARTOGRÁFICA (SOBRE)VIVÊNCIAS TRANS* NÃO BINÁRIAS NA UNIVERSIDADE**. Após a exposição, o discente foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. LEONARDO LEMOS DE SOUZA 

Profa. Dra. DANIELLE JARDIM BARRETO (participação não presencial)

Prof. Dr. RAFAEL SIQUEIRA DE GUIMARÃES (participação não presencial)

Dedico este trabalho a mI pai, mI mãe e a mI amorE, que mesmo não entendendo as intensidades desse processo, não mediram esforços para me apoiar. Foram minhas mãos e meus pés. Meu corpo fora de mim.

E a todEs aquelUs que ousam insultar os regimes dos “normais” – que nos impõem formas binárias de viajar entre as composições dos gêneros e a experimentação das sexualidades – e criam seus próprios modos de viagens. Em especial as vidas Trans não-bináriEs que me ensinaram que essa viagem é possível.*

AGRADECIMENTOS

Como numa viagem cartográfica que jamais se faz sozinho, reservo agora algumas linhas com intuito de concretizar os afetos que me fazem e ao mesmo tempo acompanham-me, direta ou indiretamente, nessa pesquisa/viagem de mestrado.

- ❖ Agradeço a meu orientador Leonardo Lemos de Souza que viu em mim potencial e responsabilidade para conduzir essa pesquisa/viagem. Ainda, que se mostrou presente e sensível nos momentos mais turbulentos deste percurso. Obrigado Leonardo por me desafiar a expandir meus próprios limites.
- ❖ Agradeço a Zanetti, Azure e Bê pela confiança em mim depositada. Pela conexão estabelecida entre nós tornei-me outra pessoa.
- ❖ Agradeço a banca avaliadora composta pelos professores doutores Rafael Siqueira e Danielle Jardim Barreto que aceitaram o convite e embarcaram no meio dessa pesquisa/viagem, assumindo o compromisso de amparar-me em sua melhor condução.
- ❖ A você professora Danielle que já é presença em minha vida, minha gratidão em dobro. Se hoje celebro este processo, a vida e a resistência de corpos como o meu é porque no passado você me desafiou. Talvez nunca tenha lhe agradecido devidamente, mas preciso dizer que um dia ao entrar em sua sala angustiado e desesperado por questões particulares e por inseguranças das minhas próprias monstruosidades, você me proporcionou uma experiência com o possível que havia em mim. Naquele instante, deslocou-me a um mundo de possibilidades e ensinou-me que a Psicologia tem o compromisso ético de tornar a vida mais vivível. A você, Danielle, toda minha gratidão, respeito e admiração.
- ❖ Agradeço ao meu amigo Eduardo B. Cólis. O viado mais viado que eu conheço e amo. Que embarcou comigo nessa jornada do mestrado e vivenciou as mais intensas experiências. Que junto a mim sonhou esse momento. Juntos temos histórias que ultrapassam qualquer tentativa de registro. Obrigado meu amigo, por fazer parte desse divisor de águas em minha vida.
- ❖ Agradeço a Yasmim Cassetari e a Tatiane Pecoraro que além de grandes profissionais mostraram-se sensíveis à proposta dessa pesquisa.
- ❖ Agradeço a minha psicóloga e amiga Carina Carneiro, que com respeito e sensibilidade soube acolher minhas angústias em relação à pesquisa e a vida, as quais não foram poucas. Você se tornou aconchego nessa viagem.

- ❖ Agradeço a todos os mestres que passaram por mim durante a minha formação em Psicologia. Em especial minhas professoras e amigas Barbara Brunini e Claudia Lopes. Sem vocês essa viagem não teria graça e nem leveza.
- ❖ Agradeço aos laços afetivos estabelecidos nesse processo de pós-graduação que em momentos singulares marcaram essa experiência. Em especial ao Rogério, Joice, Luciana, Juliana, Molise, Ronaldo, Daniele, Clark e Gilson.
- ❖ Agradeço ao meu pai Antônio Cândido Ferreira, que sempre me ensinou que tudo na vida exige suor e sangue (hoje entendo o valor dessa expressão). A você meu pai que tem vivido dias tão difíceis nesse ano de 2019, que tem enfrentado um câncer e passado dias de dor e pânico, minha eterna gratidão. Muitas vezes pensei em desistir, no entanto se não desisti foi por você. Para que um dia pudesse lhe entregar um papel que concretizasse o investimento e crença que tem em mim. Hoje sei que esse papel não tem importância. Te amo.
- ❖ Agradeço a minha mãe. A mulher da minha vida. Que sempre me apoiou em qualquer decisão, que sempre me acompanhou e sempre acreditou em mim. Que não me deixou desistir, que me deu colo, sentiu as minhas dores e angústias. Que me acolheu a todo o momento. Agradeço as suas orações, o seu amor, a sua presença constante. Te amo.
- ❖ Agradeço ao meu amor Ezequias Alves da Silva que em todos os momentos de crises fez-me enxergar as potencialidades que habitam em mim e sempre me encorajou a lutar por meus sonhos, sempre me apoiou em qualquer decisão. Te amo e nada é maior que isso.
- ❖ Agradeço toda a minha família. Certo que esse processo vivenciado por mim e compartilhado por muitos de vocês em toda sua amplitude pode agora ser acessado por todos aqueles que desejam embarcar a uma pesquisa/viagem distante da normalidade binária que subjetiva a vida e engessa as relações.

Que os outros sejam o normal
(COLLING, 2015).

FERREIRA, J. A. G. **Narrativas sobre gêneros e corpos fora da cis-heteronormatividade: uma pesquisa/viagem cartográfica (sobre)vivências trans* não-bináries na universidade.** 2020. 152 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2019.

RESUMO

Esta dissertação é um convite ao embarque em uma pesquisa/viagem cartográfica que narra sobre vida e resistência Trans* não-bináriEs em contextos universitários. Somaram a essa pesquisa três narrativas de jovens interioranos que se identificam enquanto pessoas Trans* não-bináriEs e ecoam suas vozes e resistências em diferentes Instituições de Ensino Superior, sendo duas delas localizadas em cidades do interior do estado do Paraná e a terceira localizada no interior do estado de São Paulo. A experiência cartográfica deu-se por do meio do deslocamento deste pesquisador ao território de composição, onde se efetivaram os encontros, as entrevistas e o acompanhamento das processualidades que se desenham no cotidiano das universidades. Por meio do dispositivo viagem – nomeado no percurso da construção desse mapa/dissertação, enquanto um modo cartográfico de produzir conhecimento/experiência –, conectamos-nos a Estrela, Lua e Céu que conosco embarcaram e compartilharam parte das bagagens que trazem em seus corpos/experimentação. No desemaranhar das linhas que atravessam essa experiência nos aliamos às inquietações da Filosofia da Diferença, Estudos Feministas, perspectivas Queers e Transfeministas, bem como pela própria Cartografia, com vista a buscar pelas seguintes pistas: mapear os agenciamentos que atravessam as experimentações das pessoas Trans* não-bináriEs em contexto de Instituições de Ensino Superior, bem como acompanhar os movimentos de desterritorialização e reterritorialização provocados por elUs com, para e na universidade, na criação de linhas de fuga para uma vida singular, também neste espaço institucional. Ao longo desse percurso verificou-se que a Cis-heteronormatividade emaranhada as relações sociais e institucionais provocam diversas experiências LGBTQIfóbicas aos corpos que não compactuam com o modelo normalizado e naturalizado esperado a cisgeneridade e heterossexualidade, o que tem produzido como efeitos a invisibilidade daqueles que fogem as normas de gêneros e sexualidades impostas, não sendo reconhecidos socialmente e institucionalmente por grande parte de agentes (professores) e usuários (alunos) institucionais em suas singularidades. De um lado pode-se dizer que todos esses atravessamentos LGBTQIfóbicos impactam diretamente na saúde emocional, na entrada, no trânsito e na conclusão do ensino dessas pessoas que não se sentem acolhidas e respeitadas nestes espaços. De outro, é importante ressaltar que a constituição de resistência em busca do direito e do desejo de graduar-se, tem se tornado a única alternativa para permanecer na Instituição de Ensino Superior. Em meio a esses lineamentos, as vivências de Estrela, Lua e Céu, cartografadas nessa pesquisa, tem agenciado linhas de possibilidades de outras narrativas performativas nas universidades em que transitam e ocupam, apresentando outras verdades a estes territórios de produções de saberes e de desejos normativos. São vivências Queers e Trans* não-bináriEs dando aula sobre diversidade a universidade. Corpos que por ingressarem e permanecerem nesse espaço já são militantes de novos possíveis.

Palavras-chave: Vidas Trans* não-bináriEs; Universidade, Cis-heteronormatividade, Desterritorialização/Reterritorialização; Resistência.

FERREIRA, J. A. G. **Narratives about genres and bodies outside cis-heteronormativity: a research/cartographic journey (about) non-binary trans* experiences at the university.** 2020. 152 f. Dissertation (Academic Master in Psychology). Faculty of Sciences and Letters, Paulista State University “Júlio de Mesquita Filho”, Assis-SP, 2019.

ABSTRACT

This dissertation is an invitation to embark on a cartographic research/trip that tells about non-binary Trans* life and resistance in university contexts. Added to this research three narratives of interior youth who identify themselves as non-binary Trans* people and echo their voices and resistances in different Higher Education Institutions, two of them located in cities in the interior of the state of Paraná and the third inland from the state of São Paulo. The cartographic experience occurred through the displacement of this researcher to the territory of composition, where the meetings, interviews and follow-up of the proceduralities that take place in the daily life of the universities took place. Through the travel device - named in the course of the construction of this map/dissertation, as a cartographic way of producing knowledge/experience - we connect the Star, Moon and Sky that embarked with us and shared part of the luggage that they bring in their bodies/experimentation. In unraveling the lines that run through this experience, we are allied with the concerns of the Philosophy of Difference, Feminist Studies, Queers and Transfeminist perspectives, as well as Cartography itself, in order to search for the following clues: map the agencies that cross the experiences of Trans* people non-binaries in the context of Higher Education Institutions, as well as accompanying the deterritorialization and reterritorialization movements provoked by us with, to and at the university, in the creation of escape lines for a singular life, also in this institutional space. Along this path, it was found that the Cis-heteronormativity entangled in social and institutional relations provoke diverse LGBTQIphobic experiences to bodies that do not compromise with the normalized and naturalized model expected cisgenerity and heterosexuality, which has produced the invisibility of those fleeing effects. The norms of gender and sexuality imposed, not being recognized socially and institutionally by most agents (teachers) and institutional users (students) in their singularities. On the one hand, it can be said that all those who cross LGBTQIphobes have a direct impact on the emotional health, entry, traffic and completion of education of these people, who do not feel welcomed and respected in the next spaces. On the other hand, highlighting the constitution of resistance, seeking the right and the desire to graduate, it will become the only alternative to remain in the Higher Education Institution. In the midst of these lineaments, such as experiences of Star, Moon and Sky, mapped in this research, there are lines of possibilities of other performative narratives in the universities that transit and occupy, other truths in these territories of normative flavors and desires. These are Queers and Trans* non-binary experiences teaching about diversity at the university. Bodies that enter and remain in this space are already militants of new possibilities.

Keywords: Non-binary Trans* Lives; University; Cis-heteronormativity; Desterritorialization/Reterritorialization, Resistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrela: Ilustração do percurso territorializado da viagem. Conexões com a estação universitária.....	45
Figura 2 – Lua: Ilustração do percurso territorializado da viagem. Conexões com a estação universitária.....	50
Figura 3 – Céu: Ilustração do percurso territorializado da viagem. Conexões com a estação universitária.....	52
Figura 4 – Estrela: Ilustração dos impactos dos dispositivos/lineamentos normativos na vida de Estrela.....	79
Figura 5 – Lua: Ilustração dos impactos dos dispositivos/lineamentos normativos na vida de Lua.....	93
Figura 6 – Céu: Ilustração dos impactos dos dispositivos/lineamentos normativos na vida de Céu.....	105

SUMÁRIO

INQUIETAÇÕES DESTA PESQUISA/VIAGEM: COMBUSTÍVEIS QUE NOS MOVEM	14
PLATAFORMA – I	25
1. CHECK-IN: PARA ONDE VAI ESTA PESQUISA/VIAGEM CARTOGRÁFICA?	25
PLATAFORMA – II	34
2. CONSTRUINDO O MAPA/DISSERTAÇÃO E EMBARCANDO JUNTes NA PESQUISA/VIAGEM CARTOGRÁFICA	34
2.1. No percurso das viagens: entre os agenciamentos que produzem experimentações/des-reterritorializações/acontecimentos	38
2.2. O embarque: entre as conexões e os encontros com as pessoas Trans* não-bináries	41
2.2.1 O embarque de ESTRELA	44
2.2.2. O embarque de LUA	48
2.2.3. O embarque de CÉU	52
PLATAFORMA – III	57
3. CORPOS, GÊNEROS E SEXUALIDADES: ACONTECIMENTOS E AGENCIAMENTOS	57
3.1 (Des)construindo a inteligibilidade da subjetivação (hetero)normalizada: regulando os corpos/sexos/sexualidades, produzindo a “normalidade” das diferenças sexuais e os efeitos de “natureza” as expressões binárias dos gêneros	62
3.2. (des)construindo a inteligibilidade/reconhecibilidade dos gêneros binários: dos desvios de rotas a experimentação de abjeções e a constituição de resistências	70
3.2.1. Seguindo viagem com Estrela: entre os impactos com a norma e a constituição de resistência	79
3.2.2. Seguindo viagem com Lua: entre os impactos com a norma e a constituição de resistência	93
3.2.3. Seguindo viagem com Céu: entre os impactos com a norma e a constituição de resistências	105
PLATAFORMA – IV	119
4. ENTRE AS ESTAÇÕES/ATRAVESSAMENTOS DOS CORPOS CIS-HETERO E TRANS* NÃO-BINÁRIES: COMPONDO (RE)EXISTÊNCIAS	119
4.1. (Re)inventando espaços outros de vidas (in)vivíveis na universidade	122

4.1.1. Um pouco de possível em Estrela.....	126
4.1.2. Um pouco de possível em Lua	128
4.1.3. Um pouco de possível em Céu	130
PLATAFORMA – V.....	132
5. CHECK OUT (ENCERRAMENTO) OU ATÉ LOGO? É POSSIVEL DIZER QUE ESSA VIAGEM TERMINA NAS CONSIDERACOES FINAIS?	132
REFERÊNCIAS	143
APÊNDICES	148
Apêndice I – Roteiro da entrevista	149

INQUIETAÇÕES DESTA PESQUISA/VIAGEM: COMBUSTÍVEIS QUE NOS MOVEM

As inquietações desta pesquisa/viagem de Mestrado é parte dos agenciamentos que me chegam, estabelecidos em mI¹ percurso acadêmico, pós-acadêmico e em contato com outros modos de vidas que fazem e desfazem meu corpo/pesquisadorE. Emergem em meio a todos outros corpos/territórios que me atravessam e que aos poucos tem me povoado. Em meio às leituras que me fazem vibrar e encontrar refúgio nos momentos mais solitários. Mas, sobretudo em meio a RESISTÊNCIAS², as minhas próprias e as daquelUs que em encontros afetivos e singulares fortalecem-me nessa caminhada.

Elas (as inquietações) se fazem por tudo isso, mas também pela conexão estabelecida com mI orientadorE, Leonardo Lemos de Souza, que há tempos dedica-se a pesquisas sobre(vivências) dissidentes dos gêneros e sexualidades em Instituições de Ensino, desde a Educação infanto-juvenil, a experimentações desses mesmos corpos em contextos de Educação Superior (LE MOS DE SOUZA; KLEIN, 2013; LEMOS DE SOUZA et al., 2016; LEMOS DE SOUZA; SALGADO; MAGNABOSCO, 2018). Eixos que caracterizam as linhas de suas inquietações em pesquisa/docência e que aos poucos vem se tornando as minhas.

Digo isso, pois a cartografia sobre vivências de pessoas Trans*³ não-bináriEs em contextos de Instituição de Ensino Superior, expressa nesta dissertação, não configurara meu desejo inicial de pesquisa, nem mesmo apresentava-se enquanto possibilidade. Pelo menos não a princípio, pois até minha entrada ao Mestrado tratava-se de um assunto desconhecido e inimaginável.

¹Adotamos nesta dissertação a linguagem oral não binária ou neutra, com vista a burlar, tanto no processo de escrita quanto de pronúncia, o normal e natural sistema linguístico estruturado na demarcação de gêneros bináriEs (homem/mulher, masculino/feminino). Essa forma outra de escrita, mas também de pronúncia segue a perspectiva da linguística *Queer*, conforme proposto no trabalho de Rodrigo Borba (2015) e Héilton Diego Lau (2017) e visa desestabilizar a performatividade da linguagem Cis-heteronormativa que atribuem significados de naturalidade e normalidade a binariedade dos gêneros. Assim sendo, ao longo desta dissertação utilizaremos pronomes que não demarcam um dos dois gêneros binários para os corpos, na tentativa de atribuir legitimidade e visibilidade, através dessa escrita e de sua pronúncia, a vida de pessoas que não se identificam enquanto masculinas ou femininas, como no caso das pessoas Trans* não-bináriEs que somam a essa pesquisa. Esse “convite é para o surgimento de novas formas de linguagem, formas de interpretar o mundo” (LAU, 2017, p. 5).

² As palavras em caixa altas ao longo de toda a dissertação se apresentam enquanto uma estética de escrita assumida por nós, cuja intenção é dar visibilidade a amplitude dos signos e significados que as compõem.

³ De acordo com Juliana Gomes Jardim (2016): “O termo trans* é a abreviação de várias palavras que expressam diferentes identidades, como transexual ou transgênero, ou travesti. Para evitar classificações que correm o risco de serem excludentes, o asterisco é adicionado ao final da palavra transformando o termo trans em um termo guarda-chuva – um termo englobador inclui todas as identidades trans “embaixo do guarda chuva”. Além disso, o termo também pode incluir pessoas trans* que se identificam dentro e/ou fora do sistema normativo binário de gênero” (JARDIM, 2016, s/p).

Cheguei aqui com apenas algumas bagagens de conhecimentos reunidos no percurso das experiências de meu corpo/acadêmiQUE/pesquisadorE/dissidência.

Ainda, falo da bagagem das próprias vivências enquanto ‘VIADO’, posicionamento que hoje assumo enquanto ético/estético/político, que assim como BICHA e/ou MARICA, na proposta deste trabalho, estão alinhadEs às perspectivas *queers*, a qual visa desconstruir o caráter marginal, pejorativo, patológico e imoral – culturalmente construído nas relações de poderes e saberes – sobre as vidas que assim como a minha, não se assemelham ao regime da cis-heteronormatividade (termo este que será mais bem desenvolvido ao longo deste texto e de modo geral em toda a dissertação).

Mas, também falo das bagagens de conhecimento acadêmico reunidos durante a pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e da experiência de estágio no último ano da graduação em Psicologia, ambas direcionadas a travestilidades em contextos de saúde pública.

Ademais, experimentações que se configuram nesse percurso, enquanto linhas que instigaram em mim o desejo pelo Mestrado e, conseqüentemente, a elaboração do projeto inicial de entrada, cuja intenção seria uma cartografia dos agenciamentos de desterritorialização experimentados na territorialidade, entre os guetos de prostituição e travestilidades.

Aos poucos, durante o percurso dos encontros estabelecidos com mI orientadorE, com os ESTUDOS FEMINISTAS e TRANSFEMINISTAS, a TEORIA *QUEER*, a FILOSOFIA DA DIFERENÇA e a CARTOGRAFIA, em meio às discussões e negociações, outros desejos começaram a brotar. Além disso, o desconhecido e ainda não nomeado, aos poucos tornavam-se insegurança e incerteza, mas também desafio e inquietação.

Leonardo discorria sobre outras possibilidades de pesquisa, outros modos de vida, cujas relações de gêneros, sexualidades, desejos e prazeres, enquanto categorias de análises também eram possíveis de serem cartografadas. Foi quando em sua delicadeza, paciência e gentileza apresentou a mim as vidas Trans* não-bináriEs.

EntusiasmadE, dizia que no cenário contemporâneo, mesmo em meio aos fascismos e conservadorismos, estava emergindo nas instituições sociais, inclusive as Instituições de Ensino Superior, uma multitude de jovens *queers* que, em suas micropolíticas de resistências cotidianas, contestavam os binarismos constituintes das normas dos gêneros e posicionavam a margem dos modelos referenciais de masculinidades e feminilidades, provocando fissuras aos agenciamentos molares que atravessam esses territórios, desestabilizando, portanto, os

conjuntos de estratificações, segmentações e organizações rígidas, unificadas e totalizadas (DELEUZE; GUATTARI, 1996) que compõem os processos de subjetivação que agenciam a construção da inteligibilidade dos gêneros binários, sobre formas específicas e limitadas de se experimentar enquanto homens ou mulheres nesses espaços.

As multitudes *queers*, enquanto perspectiva política de vida e possibilidade de pesquisa cartográfica, da qual Leonardo apresentava-me naquele momento, já vinham sendo enunciadas por Paul Beatriz Preciado (2003) em suas “notas para una política de los “anormales”. Segundo IstI autorE tratam-se de vidas que:

[...] no se basa en una identidad natural (hombre/mujer), ni en una definición basada en las prácticas (heterosexuales/homosexuales) sino en una multiplicidad de cuerpos que se alzan contra los regímenes que les construyen como “normales” o “anormales”: son las drag-kings, las bolleras lobo, las mujeres barbudas, los trans-maricas sin polla, los discapacitados-ciborg (PRECIADO, 2003, p.08).⁴

Acrescentamos as multitudes *queers* de Paul B. Preciado (2003), as pessoas Trans* não-bináriEs que aos poucos, ainda no campo das possibilidades, iam estabelecendo conexões com a pesquisa, ampliando meus horizontes, inquietando-me, instigando-me e, ao mesmo tempo, afastando-me do desejo inicial de cartografia sobre vivências de travestis no gueto da prostituição. Agenciando em mim outros desejos de pesquisa.

Falo das vivências Trans* não-bináriEs que, aos poucos, foram expandindo minhas molaridades, não só com o gênero, mas também com a pesquisa, ganhando contornos diferentes do que ela podia ser e do que ela viria a ser. Falo isso, também, denunciando minhas limitações dentre as possibilidades de experimentações e construções dos gêneros e sexualidades, dos modos de fazer e compor uma pesquisa, que naquele momento ainda encontravam-se engessadas.

Meu desconhecimento teórico sobre a Trans* não-binaridade inquietava-me e instigava-me. Como assim nunca tinha ouvido falar sobre essas existências? Peguei-me por várias e várias vezes me perguntando sobre isso. Alguns porques foram se reunindo. Talvez não tenha ouvido falar devido à ingenuidade de não pesquisar sobre o assunto. Talvez pelo privilégio de meu lugar de fala ou pelo silenciamento ou desconhecimento da academia em apresentar essas vivências enquanto possibilidades de vida e trânsito nesses espaços. Por isso,

⁴ “Não se baseia numa identidade natural (masculino/feminino), nem numa definição baseada em práticas (heterossexual/homossexual), mas numa multiplicidade de corpos que se erguem contra os regimes que os constroem como ‘normais’ ou ‘anormais’: são dragões-rei, lobos, barbudos, trans-travestis sem pênis, deficientes-ciborgue” (PRECIADO, 2003, p. 8, tradução nossa).

ou por muito mais que naquele momento não conseguia em palavras descrever, visto que ainda era prematuro, ou melhor dizendo, ainda encontrava-se em processo de gestação.

Assim, foi necessário então realizar uma pesquisa sobre as produções científicas acerca dessa temática, na tentativa encontrar pistas para esses questionamentos. Mas, como se nas plataformas digitais não encontramos produções científicas específicas sobre esses modos de existir e compor com os gêneros fora da binaridade?

A invisibilidade do assunto tornou-se algo que dia após dia inquietava-me e instigava ainda mais. Além disso, apresentava-me algo ainda maior, as invisibilidades que atravessam essas vidas não só nos campos das relações sociais e institucionais, mas também científicos, ainda a necessidade de aproximação da ciência, em específico da Psicologia, a esses modos de vida outro.

Foi então nesse momento, ainda pré-gestacional de um conhecimento em construção, quanto a esses outros modos de vida experimentados na Trans* não-binaridade e na precariedade de produções científicas específicas sobre essas vidas, que procurei estabelecer conexões mais intensas com os estudos feministas, cujas pautas de suas problemáticas desconstruem o gênero e denunciam seu caráter performativo (BUTLER, 2003), materializado em meio a relações discursivas/linguísticas/tecnológicas que contém em si saberes/poderes instituintes de “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana” (RUBIN, s/d, p. 2).

Esse conjunto de arranjos é nomeado por Gayle Rubin (s/d) de sistema sexo/gênero, responsável por materializar, a partir da biologia anatômica dos sexos (macho/pênis, fêmea/vagina), atributos de normalidade e naturalidade esperado aos corpos, as sexualidades e seus respectivos gêneros binários, assumidos em referenciais normalizados de heterossexualidade e masculinidades/feminilidades culturalmente construídos e naturalizados. Fato esse que segundo Judith Butler (2003, p. 201) tem produzido a invisibilização das “possibilidades *performativas* de proliferação das configurações de gênero” para além da cisgeneridade e da heterossexualidade, como por exemplo, as vivências Trans*.

Então, foi nesse momento que também procurei aproximar-me da Teoria Queer – campo de estudo emergente e urgente à desestabilização das identidades fixas e binárias, construídas sobre as categorias de sexualidades e gêneros – com vista a propor, segundo Suzana Lopes Penedo (2008, p. 4) “[...] la hibridación como la única forma de resistencia

contra las ideologías homogeneizadoras”⁵ que materializam sobre os corpos modelos referenciais e limitantes das identidades, dos gêneros e sexualidades normalizadas, ao mesmo tempo em que produzem a marginalização/patologização daqueles que não estão, necessariamente, alinhados à heteronormatividade, ou seja, ao conjunto de arranjos que “visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade de acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologicista e determinista” (PETRY; MEYER, 2011, p. 195) que visa a normatização da heterossexualidade que passa a ser incentivada, produzida e performativamente reproduzida, o que lhe atribui seu *status* de normalidade e naturalidade.

Outrossim, mais recentemente, o termo cis/cisgênero também vem sendo empregado ao campo das problematizações e desconstrução da produção de uma suposta normalidade/naturalidade cisnormativa que, assim como na heteronormatividade, também visa tornar – por meio de um conjunto de arranjos – o modelo de vida expresso na cisgeneridade, designando “as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento” (JESUS, 2012, p. 10) *status* de normalidade e naturalidade em oposição a vivências Trans*, expressão que não possui coerência com o gênero designado ao nascimento e têm suas vidas patologizadas por destoar dos limites impostos a suposta naturalidade esperada na cisgeneridade.

Nesse aspecto, Juliana Gomes Jardim (2016) compreende a cisnormatividade como um conjunto de:

[...] normas relacionadas à imposição de que deva existir coerência linear entre a materialidade do corpo de alguém (órgãos genitais), o gênero designado ao nascer, e a expressão de gênero que a pessoa apresentará ao longo da vida; impondo o modelo cisgênero para todas as pessoas, o que inclui as pessoas trans*, que são socialmente consideradas bem sucedidas em seu processo de transição quando, através de hormônios e cirurgias (que pressupõe também a redesignação sexual), conseguem aproximar-se mais dos padrões cisgêneros hegemônicos de masculinidade e feminilidade (JARDIM, 2016, s/p).

Tanto a heteronormatividade quanto a cisnormatividade são conceitos formulados pelos saberes subalternos que, segundo Jardim (2016), são aqueles saberes que não emergem diretamente da academia como, por exemplo, as perspectivas *Queers* e Transfeministas. De acordo com este autor estes saberes são as resistências que estão à margem dos discursos hegemônicos e academicistas, são, as marginalidades que os centros (saberes hegemônicos)

⁵“Hibridização como a única forma de resistência contra ideologias homogeneizadoras” (PENEDO, 2008, p. 4, tradução nossa).

historicamente construíram ao distinguírem – por meio das relações de poderes e saberes – parâmetros ontológicos/epistemológicos de diferenciação entre os corpos e os modos de construção dos gêneros e experimentação das sexualidades sobre perspectivas biologicistas.

Ainda, os saberes subalternos do Transfeminismo alinhados à perspectiva desconstrucionista da Teoria Queer visa, segundo **IstI** autor**E**, colocar em pauta não apenas a discussão dos processos que produzem as marginalidades, mas também questionamentos acerca da atribuição de naturalidade a identidades homogeneizadas, num movimento de contra poder, o qual a margem, a partir de seu lugar de fala, problematiza e coloca sob análise a suposta normalidade atribuídas a essas identidades (cisgêneras e heterossexuais), desconstruindo, portanto, seu *status* de normalidade e naturalidade verticalmente atribuídos ao que tem sido nomeado pelas transfeministas de estrutura produtora da Cis-heteronormatividade.

Com relação à cis-heteronormatividade Jardim (2016) pondera o seguinte:

Quando falo em cis-heteronormatividade estou entendendo que a cisgeneridade, tanto quanto a heterossexualidade, constitui um regime político-social que regula nossas vidas. Assim, parece-me que, na contemporaneidade, considerando os diferentes saberes produzidos nas últimas décadas, tais como os transfeministas, o conceito de heteronormatividade precisa ser ampliado, de modo a passar a englobar também a cisnormatividade (JARDIM, 2016, s/p).

É importante frisar que não se trata aqui de desconsiderar ou não validar a vida das pessoas que se entendem enquanto cisgêneras ou heterossexuais, trata-se antes de colocar essas categorias – e não essas pessoas – enquanto possibilidades de análises, no sentido de desconstruí-las em suas posições de normalidades, naturalidades e privilégios. Além disso, busca-se também desarticular os conjuntos de estratégias e relações de poderes/saberes que as normalizaram e naturalizaram enquanto normas, ao mesmo tempo em que se trata de visibilizar e não de patologizar as experimentações *Queers* e não-binári**Es** das pessoas Trans*, para além dos limites produzidos pelos discursos hegemônicos que nomeiam essas vidas e ao nomearem criam definições e limites a suas existências.

Amara Moira Rodovalho (2017) em seu texto intitulado “o Cis pelo Trans” destaca a urgência em se criar as próprias sonoridades e formas de linguagens nas produções de conhecimentos, na tentativa de romper com as redes de saberes que nomeiam as vidas Trans* e sobre eles organizam poderes, investidos em formas de normalizações e patologizações.

Ainda, na busca por criar os próprios modos de falar **IstI** autor**E**, poeticamente narra sua vivência e existência enquanto Trans*, bem como denuncia os limites inventados por um

não-nós que não é Trans*, mas Cis, que pelas vidas Trans* também passam a serem nomeadEs. Vejamos o que nos diz Rodovalho (2017):

Eis o ponto: existimos, pode-se dizê-lo sem dificuldade. Quando o não-nós se deu conta disso, pensou então uma metáfora para explicar nossa existência, nossa condição, metáfora que projetaria implicitamente uma imagem também daquilo que não somos, daquilo que deixamos de ser, daquilo que seria esse não-nós que nos nomeia “trans”. Em seguida, o não-nós buscou formulações verbais para destrinchar a metáfora “trans”, formulações que nunca fizeram jus à multiplicidade de existências abarcadas pela metáfora, insuficiência essa que, à medida que vamos nos fazendo notar e respeitar, cada vez menos pode ser alegada para defender que não existimos. Eis novamente o ponto: existimos, e em função desse não-nós. E, se existimos, com direito a nome inclusive, as pessoas que não são nós (e a partir das quais fomos nomeadas “trans”) talvez precisassem de um nome também, um nome não que lhes desse existência (afinal, quem cogitaria duvidar que, por não terem nome, inexistem?), mas sim um que explicitasse a razão de nos terem definido enquanto quem cruza, traspassa (trapaça?), transgredir uma certa linha, a saber, aquela que separa homem de mulher. A nomeação daquilo que seria não-trans, não-nós, surge duma necessidade muito nossa, de percebermos com cada vez mais clareza que a insuficiência daquilo que dizem que somos tem que ver, sobretudo, com a recusa em se situarem, em dizerem quem são, ao falarem de nós, dado que são essas as pessoas majoritariamente que falam de nós, por nós: se lhes damos um nome, “cis”, é para entender melhor do olhar que primeiro nos concedeu existência, do olhar que, hoje, começa a nos deixar existir (RODOVALHO, 2017, p. 367).

Ademais, por reconhecer este lugar Cis privilegiado (embora viado) do qual eu falo que não é Trans* e sobre a minha existência e a delUs, os saberes hegemônicos produziram e ainda produzem impactos significativos. Mas também, por reconhecer as singularidades e multiplicidades que há entre nós que faço deste texto dispositivo de conhecimento e ponto de resistência no emaranhado de linhas que formam as redes de saberes pelo qual as nossas existências criaram efeitos de poderes.

Por isso, no percurso da construção desse mapa/dissertação, estabeleço rizomas⁶ com a filosofia da diferença e a cartografia, enquanto instrumentos potencializadores dos desvios das rotas dos cientificismos academicistas hegemônicos que, por tanto tempo, em seus lugares privilegiados de fala, nas produções de saberes e em suas relações de poderes, contribuíram com a estruturação e representação de ontologias e epistemologias normativas, binárias e

⁶ “Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e... e... e...” Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. Para onde vai você? De onde você vem? Aonde quer chegar? São questões inúteis. Fazer tábula rasa, partir ou repartir de zero, buscar um começo, ou um fundamento, implicam uma falsa concepção da viagem e do movimento (metódico, pedagógico, iniciático, simbólico...)” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 36, grifo dEs autorIes).

patológicas acerca dos gêneros e das sexualidades dissidentes do regime Cis-heteronormativo que eu procuro me distanciar.

Outrossim, estava acompanhadE de um bom time para pensar as inquietações que atravessam esta pesquisa, bem como para problematizar os processos construtivos dos gêneros e a subversão das vidas dissidentes que escorrem aos modos de produção de conhecimento e de subjetividades Cis-heteronormalizadas. No entanto, não eram suficientes, pois ainda não me aproximavam de modo afetivo e intensivo das rupturas que essas vidas provocam as binarizações dos gêneros. Havia, portanto, naquele momento, a necessidade de mais proximidades.

Portanto, em um segundo momento, no percurso da elaboração do projeto de pesquisa, minha via de conexão para entrar em contato com esses modos de experimentação outra da construção dos gêneros e experimentação da sexualidade foi à plataforma digital do *Youtube*, na qual busquei estabelecer conexões mais intimistas com figuras nacionais e midiáticas que estão emergindo ao mundo das artes ou que emergiram há muito tempo, e ainda são referências, tornando-se representatividade a essa multitude de jovens contestatórios emergentes. Ainda, estabeleci conexões com cantorIes/atorIes e *youtubers* nacionais que estão na rede e utilizam esse espaço político e sua arte como formas de tornar suas vidas e histórias visíveis e reivindicar respeito e direito a outras possibilidades de existir.

Assim, a exemplo desse babado, temos cantorIes como Ney Matogrosso, Liniker da banda Liniker e os caramelos, Johnny Hooker, Rico Dalasam, Glória Grover, Linn da quebrada, Pablllo Vittar, Trizz, Azure Flora. Além dessUs não poderíamos deixar de mencionar Laerte (cartunista) e Hugo Nasck (*youtuber*) com vidas subversivas e resistentes que tornaram público e visível outros arranjos e expressões de gêneros que borram com a binaridade dos referenciais normativos de masculinidades e feminilidades, visibilizando uma porção de jovens que encontram neles representatividade.

Ademais, continuei a estabelecer conexões com professorIes e amigUEs da pós-graduação, que em momentos singulares contribuíram e fizeram parte da construção deste mapa/rizoma e das experimentações em curso desta pesquisa/viagem de mestrado.

...

*E assim foi sendo a viagem.
Assim também foi se fazendo o livro*
(GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 13, grifo nosso).

Enunciamos neste mapa/rizoma CARTOGRAFIAS, entre os AGENCIAMENTOS que compõem esta PESQUISA/VIAGEM de Mestrado e a experimentação de pessoas Trans* não-

bináriEs em contextos de instituições de EDUCAÇÃO, dentre eles a UNIVERSIDADE. Assim sendo, para maior experimentação dos afetos e intensidades que compõem essa experiência em pesquisa/leitura, alertamos aos passageirIEs que ainda estão receosEs e/ou tímideEs ao embarque que essa viagem terá como destino o não destino, pois o mapa ainda está sendo desenhado.

Seu percurso até terá algumas rotas pré-definidas e também territorializadas como, por exemplo, as cidades e os campus universitários que experimentaremos, mas aos poucos perceberão que seu caminho será composto e experimentado no caminhar, entre parcerias e negociações, entre territórios, conexões e encontros, no percurso dos embarques realizados com as pessoas Trans* não-bináriEs que somaram a essa experiência de mestrado (BEDIN DA COSTA, 2014).

Alertamos aos senhorIEs leitorIEs/passageirIEs que a partir de agora estarão embarcando ou que ainda desejam embarcar nesta pesquisa/viagem, por meio da conexão estabelecida com a leitura, que tragam na bagagem tudo o que acharem necessário. Venham como vier e do jeito que desejar. No entanto, ao embarcarem com suas bagagens territoriais⁷, sejam sensíveis aos agenciamentos que essa cartografia pode provocar e permita-se ao desmoronamento daquilo que não é mais necessário carregar.

Ademais, esta viagem pede leveza e porosidade de corpo para maior experimentação das sensibilidades e intensidades que compõem as (nossas) vidas aqui narradas e experiências cartografadas. Portanto, despeça-se de convicções pré-estabelecidas, de conceitos rígidos e de moralidades e permita-se conectar e aventurar-se nessa experiência que além de Mestrado é de VIDA e RESISTÊNCIA.

Ainda, pedimos que sejam sensíveis ao que lhe afeta, pois esse percurso faz-se com histórias, narrativas, marcas e efeitos experimentados por vidas jovens/interioranas e contestatórias da normalidade e naturalidade atribuídas aos territórios constituintes da binaridade dos gêneros, são, portanto, subversivas aos enclausuramentos de suas multiplicidades. Dialogaremos em todo percurso e experimentaremos resistências ou re-Existências de vivências dissidentes dos referenciais normalizados e naturalizados de

⁷ Seguindo a perspectiva de Guattari e Rolnik (1996) “A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassam o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espços sociais, culturais, estéticos, cognitivos” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 323).

masculinidades/feminilidades e heterossexualidade. Outrossim, estaremos, portanto, falando e experimentando outras formas de existir e resistir, outras sensibilidades, afetos e potencialidades para além das fronteiras dessas identidades. São, portanto, outras rotas da construção dos gêneros e experimentação das sexualidades que se enunciam.

Assim sendo, para maior entendimento dos senhorIes leitorIes/passagerIes que chegaram agora e, portanto, estão embarcando nesta pesquisa/viagem e acompanhando-nos por meio da conexão que estabelecem com a leitura, decidimos dividir a construção deste mapa/dissertação, bem como a transcrição de seus acontecimentos em cinco capítulos/plataformas. Cinco etapas da construção deste texto/experiência, a primeira é o “check-in”, ou como podemos chamá-la “registro” dos acontecimentos em curso, na qual buscamos situar mais detalhadamente a proposta da pesquisa, nossos objetivos, sua territorialidade e as vidas Trans* não-bináriEs que conosco embarcaram.

Em nosso segundo capítulo, ou como decidimos nomear, segunda plataforma, visamos adentrar a territorialidade da cartografia enquanto perspectiva metodológica e prática assumida nesta pesquisa. Com vista a dar contornos e TRANStornos diferentes a esse mapa/dissertação em construção. Construção essa que ao nosso ver só é possível por meio do DISPOSITIVO VIAGEM eleito nesta pesquisa enquanto agenciador de nossa inserção ao território e dos encontros com as pessoas Trans* não-bináriEs que somaram a essa pesquisa/experiência.

Deste modo, buscaremos ainda – no desenvolver dessa plataforma – narrar os embarques de cada colaboradorE que com nós estabeleceram conexões, bem como embarcar juntEs a elUs – por meio do dispositivo viagem – nesta pesquisa em curso, narrando nossos encontros, acompanhando suas processualidades no dia a dia das Instituições de Ensino Superior e levantando possíveis pistas a serem cartografadas.

Ainda, em nossa terceira plataforma, vamos adentrar nas territorialidades teóricas que apresentam problematizações acerca da construção dos corpos, gêneros e sexualidades que atribuem inteligibilidade/reconhecibilidade a vidas consideradas vivíveis e, portanto, desejáveis e estimuladas do regime Cis-heteronormativo, visto que o atravessamento na produção de subjetividade normalizada produz também efeitos de abjeção e desqualificação aos “desvios” de masculinidade/feminilidade e heterossexualidade normativos.

Ainda nessa plataforma seguiremos viagem com as pessoas Trans* não-bináriEs, adentrando no percurso dos impactos experimentados com a Cis-heteronormatividade que

atravessaram e tentaram criar rotas normalizadas a suas vidas nas diversas instituições sociais como família, escola e universidade.

Então, no decorrer da quarta plataforma nos atentaremos as cartografias das (im)possibilidades de outros percursos que essas vidas têm criado com o corpo em resistência nos diversos espaços sociais, seja nas ruas das cidades ou nos corredores da universidade.

Por fim, em nossa quinta e última plataforma deslocaremos as memórias afetivas das experimentações provocadas ao longo dessa pesquisa/viagem na tentativa de buscar, entre aspas, seu encerramento, porém cientes de que a viagem ou a escrita não terminam nas considerações finais, assim como o corpo não termina na pele (HARAWAY, 1995).

Deste modo, seguimos construindo este mapa/dissertação e experimentando esta pesquisa/viagem de Mestrado.

Desejamos a todEs uma experiência com incômodos, com (des)integrações que venham construir novas formas de conhecimentos, bem como de visibilidade.

PLATAFORMA I

1. CHECK-IN: PARA ONDE VAI ESTA PESQUISA/VIAGEM CARTOGRÁFICA?

Uma cartografia compõe a proposta desta experiência em pesquisa/viagem e isso já diz muito.

Não muito em excesso ou sobra, mas em exceção e ampliação, como ferramenta de se colocar em pesquisa, mas também enquanto posicionamento ÉTICO, ESTÉTICO e POLÍTICO assumidos. Intencionalmente desviantes das formalidades do cientificismo academicista e dos modos de produção hegemônicos, na tentativa de reinvenção de outras rotas SUBALTERNAS no percurso desse caminho científico e metodológico, tanto na escrita, quanto na forma de fazer e ser pesquisa. Mas, sobretudo, na vida.

Ademais, como em toda cartografia, há mapas a serem experimentados pelo caminho. Caminhos múltiplos a serem criados, inventados e desbravados, juntEs, em coletivo, nunca ou apenas sós. Territorialidades outras aqui compartilhadas – que não unicamente a deste que vos escreve – e a experimentação dos fluxos de cada linha que compõem este imenso mapa territorial – nomeado dissertação de Mestrado – também se fazem presentes (BARROS; KASTRUP, 2009).

Além disso, são intensidades aqui enunciadas por e entre os acontecimentos dessa pesquisa/viagem que nada tem a ver com significação, sujeição de uma experiência ou a mensuração de seus fatos, tampouco com explicação ou representação, uma vez que faz-se apenas por e entre os seus agenciamentos. Neste caso,

A unidade real mínima não é a palavra, nem a ideia ou o conceito, nem o significante, mas o agenciamento. É sempre um agenciamento que produz os enunciados. Os enunciados não têm por causa um sujeito que agiria como sujeito da enunciação, tampouco não se referem a sujeitos como sujeitos de enunciado. O enunciado é o produto de um agenciamento, sempre coletivo, que põe em jogo, em nós e fora de nós, populações, multiplicidades, territórios, devires, afetos, acontecimentos. O nome próprio não designa um sujeito, mas alguma coisa que se passa ao menos entre dois termos que não são sujeitos, mas agentes, elementos (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 43).

É um povoamento, talvez seja melhor nomear com uma OCUPAÇÃO, que pouco a pouco invade meu corpo/pesquisadorE este mapa/dissertação, a universidade e as experimentações aqui cartografadas, entre campos de forças, “linhas de articulação ou segmentaridade, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 10). São

intensidades múltiplas buscando/rompendo/criando expressões, que agora deixamos nessas linhas.

Ainda, é a expressão mais íntima das experiências que trazemos nas bagagens, reunidas no percurso da pesquisa, das viagens – deslocamentos a outras territorialidades – e seus acontecimentos, em meio às conexões e os encontros estabelecidos junto às vivências de jovens interioranEs que se identificam enquanto pessoas Trans* não-bináriEs e do compartilhamento de suas resistências no dia a dia da cidade e das Instituições de Ensino Superior, nas quais estão inseridEs.

Também são experimentações juvenis interioranas que não se incorporam ao anonimato da cidade e da universidade, pois escapam ao modelo de produção identitária normalizada e naturalizada dos modos de ser “essencialmente e verdadeiramente” homens/mulheres ou masculinos/femininos, discursivamente produzidos em nossa cultura ocidental e se aproximam ao que podemos nomear enquanto vidas e experiências *Queers*, pois embaralham e desestabilizam, nesses espaços territoriais e institucionais, os códigos da inteligibilidade Cis-heteronormativa constituintes dos processos de subjetivação normalizadores, criando para si a possibilidade de reinvenção de corpos e gêneros distantes dos modelos referenciais e binários de masculinidades e feminilidades (PRECIADO, 2003). São assim vidas *Queers* como descritos por William S. Peres (2013) “devires em ação, sempre múltiplo, heterogêneo e polifônico” (PERES, 2013, p. 57).

Ainda, são perspectivas – e não apenas identidades – de vidas que não se demarcam em regimes bináriEs. Logo, não se resumem a universalidade da biologia, pois, além disso apresentam expressões e estéticas não tradicionalizadas das materializações binárias que recaem sobre os corpos e as performances de gêneros.

Portanto, nem homem/mulher, nem masculino/feminino, nem exatamente isso ou essencialmente e verdadeiramente aquilo, mas híbrido nesses espaços, apenas isso. Pode ser tudo ou nada ou tudo isso e muito mais, visto que suas experimentações não estão ligadas a organizações normativas da construção dos gêneros e nem mesmo da experimentação do sexo/sexualidade, seus desejos e prazeres, mas a desorganização destes estratos/organismos – que fundamentam o suposto sistema sexo/gênero – em busca de maior proximidade ao que Deleuze e Guattari (1995) definem como corpo sem órgão (CsO):

O CsO é o **campo de imanência do desejo, o plano de consistência** própria do desejo (ali onde o desejo se define como processo de produção, sem referência a qualquer instância exterior, falta que viria torná-lo oco, prazer

que viria preenchê-lo) (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 203, grifo dos autores).

Nesse caso, qualquer tentativa de organização estruturada da experimentação em curso, tanto da pesquisa/viagem de mestrado, quanto das vivências Trans* não-binárias que somam a esta pesquisa seriam demasiadamente precipitadas e arriscadas.

Vale ressaltar que precipitadas no sentido de impor reducionismos nas possibilidades de suas conexões e experimentações com os mapas/territórios a serem cartografados nesta dissertação. E arriscadas, visto que qualquer definição das vidas que a compõem pode nos levar a caminhos científicos estruturais que não desejamos assumir nesta escrita. Se assim fosse, estaríamos mais uma vez colocando essas vivências em caixas identitárias, nas quais não se encaixam, nem na forma estruturalmente organizada da identidade normalizada/naturalizada que compõe o sistema hegemônico e binário produtor da cisgeneridade e heterossexualidade enquanto normas, nem mesmo em seus privilégios derivados.

Desse modo, não só essa escrita, mas principalmente o povoamento que a invade faz-se TRANSgressora e subversiva dos regimes de saber/poder produtores dos modos binarizados da construção dos gêneros, bem como da experimentação das sexualidades, dos desejos e prazeres e de toda produção que tenta aprisionar os corpos em gaiolas de certezas biológicas/ontológicas/epistemológicas. Assim, é TRANSgressora e subversiva, pois, ao decidir romper com a hegemonia desse regime de verdades, cria para si outros arranjos, outras linguagens e outros voos, também outros gêneros, outras sexualidades, modos de desejos e prazeres, outras éticas, estéticas, poéticas e políticas de vida. E por que não dizer outra universidade?

Ainda, modos de vidas outras e Re-existências outras acontecem e provocam assim como descrito por Preciado (2003) estremecimentos, modificações e fissurações aos frágeis territórios da normalidade Cis-heteronormativa, no qual:

El cuerpo de la multitud queer aparece en el centro de lo que podríamos llamar, para retomar una expresión de Deleuze/Guattari, un trabajo de “desterritorialización” de la heterosexualidad. Una desterritorialización que afecta tanto al espacio urbano (por tanto, habría que hablar de desterritorialización del espacio mayoritario, y no de gueto) como al espacio corporal. Este proceso de “desterritorialización” del cuerpo supone una resistencia a los procesos de llegar a ser “normal” (PRECIADO, 2003, p. 5)⁸.

⁸ O corpo de multidões queer aparece no centro do que poderíamos chamar, para retomar uma expressão de Deleuze / Guattari, uma obra de "desterritorialização" da heterossexualidade. Uma desterritorialização que afeta tanto o espaço urbano (portanto, devemos falar sobre a desterritorialização do espaço majoritário, e não do

Vidas e Re-Existências *QUEERS* e *TRANS**, podemos assim chamá-las no sentido mais amplo e polimorfo da palavra e do corpo, pois fazem-se *TRANSgressoras* dos modelos referenciais de masculinidades/feminilidades e heterossexualidade, socialmente instituídos. *TRANSitivas* das/pelas/entre as margens da inteligibilidade da construção dos gêneros hegemônicos e tradicionais centrados no modelo biológico (macho/pênis/homem/masculino – fêmea/vagina/mulher/feminina e sua suposta coerência com o desejo heterossexual).

Portanto, *TRANSgêneras*, mas também *TRANScritas* na não binaridade, de linguagens, corporalidades e performatividades singularizadas que não se demarcam e não se prendem nas amarras da Cis-heteronormatividade, pois, ao transgredir as fronteiras da suposta normalidade e naturalidade atribuídas a cisgeneridade e heterossexualidade, compõem outros territórios da construção dos gêneros e experimentação das sexualidades.

Por si só esses enunciados já dizem muito, visto que dizem sobre o povoamento desta pesquisa e suas experimentações *Queers* em contextos acadêmicos/universitários, ainda sobre o distanciamento dos conservadorismos e moralismos das normas socioculturais e do cientificismo hegemônico, que pretensiosamente, assumimos nesse lugar outro *CARTOGRÁFICO* que também é de potência, mais que isso, muitEs de/sobre nós.

Uma gagueira só, diria Deleuze (1997) expressa num texto e neste contexto que busca esteticamente e politicamente recriar, por meio desta dissertação, linguagens não codificadas ou estratificadas pelas normas binárias dos gêneros tão impregnadas nas produções de conhecimento científicos hegemônicos que busca assim como proposto por Deleuze (1997) gaguejar esse território de linguagens dominantes, subverter os códigos da cientificidade e criar “uma linguagem afetiva, intensiva, não mais uma afecção daquele que fala” (DELEUZE, 1997, p. 124) para então dar língua a outras línguas, a outras multiplicidades, a outras multidões tidas enquanto menores, mas que de menores não tem nada, de fato são gigantescas.

Linguagens que fala de nós, dos nossEs, da grandiosidade de nossas menoridades e multiplicidades, tanto do meu corpo viado quanto dos corpos delUs, Trans* não-bináriEs que narra e acompanha nossas processualidades, potencialidades, precariedades e acima de tudo, nossas humanidades.

Assim mesmo, tudo no plural.

E é nessa pluralidade que um desejo singular e íntimo dIstI pesquisadorE também se faz. Desejo de que essa escrita e experiência seja *TRANSgressiva*, que possa apenas ir além...

gueto), bem como do espaço do corpo. Esse processo de ‘desterritorialização’ do corpo implica uma resistência aos processos de se tornar ‘normal’ (2003, p. 5, tradução nossa).

Além do meu EU estratificado, objetificado ou sujeitado. Além da prepotência do privilégio que atravessa meu corpo/pesquisador^E e da comodidade de meu lugar de fala cisgênerizado e binarizado. Além dos organismos que me cercam e me estruturam.

Ainda, desejos de quem apenas quer somar, desfazer, experimentar e (re)fazer rizoma com esse e tantos outros mapas que me atravessaram e me conectaram ao longo dessa pesquisa e escrita. Ademais, mais que isso, desejo de mergulhar nas intensidades de seus fluxos, transbordar, compor e se achegar a outras territorialidades. E assim, desejo com Deleuze e Guattari (1995, p. 10) “[...] não chegar ao ponto em que não se diz mais EU, mas ao ponto em que já não tem qualquer importância dizer ou não dizer EU. Não somos mais nós mesmos. Cada um reconhecerá os seus. Fomos ajudados, aspirados, multiplicados”. E por que não dizer pluralizados?

Embora seja necessário delinear o lugar de fala daquelUs que compõem esta escrita, a experiência a ser cartografada nesta dissertação não possui autoria própria deste que vos escreve, visto que seria insano afirmar isso em meio a todos os afetos provocados e povoados por tantos outros corpos e territórios que me somam e me transbordam.

Todavia, existe e sempre existirá um nós ou um ‘Fora’ de nós, que compõe essa escrita e que transcende o eu/pesquisador^E e até mesmo o território de experimentação. Sem nós, ou sem esse ‘Fora’ de nós mesmos, nada haveria a não ser palavras soltas em uma página de *Word*.

Logo, é no ‘Fora’ que os agenciamentos dessa pesquisa/viagem acontecem e esse mapa/dissertação pouco a pouco se constrói. Como dito por Deleuze e Guattari (1995, p. 19): “há sempre um fora onde elas fazem rizoma com algo”. Algo em devires. Algo impessoal, sem sujeito e, portanto, não sujeitado, que aos poucos buscamos atingir.

[...] isto não em nome de uma generalidade mais alta, de uma maior extensão, mas em virtude de singularidades que não podem mais ser consideradas pessoais, intensidades que não se pode mais chamar de extensivas. O campo de imanência não é interior ao eu, mas também não vem de um eu exterior ou de um não-eu. Ele é antes como o Fora absoluto que não conhece mais os Eu, porque o interior e o exterior fazem igualmente parte da imanência na qual eles se fundiram (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 206).

Esse nós impessoal, ‘Fora’ de nós mesmos em devires, assumidos neste plano de imanências⁹/mapa/dissertação e de seu povoamento é composto de singularidades e

⁹ Tatiana Salem Levy abordando a experiência do fora a partir das contribuições e conceituações de Deleuze pondera que a imanência, nada mais é que: “[...] a afirmação criadora da vida. Da vida enquanto algo

multiplicidades, de um Eu – esse que vos escreve – e seu lugar de fala, viado, interioranE, branQUE, cisgênerE, bináriE, graduadE em Psicologia, aprendiz de pesquisadorE e de cartografia, que se conecta por meio do conhecimento acadêmico a outras realidades para dialogar e experimentar outros modos de vida que não o meu. E deles, vidas Trans* não-bináriEs e suas potencialidades e resistências diariamente experimentadas em contextos molarizados da Educação e da academia universitária.

Mas também, formamos nós e ‘Fora’ de nós com eles, elas e elUs, autorIes pós estruturalistas, feministas, das perspectivas *queers*, transfeministas e cartógrafEs. Formamos nós com professorIes e amigUEs da pós-graduação e agora mais uma vez formamos nós com vocês leitorIes.

São multiplicidades e intensidades aqui compondo laços e alianças, estabelecendo outros rizomas. Que em meio à experimentação e a transcrição de seus acontecimentos traduz parte, não um todo, dos afetos experimentados e cartografados com o ‘Fora’, no percurso das viagens que conectaram meu corpo/pesquisadorE e seu lugar de fala às pessoas Trans* não-bináriEs, seus lugares de falas, seus territórios de experimentações narradas no dia a dia de suas resistências na Instituição de Ensino Superior.

Aliás, é no ‘Fora’ que essa pesquisa/viagem segue seu curso e os rizomas deste mapa/dissertação acontecem. A beira da margem, onde a normatividade, normalidade, binariedade e biologia dos e sobre os corpos, gêneros e sexualidades, modos de prazeres e desejos não dizem tudo. Pelo contrário são contestados, experimentados e assumidos em outras perspectivas. Perspectivas *Queers* e Trans*, podemos assim dizer, pois não se demarcam no binário identitário, mas se desmancham, se espalham e se molecularizam para viver os desejos, ou seja, se “transforman y modifican para crear nuevos cuerpos posthumanos”, (VIDARTE, 2007, p. 104)¹⁰.

Mas essa viagem também vem para cá. Para universidade. Sai do gueto e cai na Instituição de Ensino Superior, onde as normas também borbulham seu regime. Onde sempre foi, mas tem se constituído ainda mais lugar de resistência às vidas *Queers*, dissidentes do regime da normalidade Cis-heteronormativa, assim como descreve Paco Vidarte (2007) em sua importante contribuição aos campos dos estudos teóricos *Queers* e experimentações universitárias, no qual IstI autorE discorre em seu artigo “El banquete uniqueersitario:

incessantemente errante, que não se prende às vivências e intencionalidades de um sujeito. A imanência como vida é o movimento do infinito, para além do qual não há nada. Um movimento de desterritorialização, de linhas de fuga” (LEVY, 2011, p. 108).

¹⁰ “transformam e modificam para criar novos corpos pós-humanos” (VIDARTE, 2007, p. 104, tradução nossa).

disquisiciones sobre el s(ab)er *queer*” sobre as experimentações de invisibilidades, resistências e enfrentamentos da pessoa *Queer* com a universidade. Segundo Vidarte (2007):

Ni lo queer nació en la universidad, ni nunca entrará en sus aulas de forma pacífica (tal vez no entrará de ninguna otra forma: lo queer es la antítesis de la universidad, lo no universalizable, lo que el universal deja caer como desecho, la caída del sistema omniabarcador, su resto in asimilable, ineducable, no escolarizable, indecente, indocente e indiscente es /o queer [...]. Lo queer en la universidad -también- sirve para esto: genera ingresos, abre puertas, imparte cursos, da nombre, dietas, títulos, créditos, prestigio y satisface a enteraillos, diletantes y conferenciantes a sueldo. Forma parte del capital a poco que se descuide uno y se olvide de que el paso de lo queer por las aulas es sólo un fenómeno tangencial, oportunista, contingente, puede que nacido de la mejor voluntad, pero que siempre estará en contradicción con la Institución, con cualquier institución, porque no hay instituciones queer [...]. (VIDARTE, 2007, p. 77 - 78)¹¹.

Vidas *Queers* e Trans* não-bináries ocupando as cidades e as universidades, num contexto de subjetivação social e institucional, cujos efeitos dos agenciamentos molares que formam a estrutura Cis-heteronormativa são produtores de precariedades a suas existências e tentam de inúmeras formas barrar sua entrada e permanência nessas instituições. Mas o *queer* não entrará na universidade de forma pacífica, alertou Pacho Vidarte (2007). Sua ocupação implicará em experienciamentos cotidianos da LGBTQIfobia¹² nesses espaços.

Infelizmente afirmamos esse fato juntamente com Vidarte (2007), pois em um país onde a LGBTQIfobia recentemente foi considerada crime, mesmo diante os altos índices de homicídios e suicídios por ela motivados durante anos – colocando-nos segundo o mapeamento dos assassinatos Trans* no Brasil produzido pela Associação de Travestis e Transexuais – ANTRA (2018)¹³ no *ranking* dos países que mais matam as pessoas Trans* do

¹¹ “Nem o queer nasceu na universidade, nem jamais entrará em suas salas de aula pacificamente (talvez não entre de outra maneira: o queer é a antítese da universidade, o não universalizável, o que o universal cai como lixo, o merda do sistema omniabarcador, seu descanso em assimilável, não educável, não escolarizado, indecente, indecente e indiscente é / ou esquisito [...]. O que esquisito na universidade também serve para isso: gera renda, abre portas, ministra cursos, dá nome, dietas, títulos, créditos, prestígio e satisfaz a todos, diletantes e conferencistas sobre salário. Faz parte da capital logo quando é negligenciada e esquece que a passagem do queer pelas salas de aula é apenas um fenômeno tangencial, oportunista, contingente, pode nascer da melhor vontade, mas isso sempre estará em contradição com a instituição, com qualquer instituição, porque não existem instituições queer [...].” (VIDARTE, 2007, p. 77-78, tradução nossa).

¹² A LGBTQIfobia será aqui pensada enquanto ampliação do termo homofobia – no sentido de incluir todas as identidades de gêneros e sexualidades que não se encaixam a estrutura Cis-heteronormativa – e pode ser entendida segundo as contribuições de Teixeira-Filho, Rondini e Bessa (2011) como: “[...] o medo, a aversão, o descrédito e o ódio a gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, de modo a desvalorizá-l@s por não performarem seus gêneros (BUTLER, 2003) em correspondência com aquilo que é social e culturalmente atribuído para seus corpos biológicos. Trata-se, portanto, de um dispositivo regulatório da sexualidade que visa à manutenção da heteronormatividade” (TEIXEIRA-FILHO, RONDINI; BESSA, 2011, p. 727).

¹³ Mapeamento realizado pela ANTRA (2018). Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>

mundo – é ainda produtor de mais iniquidades quando retira essa mesma população da pasta de proteção dos Direitos Humanos.

Aliás, como dito pela atual ministra responsável por essa pasta, a pastora Damares Alves (aquela que conversou com Jesus na goiabeira e que supostamente fez Mestrado em educação e em direito constitucional e direito da família): “Estamos em uma nova era no Brasil, meninos vestem azul e meninas vestem rosa”. Reforçando todo um estereótipo binário e moral de masculinidades e feminilidades que trazem em si agenciamentos normalizadores, redes e relações de poderes/saberes verticais que buscam normalizar e cristalizar formas esperadas e naturais de produzir homens e mulheres na nova era (bolsonariana) da sociedade brasileira.

É nessa territorialidade social, política e cultural, reguladora da experimentação normalizada e binarizada dos gêneros, que pouco protege os direitos humanos da população LGBTQI+ e que pelo contrário produz ainda mais iniquidades que nós e, mais especificamente as pessoas Trans* não-bináriEs dessa pesquisa, relacionam-se e tentam a muito custo entrar e permanecer na universidade. Digo isso, pois se não bastasse todas as questões acima mencionadas, nosso ilustríssimE ministrE da educação Ricardo Vélez Rodríguez recentemente ponderou que a universidade está destinada a uma elite intelectual. Perguntamos ao senhorE ministrE: Quem é essa elite intelectual a qual a universidade está destinada?

É entre os lineamentos que compõem essas territorialidades e agenciam precariedades que as pessoas ditas anormais, dissidentes dos regimes da cisgeneridade e heterossexualidade, como as pessoas Trans* não bináriEs que somam a esta pesquisa, relacionam-se, posicionam-se e experimentam enquanto *queers* e com muito custo graduam-se. Ainda, adentram aos campos universitários destinados a elite intelectual, as pessoas Cis-heteronormativas e experimentam resistências, mas também produzem agenciamentos de enunciação, desestratificando e desarticulando as estratégias de dominação sobre seus corpos, e gêneros demarcados pelas normas binárias que tentam inviabilizar sua entrada, dificultar sua permanência e invisibilizar suas existências nesses espaços universitários.

É nessa territorialidade que a experiência cartográfica desta pesquisa acontece. Em meio a toda sua amplitude de relações e experimentações possíveis. Em meio a todos os lineamentos que a sustentam, desde as linhas duras molarizadas, institucionalizadas, codificadas e estratificadas sobre os gêneros e sexualidades que produzem sobre os modos dissidentes da cisgeneridade e heterossexualidade outras experiências acadêmicas, até as

linhas moleculares que encontram nas fissuras das normas pontos de fuga, movimentos de desterritorialização que permitem a criação e a reinvenção de outros territórios de experimentação intensa e singular daquilo que se deseja vivenciar diante das possibilidades da vida, do corpo, dos gêneros, das sexualidades, seus desejos e prazeres (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

O que pode a experimentação dessas vidas entre esses contextos, perguntamo-nos: Desterritorializações¹⁴, mas também novas Territorializações¹⁵? Será?

Neste percurso perguntamo-nos, ainda, quais os atravessamentos, dispositivos, tecnologias e relações de poderes/saberes interseccionam a vida das pessoas Trans* não-bináriEs nessas instituições?

Além disso, quais rupturas elUs tem provocado a estrutura Cis-heteronormativa que compõem os territórios universitários aos quais estão inseridEs? Quais territórios têm sido reinventados a partir de suas inserções/ocupações na universidade?

Quando propomos pensar esses dois conceitos (desterritorialização e reterritorialização) a partir da inserção/ocupação das pessoas *Queers* e Trans* não-bináriEs aos contextos universitários a qual se inserem nesta pesquisa, estamos na mesma linha de problematização de Guattari e Rolnik (1996) levantando possíveis pistas das cartografias que podem vir a compor essa experiência em pesquisa, bem como da desestabilização que essas vidas podem provocar as normas de gêneros que compõem esses espaços institucionais.

Partindo do que nos propõem IstIs autorIes podemos pensar que um território desterritorializado não se reterritorializa como antes, ou que uma ocupação *Queer* e Trans* não-bináriE na universidade não a manterá da mesma forma estrutural, mas em processo de desterritorialização e reterritorialização que pode vir a constituir novos territórios, quem sabe menos molarizados?

Essas são algumas das pistas que tentaremos cartografar e acompanhar no processo de construção e experimentação deste mapa/dissertação, juntEs as pessoas Trans* não-bináriEs que somam a essa pesquisa, entre suas territorialidades e em meio aos seus agenciamentos.

Jamais interprete, experimente.
(DELEUZE, 1992, p. 114).

¹⁴ “O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada no imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios ‘originais’ se desfazem e ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os passos da tribo e da etnia, com sistemas maquínicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 323).

¹⁵ “A reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante” (Ibidem).

PLATAFORMA – II

2. CONSTRUINDO O MAPA/DISSERTAÇÃO E EMBARCANDO JUNTes NA PESQUISA/VIAGEM CARTOGRÁFICA

O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação [...] (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 21).

Sobretudo, gosto de pensar assim este mapa/dissertação: como uma construção rizomática inacabada, que não está e jamais estará totalmente pronta, mas que continuará – mesmo após as ditas considerações finais – sofrendo intervenções/modificações, criando e rompendo passagens, reinventando rotas, deixando rastros e pistas... Processos, conexões, entradas e saídas múltiplas... Mas também movimentos e choques que venham a provocar encontros singulares e pontos de fuga, pois o que há aqui, “o que há em cima, embaixo e por todos os lados são intensidades buscando expressão” (ROLNIK, 1998, p. 2).

Outrossim, nesse emaranhado de intensidades em experimentações, a qual se desenha nesse plano de imanências/mapa/dissertação, enunciamos as cartografias sobre os lineamentos que atravessam o cotidiano de jovens que se identificam enquanto Trans* não-bináries no âmbito das relações estabelecidas com as Instituições de Ensino, em específico a universidade, na busca por pistas que nos levem a desemaranhar as linhas segmentadas e estratificadas pelos eixos de dominação da Cis-heteronorma que produz impactos para/com essas vidas nesse território institucional.

Ao mesmo tempo, a partir da experiência buscamos visibilizar e cartografar linhas outras de fuga, criadas para a resistência a estrutura Cis-heteronormativa, na busca de uma vida singular na universidade.

...

Talvez – no passado – seria “adequado” iniciar os relatos desses acontecimentos/intensidades por onde tudo começou, detalhando passo a passo do processo científico, delineando cada objetivo almejado e dos bastidores dessa experiência que ainda

encontra-se em curso. Assim bonitinho e bem estruturado como vemos por aí. Isso se soubéssemos de fato precisar a exatidão do início de cada etapa.

Mas, se assim fosse, nada diria sobre cartografia, apenas sobre registros aleatórios. Nada diria sobre mI ou sobre elUs, apenas sobre formas organizadas e previsíveis dos modos de produção de conhecimentos, alicerçados na “inquestionabilidade” e “cientificidade” dos positivismos da ciência moderna (BARROS; KASTRUP, 2009).

No entanto, posicionamo-nos do outro lado deste mapa, ou melhor, dizendo, no meio dele, visto que somos pós-estruturalistas, somos tudo aquilo que se compõem pós-rompimento com a gaiola de certezas neutralizadas dos estruturalismos, uma vez que decidimos ousadamente, habitar nas incertezas e implicar com o que nos inquieta e lança-nos ao desconhecido, ao novo, ao imensurável, impessoal e imprevisível. Além disso, em busca de voos singulares no exercício de produção de conhecimentos mais transversalizados que não tenham por fim produzir respostas ou ficar isento de implicabilidade, mas considerar “esse plano em que a realidade toda comunica-se. A cartografia é o acompanhamento do traçado desse plano ou das linhas que o compõem. A tecedura desse plano não se faz de maneira só vertical e horizontal, mas também transversalmente” (PASSOS; BARROS, 2009, p. 27).

Diante dessa perspectiva outra de produção de conhecimento e proposta metodológica, Fernando Pocahy (2013) pondera o seguinte:

Como consequência deste re/posicionamento tático na pesquisa, podemos considerar, então, que a produção do material de análise – a construção das entradas de análise para uma pesquisa qualquer envolvendo pessoas e feminismos, pessoas e sexualidade, pessoas e etnicidade, ou na transversalidade destes e outros marcadores sociais – podem ser mais bem compreendidas se levarmos em consideração em nossas práticas a própria forma de nos relacionar com o campo (plano de experiência, alteridade), nossas metodologias, uma vez que elas são produto e efeito de discursos de saber. Talvez possamos pensar a ideia de campo de pesquisa como território de experimentação, onde se produzem movimentos de (re)composições de cenas do cotidiano, reunindo as contradições, contestações, as continuidades e as discontinuidades que marcam as representações em torno do corpo e de suas performances de gênero, no exercício da sexualidade, como a possibilidade de uma atitude de análise ético-reflexiva, considerando-se que somos mais um na cena, pensando com e não sobre (POCAHY, 2013, p. 163).

Decidimos ir além e juntEs, no mesmo plano de composição, experimentar as territorialidades que compõem nossa pesquisa, aqui em específico as Instituições de Ensino Superior. Para então novamente juntEs – às pessoas Trans* não-bináriEs – com/pormos

outros modos de produção de conhecimentos. A cartografia de outras realidades e sensibilidades. Outras histórias. Outras narrativas e outros mapas. Modos outros de fazer ciência na tentativa de construir “mundos menos organizados por eixos de dominação” (HARAWAY, 1995, p.24) ou mesmo de potencializar e visibilizar resistências para o enfrentamento das estruturas que tentam homogeneizar a vida por eixos de dominação.

Assim sendo, como proposto por Eduardo Barros e Regina Kastrup (2009) no livro “Pistas do método da cartografia” enquanto cartógrafEs devemos nos lançar em meio as experimentações territoriais e suas intensidades, não para representar uma realidade, mas para compor e acompanhar suas processualidades, dando importância ao que se passa nos intervalos, nos silêncios, nos barulhos, entre os agenciamentos, também em suas intempestividades e calmarias. Em suma, na amplitude de suas composições e rupturas.

Ademais, onde é possível experimentar e cartografar os lineamentos que se agenciam, bem como, os dispositivos de saberes/poderes e seus efeitos a produção territorial no dia a dia da universidade e as experimentações das pessoas Trans* não-bináriEs nesses contextos institucionais.

Além disso, buscamos pouco a pouco, no percurso deste caminho metodológico, desenvolver sensibilidades para que, atentEs ao que se desenha, possamos cartografar os desejos que escapam entre os espaços não cultivados e sistematicamente engessados da territorialidade a qual se insere a nossa pesquisa. Ainda, entre aquilo ou aquelUs que não são vistos, ou simplesmente são apagadEs ou refugadEs pelo território, ou quando vistos apresentam contradições que não condizem com a suposta normalidade Cis-heteronormativa institucionalizada.

Indubitavelmente, falo especificamente das singularidades e das micropolíticas de resistências das pessoas Trans* não-bináriEs que ao romperem com a normas binárias dos gêneros produzem questionamentos a sua normalidade e naturalidade, deslocando-nos, mesmo que por um instante dos processos Cis-heteronormativos territorializados, articulando ainda possibilidades a produção de conhecimentos, saberes e realidades menos estruturadas.

Conforme Suely Rolnik (1989):

A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos - sua perda de sentido - e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos. Sendo tarefa do cartógrafo dar língua para afetos que pedem passagem, dele se espera

basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias (ROLNIK, 1989, p. 1).

Diante dessa perspectiva outra dos modos de produção de s(ab)er, assumidas nesta proposta cartográfica, não interessa a nós apenas afirmar aqui que as universidades brasileiras são territorialidades fortemente constituídas pelas molaridades, moralidades e conservadorismos que sustentam e reproduzem a estrutura cis-heteronormativa, machista, LGBTQIfóbica, misógina, sexista, racista, classista e intolerantes das relações sociais, políticas e culturais, todavia a nós interessa os efeitos e os impactos desses dispositivos a vida daquelas que não se enquadram ao modelo referencial e hierárquico de vida normal incentivado pela Cis-heteronormatividade e suas produções de desigualdades, opressões e violências mantidas e sustentadas por essa estrutura. E, sobretudo, interessa também acompanhar as resistências e os movimentos de desterritorialização provocados por essas vidas a esses espaços, bem como a recomposição de territórios menos molarizados e mais pluralizados.

É importante ressaltar que a cartografia assumida nessa pesquisa/viagem é isso, compõe-se por e entre os agenciamentos e o acompanhamento de suas processualidades. Aliás, como proposto por Barros e Kastrup (2009):

[...] a processualidade está presente em cada momento da pesquisa. A processualidade se faz presente nos avanços e nas paradas, em campo, em letras e linhas, na escrita, em nós. A cartografia parte do reconhecimento de que, o tempo todo, estamos em processos, em obra. O acompanhamento de tais processos depende de uma atitude, de um *ethos*, e não está garantida de antemão. Ela requer aprendizado e atenção permanente [...] (BARROS; KASTRUP, 2009, p. 73, grifo da autora).

Destarte, dizemos que cartografia não é previsível e nem passível de definição, pois como expresse nessas linhas, ela habita nas incertezas e se guia entre as experimentações, seus agenciamentos e o acompanhamento das processualidades. Portanto, não estipula um caminho, criam-se os caminhos. Desenha-se o mapa. Jamais se compõe sozinho e nem distante, apenas em coletivo, pois mesmo que se tente é impossível não se misturar. Aliás, a mistura é muito bem-vinda à cartografia, visto que neutralidade e imparcialidade passam longe desse pressuposto metodológico. Desejamos ante tudo isso um posicionamento: ético, estético, político e reflexivo com e entre aquilo que se pesquisa, experimenta, acompanha e cartografa a fim de “dar passagem, criar passagem, ser passagem” (BEDIN da COSTA, 2014,

p. 10) por e entre as intensidades cartografadas na territorialidade dessa pesquisa, junto aqueles que conosco decidiram embarcar nesta pesquisa/viagem de mestrado.

2.1. No percurso das viagens: entre os agenciamentos que produzem experimentações/des-re-territorializações/acontecimentos

— o importante não é que os fluxos produzam "Uno ou múltiplo", não estamos mais nessa: há um agenciamento coletivo de enunciação, um agenciamento maquínico de desejo, um no outro, e ligados num prodigioso fora que faz multiplicidade de toda maneira (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 34).

Podemos dizer que tudo é movimento? Ou será melhor dizermos que tudo é agenciamento? Agenciamentos sobrepondo. Agenciamentos se compondo. Uns aos outros, e outros, e outros, agenciamentos. Não centralizados, rizomáticos. Não parados, em fluxos. Sem sujeitos ou indivíduos, apenas multiplicidades compondo agenciamentos.

Ademais, por meio do dispositivo viagem eleito no percurso dessa experiência e da cartografia – modo pelo qual experimentamos –, adentramos a territorialidade onde se efetiva a experiência em pesquisa e desenvolvemos, pouco a pouco, sensibilidades para acompanhar, mas também para mapear os lineamentos que constituem os agenciamentos (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009). Um agenciamento diria Deleuze e Guattari (1995) acontece por e entre os fluxos de suas linhas. Linhas molares, moleculares e de fuga. Entre elas não há hierarquias, apenas campos de forças que se agenciam e múltiplos efeitos.

Num agenciamento:

[...] há linhas de articulação ou segmentaridade, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação. As velocidades comparadas de escoamento, conforme estas linhas, acarretam fenômenos de retardamento relativo, de viscosidade ou, ao contrário, de precipitação e de ruptura. Tudo isto, as linhas e as velocidades mensuráveis, constitui um agenciamento (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 10).

Outrossim, os agenciamentos constituem-se enquanto potencializadores de subjetivações e/ou singularizações que podem vir (ou não) a compor novos territórios de significações, materializações e experimentações dos desejos, sejam eles em escalas dominantes na reprodução das normas estratificadas, rígidas ou molares, tal como as recebe ou em processos de resistências e singularização, ou seja,

[...] uma maneira de recusar todos esses modos de encodificação preestabelecidos, todos esses modos de manipulação e de telecomando, recusá-los para construir, de certa forma, modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular. Uma singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver; com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são os nossos (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 17).

É notório que no percurso desta viagem e do desemaranhar das linhas que compõem esta pesquisa e a territorialidade não interessa a nós encontrar respostas, um começo ou um fim de um segmento, nem mesmo uma ordem dos fatos experimentados. No entanto, o interesse é mapear os fluxos, os movimentos entre suas composições e a produção dos agenciamentos, sejam eles de qual ordem for, tanto maquínicos na composição de territórios molarizados e estratificados ou na reprodução de forças que reeditam poderes/saberes moralizados, mas, sobretudo, de enunciação coletiva, na composição de micropolíticas de resistências moleculares e de singularidades que venham agenciar pontos de fuga e a composição de novos territórios e modos outros de resistências frente às normalizações homogeneizadoras que tem sido a todo o tempo investidas (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

Neste caso, a cartografia enquanto um modo de fazer pesquisa “tem em comum a busca de saídas na constituição de outros territórios, para além dos territórios sem saída, outros espaços de vida e de afeto” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 14) que também podem ser investidos, explorados e inventados em meio à composição de agenciamentos molecularizadores.

Para adentrar nesse campo de intensidades que se agenciam nesta pesquisa, nomeio o dispositivo viagem enquanto conceito da experimentação dos acontecimentos em curso, logo de seus movimentos de desterritorialização e reterritorialização. Assim sendo, seguindo uma perspectiva deleuze-guattariana entendemos o conceito elegido enquanto um “contorno, a configuração, a constelação de um acontecimento por vir. [...] o conceito é evidentemente conhecimento, mas conhecimento de si, e o que ele conhece é o puro acontecimento, que não se confunde com o estado de coisas no qual se encarna” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 46).

Então, um modo outro de viajar entre a produção científica, que nomeamos cartografia, que narra os itinerários de uma viagem cartográfica, que não se atenta ao ponto de partida ou de chegada dessa experiência, mas apenas em seu meio, o qual os agenciamentos

produzem acontecimentos que se tornam novos conceitos, ou seja, outras formas de pensar e experimentar.

Vale lembrar que por vezes acredito que relacionar a produção desta dissertação com um mapa que vai sendo construído em meio as viagens realizadas e experimentadas, durante as conexões e os encontros com as pessoas Trans* não-bináriEs, pode parecer precipitada e arriscada, pode gerar confusões a vocês leitorIes/passageirIes e produzir uma ideia territorializada da experiência. No entanto, afirmo que quando nomeio VIAGEM enquanto dispositivo da construção deste mapa/dissertação, não estou apenas ou necessariamente me referindo ao deslocamento do corpo a um destino territorial – embora sem esse deslocamento não houvesse de fato a experiência como tal –, mas sim das experimentações vivenciadas e cartografadas entre os agenciamentos (conexões e encontros) que trago na bagagem.

Creio não ter convencido nossEs leitorIes/passageirIes com essa conceituação pouco vaga, por isso mesmo vou formular melhor meu ponto de vista e de partida a experimentação dessa pesquisa. Pensemos. Sem as viagens propriamente ditas, ou seja, sem os deslocamentos de meu corpo/território (falo aqui do meu lugar de fala e do espaço geográfico onde vivo) ao território de nossEs colaboradorIes (lugares de fala e espaço geográfico onde vivem) não haveria os encontros, tampouco as experiências e experimentações vivenciadas entre nós (pesquisadorE e vidas Trans* não-bináriEs). Logo não haveria as cartografias, as narrativas de vida e sua historização, nem mesmo uma dissertação. Além disso, não haveria os acontecimentos e suas intensidades.

Assim, nomeio viagem enquanto dispositivo de experimentação, pois são delas e por meio delas que esse percurso foi vivenciado. Porém, não falo apenas daquelas viagens que me levaram de Moreira Sales, interior do Paraná, a Assis, interior de São Paulo, ou daquelas que me levaram a Umuarama (PR), Ourinhos (SP) e Francisco Beltrão (PR) (territórios de vivências das pessoas Trans* não-bináriEs), mas falo especificamente daquelas que me/nos levaram a experiências e deslocamentos de qualquer território fixo.

Ainda, falo da invenção e experimentação de outras rotas, desviantes dos percursos normalizados e naturalizados dos modos de viajar/pesquisar e de se compor/construir/experimentar os gêneros e as sexualidades que nos deslocaram física e subjetivamente a outros modos de existência e resistências, outras sensibilidades e a outros mapas/territórios. Também, falo da invenção de uma nova subjetividade desterritorializada, reterritorializada e cartografada no encontro, pela qual a rota não foi capaz de limitar as experimentações de todo o caminho.

Mas, em meio a era digital e tecnológica pareço ser reducionista nas possibilidades de conexões e encontros com outras realidades, visto que com a *internet* uma conexão ou um encontro não acontecem apenas por meio do deslocamento físico do corpo. Sem dúvida, concordo plenamente com esse ponto de vista e digo que por isso mesmo não excluimos as possibilidades de nos conectarmos e nos encontrarmos.

Até certo momento as conexões virtuais foram as principais rotas que nos levaram aos encontros com as pessoas Trans* não-bináriEs dessa experiência. São por meio delas que nos conectamos inicialmente e nos aproximamos a essas outras realidades. No entanto, por mais próximo que a conexão virtual nos permite estar, ela ainda – aqui em específico – torna-se distante.

Distante ao toque do abraço no momento de chegada e de partida, do olho no olho e da sensação de sentir-se acolhidE. Também distante do arrepio experimentado no corpo quando narrativas, cuja violência é atravessada e na vibração desse mesmo corpo com a potência da subversão ao que o prende e o limita em referenciais binários. Essas distâncias decidem não manter, por isso mesmo coloquei meu corpo às experimentações dessa pesquisa/viagem e em meio a negociações decidi juntE as pessoas protagonistas dessa experiência nos encontrarmos.

Logo, podemos pensar que sem os encontros virtuais, sem as viagens e as negociações/implicações não haveria a experiência em pesquisa e a construção deste mapa/dissertação, não haveria os encontros virtuais e presenciais, nem mesmo a construção de suas cartografias, ou seja, pelo menos não dessa forma.

Percebem que este mapa/dissertação é feito de conexões? Conexões que promovem encontros. Encontros que provocam e agenciam experimentações, bem como possíveis desterritorializações e novas reterritorializações. Conexões/encontros que me trouxeram até aqui, que me levaram lá e que eu ainda não sei onde me levarão, onde nos levarão, pois sua construção, assim como meu corpo/pesquisadorE, seu corpo leitorE/passageirE e os corpos/trans* não-bináriEs são constantes processos formados por meio dos agenciamentos e do que deles e entre eles provocam e experimentam-se no território de composição.

2.2. O embarque: entre as conexões e os encontros com as pessoas Trans* não-bináriEs

Narrar uma experiência não é algo simples, tão pouco fácil ou possível em sua plenitude. Quem narra sobre algo ou alguém certamente não tem autoria dos acontecimentos

já vividos ou dos que ainda se encontram em curso, mas torna-se – ao colocar seu corpo a disposição dos lineamentos que novamente atravessaram à narrativa – cúmplice de uma nova experimentação.

Mas, narrar não é como contar algo a alguém ou simplesmente historicizar os acontecimentos vividos. É se envolver com esse algo/alguém e a plenitude de sua experiência. É deliciar-se, angustiar-se e vibrar-se com as intensidades experimentadas e cartografadas. É conexão e encontro singular, transcendente e transbordante de afetos vividos e agora escritos aonde palavras vão “surgindo do contato com afetos desta história que se faz” (BARROS; KASTRUP, 2009, p. 68).

Cartografar as narrativas que compõem esta pesquisa é como viajar juntEs numa intensa experimentação afetiva. É para além do planejamento prévio das rotas estabelecidas. Sem destino de chegada ou qualquer previsibilidade territorializada. É o não lugar fixo do mapa. É a molecularidade, imprevisibilidade e a imensurabilidade da experimentação de outros territórios e seus agenciamentos, dos quais não tínhamos – até o encontro – conhecimento. É sem sombra de dúvidas a disponibilidade e a porosidade de corpos em conexão, que se encontram para compartilhar os muitos outros corpos habitantes de cada singularidade. Portanto, não cabem em demarcações, requer apenas a ampliação de seu corpo para que outros corpos também o habitem, acheguem-se e floresçam.

Enunciamos aqui as experimentações de uma pesquisa cartográfica que, pouco a pouco, no percurso das viagens atribuem contornos múltiplos a este mapa/dissertação em construção. Pesquisa/viagem cartográfica que é transcendente das experimentações territorializadas, pois ela se faz em meio aos agenciamentos, entre corpos, territórios, seus atravessamentos e modos de experimentações outras das construções dos gêneros e experimentações da sexualidade, que não as convencionais binárias, no dia a dia da universidade.

Durante este percurso cartográfico e a construção deste mapa/dissertação realizamos o que podemos nomear de ENCONTROS/PARADAS. Neste momento, vocês devem estar se perguntando o que de fato seria isso. Vou explicar. Encontros/paradas referem-se aos encontros experimentados com as pessoas Trans* não-bináriEs, nos quais realizamos algumas paradas em seus territórios de vivências (não no sentido de corpo parado ou fixo, mas no sentido de corpo/movimento/experimentação e deslocamentos subjetivos) para dialogar sobre suas vidas e resistências nos contextos universitários ao qual estão inseridEs.

Quando enunciamos aqui a palavra “parada” podemos até metaforicamente pensar em uma parada de ônibus, comum a grandes viagens, nas quais os ônibus estacionam em territórios muitas vezes desconhecidos por nós. Ao descermos, outros ares tocam nossa pele, outras sensações são experimentadas, medos e ansiedades também são presentes. Sabemos, pois sentiremos no corpo que nenhum território é igual ao outro, que são múltiplos e que seus atravessamentos também o são e que cada momento, cada encontro/parada vai requerer sensibilidades diversas.

Em nossos encontros/paradas experimentamos três estações universitárias diferentes e seus múltiplos agenciamentos territoriais, onde transitam, estudam e se relacionam as pessoas Trans* não-bináriEs que somaram a essa pesquisa, pelas quais nos conectamos, de forma mais intensa, a três vidas nomeadas aqui por: ESTRELA, LUA e CÉU. São três experiências universitárias que estaremos cartografando nesta dissertação.

Vidas poéticas, éticas, estéticas e políticas. Vidas resistências, em existências e insistências subversivas e marginais. Vidas queers e Trans* não-bináriEs em experimentações de suas potencialidades, em recriações de novos possíveis, em transformações constantes, que não se fecham, não se limitam e não se reduzem (ALCÂNTARA, 2011), pois suas composições e tessituras são rizomáticas, como platôs em movimentos, em conexões com os próprios desejos inscritos e vividos na subversão dos binarismos que tentam as limitar em territórios molarizados (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

Como mencionado, num primeiro momento nossos encontros foram agenciados pelas redes sociais em conversas tímidas e por vezes receosas. Aos poucos fomos criando proximidades, conhecendo-nos, respeitando nossas singularidades e temporalidades. Quando demos por conta já estávamos embarcando à proposta e aos encontros proporcionados pela pesquisa.

Encontramo-nos em um segundo momento presencialmente, onde pudemos apresentar a pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e onde as entrevistas de fato efetivaram-se. Nada semelhante a uma intensidade narrável é capaz de “explicar/traduzir” as sensibilidades experimentadas entre nós, entre nossos encontros com as pessoas Trans* não-bináriEs, com seus territórios e entre seus agenciamentos.

Hoje, ao narrar as cartografias desses momentos, encontro-me novamente em minha memória com os afetos vividos e mais uma vez sinto meu corpo vibrar pela potência experimentada ao longo do percurso desta pesquisa/viagem de Mestrado. Por tudo isso e

muito mais que não cabem aqui em palavras, mas que tentamos por meio dessa forma simbólica de transcrição expressar.

Gostaríamos a partir de agora apresentar aos leitorIes/passageirEs as pessoas Trans* não-bináriEs dessa experiência que conosco fizeram conexões e embarcaram juntEs nesta pesquisa/viagem.

Esperamos que por meio da conexão que estão fazendo com esse texto, vocês possam também nos acompanhar, entre os contextos que compõem as intensidades cartografadas nessa experiência.

2.2.1 O embarque de ESTRELA

Estrela já havia embarcado em minha vida há um tempo, antes mesmo de minha entrada ao Mestrado. Antes mesmo de qualquer previsibilidade de uma pesquisa cartográfica sobre a Trans* não-binaridade de gênero. Éramos amigUEs em uma rede social e porventura elU cursa *Design* de Moda na mesma universidade a qual me graduei.

Todavia, mesmo não mantendo uma relação de proximidade sempre curti suas publicações na rede. Sua estética e expressão de gênero apresentava algo peculiar que me chamava atenção. Lembro-me que na época de graduação – em meu conhecimento limitado – falava a mim mesmo: “essa bicha é do babado” referindo-me que não se passava por uma pessoa comum ou despercebida no *campus*, mas singular e um tanto quanto estranha aos referenciais normativos de masculinidades e feminilidades.

Saio da Universidade no ano de 2016, mesmo ano em que Estrela encaminha-se ao segundo ano de sua graduação. Início o Mestrado em 2017 e como mencionado nem passava por mim a possibilidade de uma pesquisa sobre Trans* não-binaridade de gênero, coisa que aos poucos foi se apresentando enquanto uma proposta inquietante e instigante.

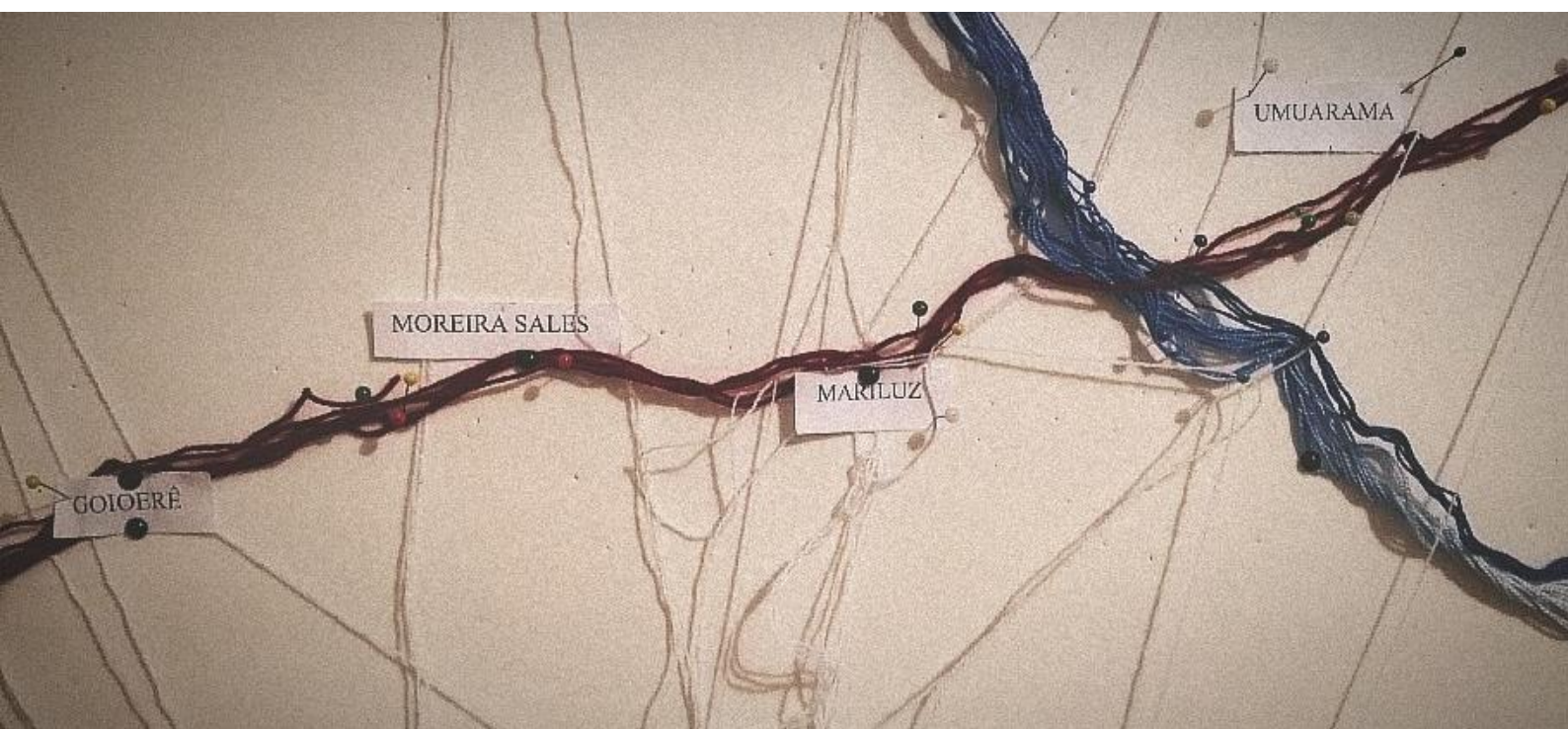
A partir de então, começo a me questionar sobre os binarismos e estar mais atentE aos regimes normativos que nos englobam, mas também as singularidades que me rodeiam. Foi quando em um dia do qual não me recordo, olhando em minha rede social vejo uma publicação de Estrela e penso: talvez essa pessoa identifique-se com a proposta da pesquisa. Quem sabe? Não custa tentar.

Foi quando iniciamos um bate papo pela rede social, no qual realizei o convite para sua conexão e embarque a nossa pesquisa/viagem de Mestrado. Percebi que Estrela se mostrava-se bastante interessadE, identificando-se com a temática ao afirmar o seguinte por

meio de uma mensagem: “sim, eu sou um corpo fora das tradicionais normas de gênero” (*conexão virtual: diálogo estabelecido pela rede social em 17 de julho de 2018*) apresentando ainda disponibilidade e interesse em contribuir com sua voz e resistência.

Assim, seguimos com nossas conversas informais e por vezes tímidas pelas redes sociais e também por SMS (mensagem de texto pelo celular) quando enfim decidimos que seria o momento de nos encontrarmos presencialmente, para, além de nos conhecermos e efetivarmos a entrevista, acompanharmos as processualidades que agenciam as experimentações de Estrela na estação universitária a qual está inseridE.

Figura 1 – Estrela: Ilustração do percurso territorializado da viagem. Conexões com a estação universitária e nossE colaboradorE



Fonte: Acervo do pesquisador

Era uma tarde chuvosa e já beirava o anoitecer quando me desloquei de Goioerê – cidade onde mI namoradE reside e onde eu estava no momento – em direção a Umuarama – cidade onde Estrela faz sua graduação (ambas as cidade se localizam ao noroeste do estado do Paraná). São aproximadamente 70 quilômetros de distância e uma hora relógio de Goioerê a

Umuarama. Entre as duas cidades encontra-se Moreira Sales – onde de fato resido – e Mariluz que fica a 26 quilômetros de Umuarama.

Ao longo desse percurso territorial vou percebendo o quanto a vida é incrível e engraçada e o quanto é instigante os lugares que os agenciamentos podem nos levar. Nessa ocasião, a universidade a qual me graduei psicólogo^{UE}. Por um instante sinto um retorno das intensidades vividas sobre meu corpo que agora vai encontrar-se nesse mesmo território não mais enquanto acadêmico^{QUE}, mas enquanto pesquisador^E de outra instituição. Impossível não reviver memórias e experiências que me marcaram tanto.

Ao chegar à universidade por volta das 18h50min imediatamente dirijo-me ao Café Marson, assim como combinado anteriormente com Estrela. Como sempre, havia no local grande fluxo de universitários^{Es} que gradativamente reduzia-se com a proximidade do horário de aula. Na ocasião eu estava faminto, pois ao sair apressado^E não tive tempo de me alimentar. Enquanto aguardo a chegada de Estrela decido pedir um *cappuccino* e dois pães de queijo para aquecer o frio de aproximadamente 14 graus que estava fazendo, mas também o estômago.

Antes mesmo do meu pedido ficar pronto avisto Estrela subindo as escadas, aparentemente tímido^E/encolhido^E – talvez por conta do frio – mas sorridente. Na ocasião usava um *look* todo escuro, calça jeans, cachecol, casaco e botas cano alto. Evidentemente, o preto de sua roupa destacava sua pele branca e as pontas loiras de seu cabelo metade longas e a outra metade raspada. Estrela é uma pessoa muito vaidoso^E, que vez ou outra gosta de olhar pelo reflexo do celular para verificar o cabelo e a imagem que está passando. De acordo com el^U, quer que as pessoas vejam o seu melhor ângulo.

Enquanto tomávamos o *cappuccino*, seguimos com nosso diálogo sobre a sessão de fotos dos formandos^{Es} do curso de *Designer* de Moda e sobre o evento da Miss Terceira Idade que Estrela estava organizando. Algum tempo depois pergunto a el^U se teria no *campus* um lugar mais reservado, onde poderíamos conversar com mais tranquilidade e privacidade. Não que o Café Marson fosse um local desapropriado, mas naquele momento a televisão ligada me preocupava, pois o volume alto poderia interferir na gravação do áudio. Prefiro não arriscar.

Há um lugar adequado e aconchegante no segundo piso, próximo a coordenação do curso *Designer* de Moda e Química Industrial, onde se localizava a antiga cantina universitária, el^U me diz. Que bacana, eu pontuo, porém com certo receio, pois na época de minha graduação não havia ali um espaço apropriado para dialogar, nem mesmo mesas e cadeiras. Mesmo inquieto^E decido não questionar a sugestão de Estrela, pois havia em mim

uma confiança nelU e na revolução estética que visivelmente a chegada do curso de Medicina havia provocado ao *campus*. Apenas fui, digo, fomos.

De fato, surpreendi-me. Realmente não era mais aquele lugar guardado em minha memória. Como todo o *campus* aquele território também havia ganhado roupagens novas. Trocaram o azulejo azul céu pôr branco neve, tornando o lugar mais sofisticado e também mais acessível com o piso tátil fixo ao chão que garante acessibilidade a pessoas com deficiência visual. No corredor havia algumas mesas fixas, assim como detalhado por Estrela no caminho. No entanto, decidimos nos sentar em volta de uma mesa de plástico em um lugar mais reservado. Acomodamo-nos ali mesmo e continuamos nosso papo. Estrela dá um toque no cabelo e verifica mais uma vez sua imagem pelo reflexo da tela do celular.

Durante alguns instantes o silêncio atravessa-nos. Tanto eu como elU apresentamos certa ansiedade – minhas mãos estão geladas, elU me diz –, talvez pelo fato de que iríamos ligar o gravador e iniciar a entrevista. Pelo menos da minha parte era isso. Naquele momento não compreendemos que o encontro já havia se iniciado desde o primeiro contato pelas redes sociais. A preocupação de gravar e de possíveis “closes errados”, ou seja, possíveis erros, deixava-nos com medo e incomodadEs e, por alguns instantes roubava-nos o momento. Então, tentamos acalmar-nos e ficar a vontade e logo após o clique do gravador nem lembramos mais de sua existência.

Ao todo foram registrados 84 minutos e 03 segundos de gravação. Mas de fato sabemos que o encontro durou muito mais, pois não estamos aqui contabilizando os 40 minutos que ficamos no café e os vinte minutos de intervalo não gravados. Podemos dizer que dialogamos aproximadamente umas três horas relógio desde nossa chegada e partida.

Todavia, não é nossa pretensão ficar contabilizando o tempo, mas não descartamos aqui sua importância, pois ele nos garantiu maior conhecimento sobre ambas as realidades e as diferentes experimentações, tanto as minhas quanto as de Estrela. No entanto, avaliamos que mais importante que o tempo é a experiência ou como podemos dizer: a temporalidade das experiências e seus agenciamentos. O que de fato importou foi a troca, o compartilhamento afetuoso e respeitoso de ambas as vivências e seus efeitos sobre nossos corpos. Em outras palavras, do que ela – experiência – provocou-nos e dos lugares não territorializados que nos levou, nem sempre de alegrias, mas todos de resistências e singularidades.

Digo isso, pois ao estar naquela territorialidade, em contato com Estrela e em meio aos lineamentos territoriais para além de acompanhar as processualidades que iam se desenhando

pude experimentar os agenciamentos que se formavam em cada palavra compartilhada. Pude experimentar modos outros de resistir e existir nesses espaços que estaremos cartografando e compartilhando no percurso da construção deste mapa/dissertação.

2.2.2. O embarque de LUA

Lua chegou a minha vida de forma inesperada e surpreendente, justamente em um período de intenso desânimo e solidão quanto à pesquisa e meus próprios objetivos de vida. ElU me foi sugeridE/apresentadE por (Y), psicólogUE, pesquisadorE e amigUE de pós-graduação que a conheceu em uma universidade de Ourinhos (SP) durante a ministração de uma roda de conversas sobre gênero e transgeneridade a convite de (R), graduandE em geografia, apreciadorE das discussões de gênero e amigUE que divide apartamento com Lua.

Claro que na ocasião Lua também estava presente. Aliás, tudo que envolve discussões de gênero e transgeneridades são de seu interesse, mais que isso, de sua vivência diária. Tanto é que durante o evento pode contribuir com a discussão, a qual gerou proximidade entre elU e (Y). Proximidade essa que se estenderam a conversas informais pós-evento.

Na informalidade, entre conversas e aprendizados compartilhados é fomentado por (Y) sobre a pesquisa desenvolvida por mim e Leonardo, mI orientadorE. É também na informalidade que um possível elo entre meu corpo pesquisadorE, Lua e nossa pesquisa sobre vivências Trans* não-bináriEs na universidade conectaram-se, quanto ao ter conhecimento sobre a temática abordada, Lua demonstra, segundo (Y), interesse e disponibilidade.

Ao me encontrar na UNESP Assis (Y) relata o acontecido e a experiência vivida com Lua. Relata ainda sobre o interesse demonstrado e sobre a possibilidade de conectarmos para quiçá um diálogo.

Com a conexão feita com (Y) conectei-me também a Lua. A princípio virtualmente por meio de uma rede social, pela qual realizei um texto/convite me apresentando e externando sobre a pesquisa e sua relevância. Partindo disso, foi proposto a elU um encontro informal para de fato nos conectarmos e nos conhecermos presencialmente.

Algum tempo depois do encaminhamento do texto/convite, por meio de uma mensagem Lua responde gentilmente dizendo que se sentia lisonjeadE e disponível para o convite, contudo, nosso encontro deveria acontecer no início do semestre, visto que nesse período as coisas estariam mais tranquilas na universidade. Combinado, eu disse.

Dias depois, entre conversas e negociações, chegamos ao consenso de uma data próxima, visto que o semestre estava a iniciar. Todavia, Lua não se recordava, mas aguardava a resposta da seleção de um evento, que ocasionalmente coincidiu com a data de nosso encontro. Lua é contorE e juntamente com sua banda foram selecionadEs a participar de um evento musical em uma cidade do interior de São Paulo, entre o fim do mês de julho e início de agosto, o que corroborou com um novo agendamento de nosso encontro.

Após o evento, entro novamente em contato com Lua, verificando a possibilidade ou não de nosso encontro acontecer por aqueles dias. ElU responde dizendo que já havia chegado de viagem e que ainda não havia me informado, pois estava se reorganizando. Nesse mesmo diálogo sugere que tenhamos um texto base sobre gênero como disparador de nossa conversa e encontro. Digo a elU que não seria necessário e que “não tem nada melhor para usarmos como base: a vida, vivências e resistências reais e cotidianas, corpos e seu lugar de fala” (*conexão virtual: diálogo estabelecido pela rede social em 13 de agosto de 2018*), ponderando ainda que nosso encontro poderia acontecer de forma fluida e menos formal, “[...] um bate papo mesmo. Até por que eu sou apenas uma pessoa que pesquisa o assunto, um curioso que respeita e deseja aproximar-se de outras realidades” (*conexão virtual: diálogo estabelecido pela rede social em 13 de agosto de 2018*). Por meio da mesma conexão e por meio de um áudio, Lua responde o seguinte: “só venha”.

Assim, com a quase certeza de nosso encontro – porém sem o agendamento de uma data – precisei me organizar. Aliás, de Moreira Sales (PR), interior do Paraná a Ourinhos (SP), interior de São Paulo, onde Lua reside é uma viagem considerável, para ser mais exato são 419 quilômetros com aproximadamente seis horas de viagem, isso se for de carro. Como me organizar para esse trajeto?

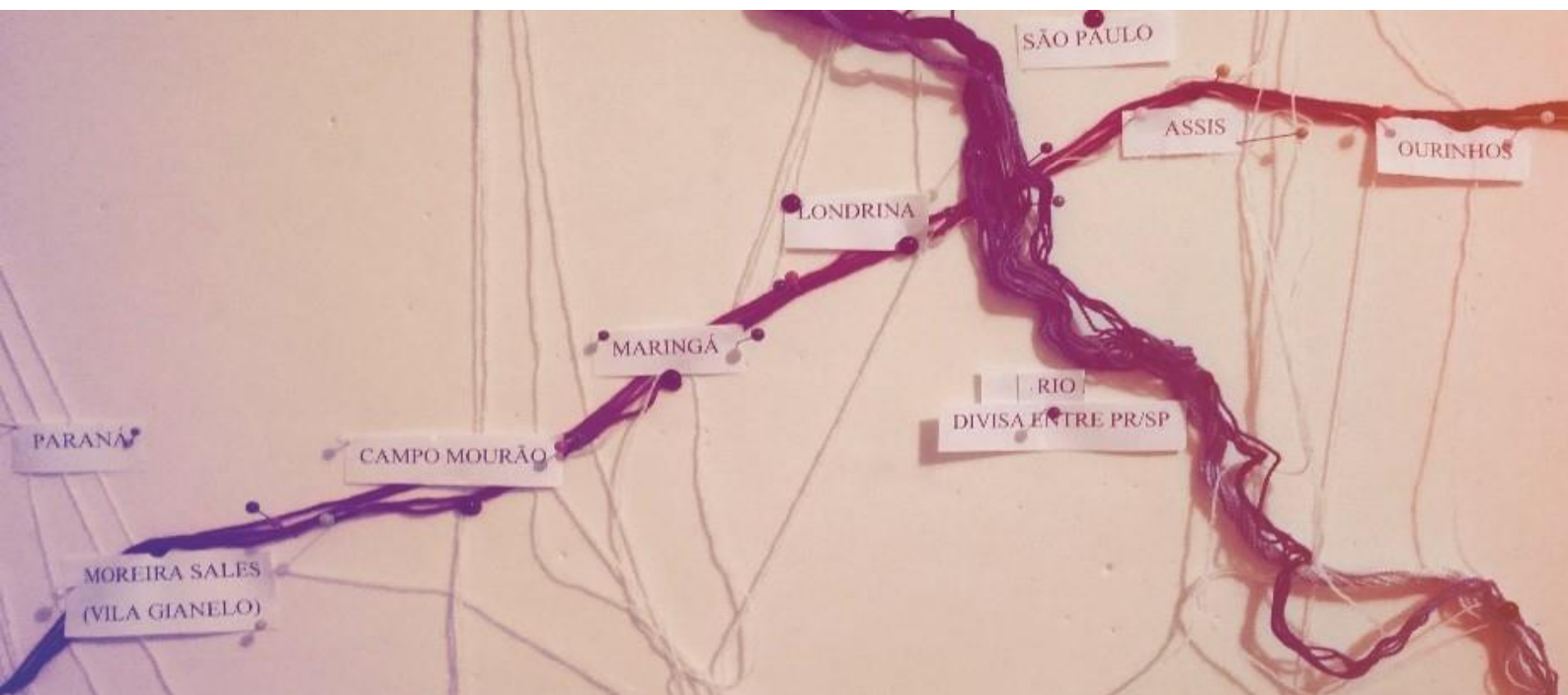
Nesta perspectiva, ir de ônibus seria a principal possibilidade se os horários não fossem tão complicados. Descartado isso, a única alternativa seria dirigir, assim como eu e (E), amigUE de pós-graduação fazemos para ir a Assis (SP) que fica a 60 quilômetros da cidade de Ourinhos (SP). Todavia, (E) não poderia me acompanhar nesse trajeto devido a questões relacionadas ao seu trabalho, o que a princípio caracterizou-se como empecilho, pois pegar estrada sozinhE seria um risco do qual não queria correr. Diante desse fato, mI companheirE de estrada e viagem foi mI mãe, que sempre mostrou-se disponível às minhas lutas.

Com a certeza de meu deslocamento e do meio de locomoção e companhia, novamente entro em contato com Lua. Decidimos em conjunto que a melhor data para o

nosso encontro seria no dia 19 de agosto de 2018 – nesta mesma semana – poderíamos então nos encontrar pela manhã e tomar café juntEs e, em seguida, deslocar até a universidade. Todavia nessa data Lua não poderia sair de sua residência, pois coincidia com o seu dia de fazer o almoço para os moradores da república. No entanto, elU não via isso como problema para outro agendamento, sugerindo que poderíamos nos encontrar em sua residência mesmo e enquanto preparava o almoço conversaríamos e mesmo após-almoço continuaríamos o bate papo. Digo a elU que de minha parte não teria problemas também.

Beirava às 13h30min de quinta-feira, 18 de agosto de 2018 quando eu e mI mãe saímos de Vila Gianello (bairro onde meus pais residem) com destino a Ourinhos (SP), territorialidade onde experimentaremos os agenciamentos que compõem o dia a dia de Lua na estação universitária a qual está inseridE.

Figura 2 – Lua: Ilustração do percurso territorializado da viagem. Conexões com a estação universitária



Fonte: Acervo do pesquisador

Chegamos ao destino por volta das 21h30min e acomodamos-nos em um hotel. As 10h30min da manhã seguinte seguimos orientadEs pelo GPS com destino a residência de Lua, localizada a cinco minutos de onde estávamos. Após algumas idas e vindas pelas ruas de

Ourinhos, após alguns erros de percurso, conseguimos enfim chegar ao local. Não demorou muito até que Lua aparecesse.

Assim, ao nos encontrarmos, cumprimentamos-nos com um abraço e um sorriso. Da mesma forma ocorreu entre elU e mI mãe que estava no carro. Entre as formalidades da apresentação, conversas e sorrisos Lua me convida a acompanhá-lE nas compras para o almoço em um mercado próximo dali. Aceito o convite e vamos caminhando mesmo.

No percurso conversamos sobre a viagem, sobre a cidade, o hotel, a universidade e claro, sobre transgeneridades e opressão de gênero. Já no mercado, Lua escolhe com atenção os alimentos que fariam parte do cardápio pensado para o almoço. Na cesta, berinjelas e ovos eram certezas. Agora falta a maionese disse elU. Ao tentar encontrar maionese passa novamente pela seção de hortifrúti e pensa em levar tomate, mas logo desiste ao ver o preço e o aspecto do fruto. Pronto acho que é isso disse elU ao pegar a maionese.

Seguimos conversando até o caixa, até parecia que já nos conhecíamos há tempos. No trajeto de volta encontramos (V) que também caminhava em direção ao mercado. UmE meninE Trans* pontua Lua depois de um tempo. Cumprimos-nos com um aperto de mãos e iniciamos um breve bate papo, no entanto (V) parecia tímide e apressadE, assim como Lua, por isso mesmo o papo não se estendeu, apenas um convite para que elU nos visitasse no período da tarde. Mas (V) não apareceu.

Seguimos em direção ao apartamento onde Lua reside com (R), (B) e (N), que fica sobre uma loja, no primeiro andar. Seu acesso passa por uma longa escada. Trata-se de um ambiente aconchegante, arejado, organizado e com cômodos grandes. Um lugar agradável, com companhia agradável e um delicioso bolo de prestígio servido por Lua.

Realmente sentia-me a vontade, acolhidE e conectadE aquele lugar e principalmente aquela pessoa. Já havia ali uma espacialização territorializada e um encontro entre corpos e histórias, mas também, entre saberes, sabores e aromas. Aliás, não poderia aqui deixar de mencionar o delicioso almoço servido e delicadamente pensado por Lua. Em seu cardápio arroz, feijão temperado na margarina, salada de batata com ovos e berinjela empanada. Não havia carne, pois todEs residentes da república são vegetarianEs.

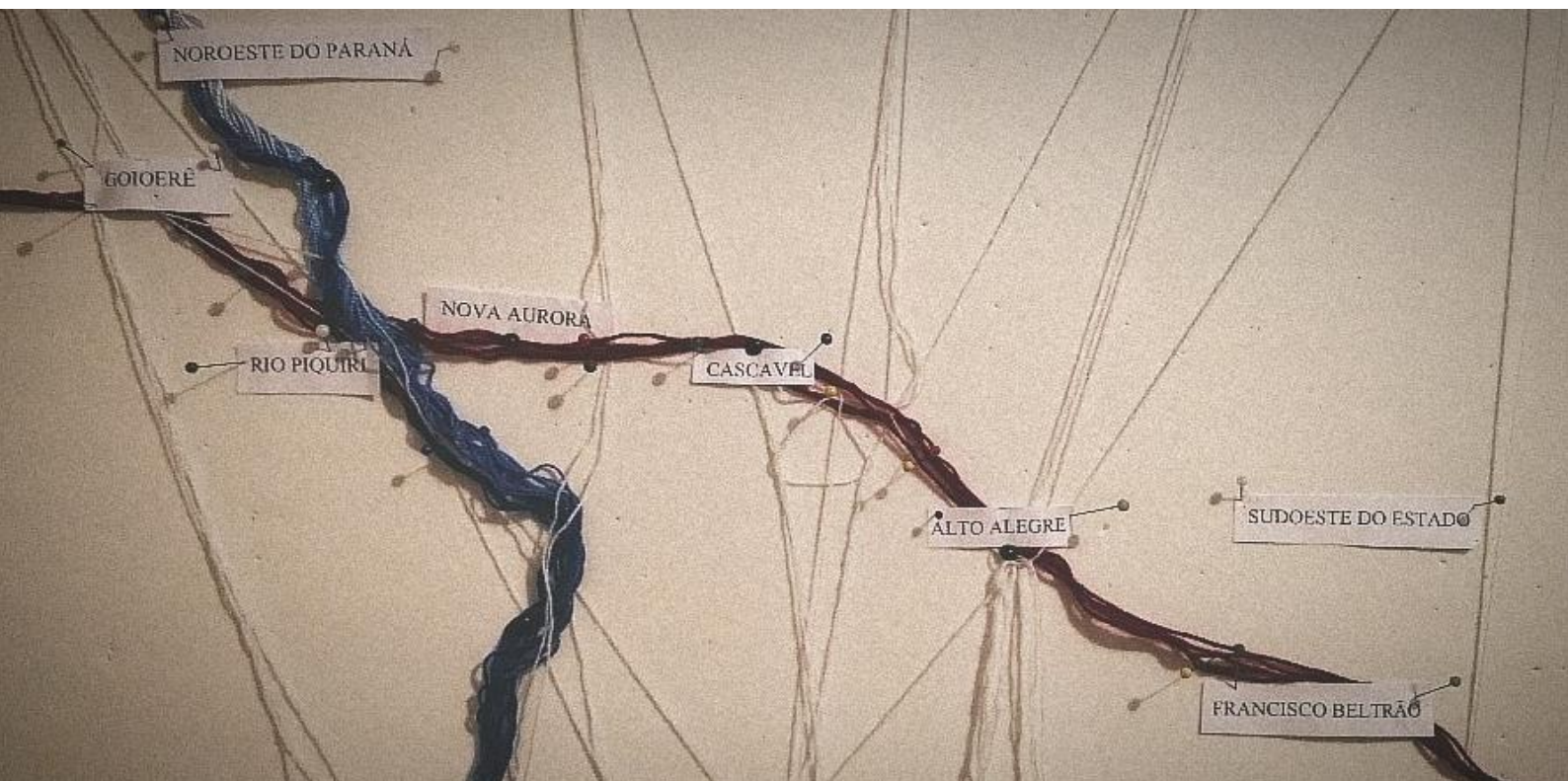
Para finalizar nosso encontro, já beirando às 17h00min fomos a uma tradicional sorveteria da cidade, experimentar a delícia gelada que Lua tanto falava. Realmente sabores que ficarão marcados, mas não me refiro apenas ao sorvete ou ao almoço, mas sim de toda afetividade experimentada juntE a essa colaboradorE de nossa pesquisa.

2.2.3. O embarque de CÉU

Aproximava-se das 18h00min do primeiro dia do mês de setembro do ano de 2018, um sábado de inverno chuvoso e abafado – talvez por conta da proximidade com a primavera – quando na companhia de mI namoradE saímos de Goioerê, cidade que se localiza ao noroeste do estado do Paraná, com destino a Francisco Beltrão, localizada ao sudoeste do mesmo estado, onde na manhã seguinte me encontrei com Céu para almoçar juntEs e dialogar sobre vida e resistência Trans* não-bináriE na universidade.

No carro, algumas malas e os suplementos necessários para as próximas 04h30min de viagem que nos acompanharia em aproximadamente 300 quilômetros de distância. Uma boa música, um beijo e um até logo Goioerê.

Figura 3 – Céu: Ilustração do percurso territorializado da viagem. Conexões com a estação universitária



Fonte: Acervo do pesquisador

Mesmo com o caminho bem delimitado pelo GPS e mesmo pertencendo ao estado em que resido, confesso que nunca havia andado por essa estrada. A chuva insistia em nos

acompanhar por todo o trajeto, hora intensa, hora amena e por vezes uma neblina aumentava a sensação de desconforto, impedindo a visibilidade da estrada. Prudência foi necessária em todo o percurso.

No meio do caminho, uma parada na cidade de Cascavel, oeste do estado do Paraná, para alongar as pernas, onde ainda tomamos um delicioso café acompanhado de um pedaço de bolo de laranja. Antes de retornar ao carro e seguir viagem decido fumar um cigarro em um local mais afastado, onde por um instante, retornei em minha memória as conexões que me levaram a esse embarque e a essa viagem no encontro com Céu. Uma longa conversa e negociação não prevista no trajeto de pesquisa, que teve seu início, assim como a de Estrela e a de Lua, nas redes sociais.

Na ânsia por localizar as pessoas da pesquisa, no dia 05 de maio de 2018 decido lançar um convite sobre a proposta de pesquisa e a busca por colaboradorIes nas redes sociais, gentilmente pedindo para que minhEs amigUEs compartilhassem o convite no intuito de um maior número de pessoas terem acesso à proposta da pesquisa.

Algum tempo depois, mais especificamente no dia 16 de junho de 2018 (T) umE amigUE da pós-graduação e, assim como eu, orientandE de Leonardo, entra em contato perguntando se já havia encontrado as pessoas colaboradorIes da pesquisa, caso contrário teria alguém para indicar. Na ocasião, Céu, que também é suI alunE no curso de Psicologia, a qual compõe o corpo docente. Imediatamente alegro-me, pois as negociações com Estrela e Lua ainda estavam em processo e nesse momento ter mais umE colaboradorE seria de extrema importância.

Com a conexão estabelecida com (T), conecto-me também a Céu. A princípio virtualmente, por intermédio de uma rede social, veículo de comunicação que permitiu o primeiro contato entre nós. Decido então encaminhar a elU o mesmo convite compartilhado na minha linha do tempo (claro que após pedir licença por invadir sua rede social). Na manhã do dia seguinte sou surpreendidE com uma mensagem de Céu respondendo que já estava aguardando o convite e que na correria de suas ocupações diárias encontraria um tempo para ler com mais atenção, mas que a princípio a pesquisa interessava-lhe bastante.

No dia 25 deste mesmo mês, Céu entra em contato comigo solicitando maiores informações sobre os procedimentos da entrevista. Neste momento, tenho a percepção de que há certo receio por parte delU, o que não me espanta, pois ainda não tínhamos proximidades e eu era apenas umE desconhecidE com uma proposta de pesquisa. Diante desse sentimento,

procuro, de modo mais simplista e informal, situar-~~l~~E melhor sobre a proposta da pesquisa e de seus processos, encaminhado a seguinte mensagem:

Essas entrevistas assumem perspectivas que se assemelham a um encontro. Nossa pretensão é de que não seja nada muito rígido e/ou cansativo, mas sim um bate papo, no qual possamos dialogar sobre as vidas não binárias em instituições de ensino superior. No caso, partindo da sua permissão e consentimento eu me deslocaria até sua ‘city’ [cidade]. Realizaríamos esse encontro aí na universidade onde você estuda para dialogar sobre algumas questões tais como: resistências às normas de gênero frente aos preconceitos institucionais, sobre as potencialidades da subversão aos padrões impostos, sobre a importância em se discutir gênero para a democratização do ensino. Basicamente e resumidamente vamos dialogar sobre vida: vida essa que resiste às normas que a todo o tempo aniquila e produzem violências. Vida essa que é potente e singular, que é contestatória e reivindicativa de outras possibilidades de existir, se afetar e amar fora das rígidas imposições binárias e normativas impostas pelas normas de gênero. [...] mas antes de tudo isso, meu intuito é lhe explicar sobre meu projeto, sobre um pouquinho da minha caminhada e sobre quem eu sou. [...] não quero que seja um encontro vazio, mas sim de compartilhamento. [...] tudo ocorrerá com o seu consentimento, para isso elaboramos um termo que no caso você precisará assinar. Esse termo garantirá além da ética o anonimato. (*conexão virtual: diálogo realizado pela rede social no dia 27 de julho de 2018*).

Em conversa com mI orientadorE levantou-se a possibilidade de a entrevista acontecer por chamada de vídeo, o que a principio facilitaria, pois neste caso Céu poderia sentir-se mais a vontade para estar dialogando sobre suas experiências. No entanto, após o encaminhamento do termo de consentimento livre e esclarecido e de sua leitura, novamente Céu entra em contato relatando o seguinte: “gostaria de saber quando você pode fazer as entrevistas, por que eu tenho disponibilidade nos domingos e a tarde a partir das 14h00min” (*conexão virtual: diálogo estabelecido pela rede social no dia 25 de julho de 2018*).

Desde então, percebo certo animo devido ao fato de a entrevista acontecer de forma informal, seguindo a perspectiva de um encontro e o não desejo de ser por chamada de vídeo. Fato esse que também me alegrou, pois seguindo as linhas dos afetos que poderiam ser compartilhados e acolhidos um encontro presencial é mais caloroso. Diante desses acontecimentos, decidimos em conjunto que a melhor data seria no dia seguinte ao de hoje, ou seja, no segundo dia do mês de setembro de 2018.

Parado ali, ao término da última tragada daquele cigarro, em meio a todas essas conexões me pego pensando nos afetos que já estavam gerando aquela viagem, junto às inseguranças e os medos que também se faziam presentes. Respiro fundo um ar menos poluído e retorno ao carro, onde mI namoradE me aguardava para retornarmos ao trajeto. A chuva intensa continua a nos seguir, a insegurança pela estrada molhada e desconhecida, bem

como a pouca visibilidade levou-nos a uma segunda parada a poucos quilômetros de Cascavel. Na esperança da chuva amenizar, insistimos em permanecer por 10 minutos parados, o que não tivera muito resultado. Decidimos então seguir até a cidade mais próxima, alójá-los e seguir a viagem pela manhã.

Ao chegarmos a Alto Alegre do Iguaçu a aproximadamente 110 quilômetros de Francisco Beltrão a chuva intensa já estava amena, o que me impulsionou a forçar o limite estabelecido e continuar o percurso em direção ao destino territorial. Aproximava-se das 23h40min, quando finalmente chegamos à cidade. O clima já estava mais agradável e até mesmo abafado, mas um chuvisco continuava a cair. Ao passarmos pelas ruas percebo que tratava-se de uma cidade muito organizada (pelo menos na região central), as ruas estavam limpas e bem iluminadas. Os radares por toda parte me chamaram a atenção, controlaram minha velocidade, mas também aumentaram a ansiedade de encontrar um hotel.

Após passarmos por três hotéis na região central decidimos, por conta dos valores, nos hospedar em um mais afastado do centro, próximo a rodoviária. Devido à experiência com o último hotel em Ourinhos (SP) solicito um quarto distante da rua, por coincidência foi-nos entregue o quarto 24, número que pejorativamente em nosso contexto está associado ao número do viado. Éramos dois viados bem entendidos que adoraram a escolha do quarto com o acesso possível após o término de um escuro corredor. Um quarto agradável, com uma chuva que retornava aos poucos e uma ansiedade que insistia e que, portanto, precisava ser descarregada...

Acordo às 09h00min da manhã com mI namoradoE cantarolando, a chuva, que perdurou a noite toda ainda caía, mas de maneira amena. O que me permitiu visualizar melhor pela janela daquele quarto a cidade que tanto encontramos dificuldades para chegar.

Enquanto isso, vou trocando algumas mensagens com Céu. Em nossa última negociação havia ficado combinado de nos encontrarmos para almoçar, também nos conhecer e no período da tarde efetivaríamos a entrevista, no entanto, Céu pontua que devido ao fim de mês preferia fazer um almoço mais simples em sua casa, uma vez que a deixaria mais confortável, fato esse que me agradou muito.

Após o *check out* no hotel por volta das 12h00min, decido então passar em um mercado próximo, onde pego refrigerante, vinho, cervejas e duas tortas para saborearmos após o almoço. Seguimos em direção à residência de Céu.

Sou recebidoE no portão com um abraço tímido, mI namoradoE decide ficar no carro para não interferir. Céu e eu seguimos caminhando por um corredor de pedras e rosas típicas

daquela região de terra roxa em direção a sua residência que fica dentre outras de um conjunto ao fundo do quintal. Percebo que Céu é uma pessoa simples que ama a simplicidade da vida, das pessoas e das coisas. Apresenta-se inicialmente tímido e nervoso, assim como eu também me sentia naquele momento.

Ao entrarmos em sua residência, estabeleci memórias afetivas de minha própria casa, um lugar simples, pequeno e muito aconchegante. Percebo que Céu já está com o almoço em fase de finalização, digo isso, pois era impossível não sentir o aroma do frango assado com legumes que ele tirava do forno e colocava sobre a mesa junto a maionese, a farofa e o macarrão.

Sentamo-nos em volta da mesa e enquanto saboreávamos todo o preparo realizado por Céu, dialogávamos. Em meio ao aroma e sabores dos alimentos havia um encontro acontecendo. Agenciamentos que produziam deslocamentos subjetivos e novos aprendizados. Digo isso, pois para além dos sabores havia ainda muitos saberes que naquele momento eu estava tendo o privilégio de experimentar e compartilhar. Digo isso, pois subjetivado na binarização por vezes precisei me corrigir e ser corrigido por erroneamente referir-me a ele em um dos gêneros binários.

Céu apresenta em sua narrativa a singularidade de uma vida/corpo/gênero em experimentação e construção. Em suas poucas palavras iniciais, percebo que sua caminhada até o presente havia sido de muitas resistências atribuídas às experiências vividas junto a família, a escola e recentemente ao trabalho e a universidade, onde diariamente experimenta os efeitos das normas binárias de gêneros, as quais não se identifica. No decorrer do processo, reconhecendo ainda meu lugar de fala e ampliando minha escuta deixo-me ser atravessado pela potência da narrativa que se apresentava, sentindo-me à vontade e inteiramente imerso às intensidades e deslocamentos aos quais ele, naquele momento me levavam a experimentar. Um outro tipo de viagem...

Ao todo, nosso encontro durou aproximadamente cinco horas, sendo o áudio gravado com aproximadamente 02h15min de duração. Chegamos ao término da manhã, ainda com chuva e saímos à tarde, próximo ao pôr do sol, com um clima mais ameno e visível, o qual durante o retorno a Goioerê foi possível enxergar e ao mesmo tempo assustar-se pelo trajeto percorrido durante a noite anterior. Digo isso, pois não havia dado conta de que aquela região era serrana, com altas montanhas e um excesso de perigo do qual eu não havia medido. No carro, além das bagagens com roupas, outras mais valiosas de conhecimentos, reunidas no encontro com IstI colaborador e parte de suas vivências compartilhadas no dia a dia da universidade.

PLATAFORMA – III

3. CORPOS, GÊNEROS E SEXUALIDADES: ACONTECIMENTOS E AGENCIAMENTOS.

Início os questionamentos que agenciam a escrita desta terceira plataforma dentro de um hospital. Em um momento em que posso dizer que a pesquisa encontra-se estacionada, não só porque adoeci, mas também por atravessamentos outros vão compondo a vida e por vezes capturando-me.

São 07h42min da manhã de sexta-feira, 22 de março de 2019 e encontro-me junto a outras pessoas numa sala de espera aguardando atendimento médiQUE. Trata-se de um espaço amplo, composto por múltiplas especialidades da Medicina que recebe os mais diversos casos de saúde/doença da Regional de Campo Mourão (PR) e reúne todos os dias pessoas de distintos lugares. A cada instante uma ou outra pessoa se aproxima, desde crianças, adultEs e idosEs, procurando por atendimento especializado e por um espaço na sala em que me encontro.

Como mestrandE não se pode dar ao luxo de adoecer, decidi baixar o texto da qualificação de umE amigUE e levar para ler enquanto aguardava o atendimento. Em meio aos ruídos de muitas pessoas conversando ao mesmo tempo, outras assistindo vídeos no celular e a construção civil de uma área externa ao hospital, lá estava eu com um pouco de febre, em uma sala cheia de pessoas, tentando fazer a leitura do texto quando de repente algo a mais me rouba a concentração.

Passa por mim uma mulher que aparentemente tem uns 32 anos de idade e uma criança, mais especificamente uma menina de aproximadamente 02 a 03 anos de idade que assim como a mulher – suponho que seja a mãe da criança – usava vestido, um laço no cabelo – suponho que para além de criança seja uma menina – e carregava um pirulito. Ao sentarem próximo a mim, a mulher retira o celular da bolsa e a criança começa a brincar com o pirulito e em seguida a batê-lo no banco. Até então nada de anormal, a não ser mais um barulho que estava me incomodando.

Assim, continuei tentando me concentrar na leitura até que uma conversa em tom visivelmente sério a minha volta me paralisa: “fecha as pernas. Fecha as pernas (repetiu em um tom mais alto). Você não aprendeu no natal que já é uma mocinha e não pode ficar com as pernas abertas”. Sem entender direito o motivo por estar sendo repreendidE a criança começa

a chorar e aos poucos perde o interesse por brincar. Senta-se em um lugar próximo e fica em silêncio.

Acalmado os ânimos de algo que senti em meu corpo e com dificuldades de voltar à leitura, levanto-me em busca de algo líquido para tomar com um remédio, quando retorno decido me sentar em outro lugar. Pego o celular e tento seguir com a leitura, quando novamente ouço aquela mesma voz dizendo em um tom sem nenhuma paciência: “fecha essas pernas agora”, levantando a mão e dando um tapa nas pernas da criança que começou a chorar desenfreadamente. “Engole esse choro” a mulher dizia. Vendo que não iria adiantar e que as pessoas ao redor começaram a olhar em sua direção, a mulher pega a criança no colo e tenta acalmá-la. Em seguida levanta e retira-se da sala.

Além de me paralisar, essa situação transportou-me a inúmeras lembranças punitivas que naquele momento retornavam a minha memória e atravessavam meu corpo. Lembranças de quando os “indícios” da minha homossexualidade e da expressão de gênero mais sensível e “supostamente” feminina começaram a ser repreendidas e vigiadas. “É errado”, minha mãe dizia, ao ter conhecimento sobre as relações afetivas/sexuais experimentadas com um priminho na infância.

“É feio e é pecado”, por várias vezes ele reiterou seu discurso capturado. Vale lembrar que isso certamente não aconteceria se fosse com uma priminha, ou talvez não aconteceria com tanta intensidade punitiva e conteúdo moral, pois estaria expressando a suposta normalidade heterossexual e cisgênera que tentava naturalizar-se sobre meu corpo.

Em meio a tudo isso, mais uma vez encontro em minhas memórias com as vivências experimentadas durante os encontros com as pessoas Trans* não-binárias dessa pesquisa e as narrativas que expressam suas experimentações com os dispositivos normativos que tentaram normalizar e binarizar seus corpos seja na família, na igreja, no trabalho, na escola e até mesmo na universidade. Foi quando, neste momento, de fato percebi que não conseguiria mais me concentrar na leitura do texto, pois havia ali outros agenciamentos formando-se.

Decido então abandonar o texto e dirigir-me a um lugar mais reservado da sala. Busco nas inúmeras pastas baixadas, pela transcrição das entrevistas realizadas. Leio atenciosamente parte das narrativas, respiro fundo e tristemente decido – juntamente com essas experiências – compartilhá-las no desenvolver desta plataforma, para problematizarmos alguns dos efeitos dos agenciamentos normalizadores que atravessam a construção e a experimentação dos gêneros e sexualidades, materializando-se por meio de estratégias disciplinares, de controle, vigília e punição – semelhantes a essas que acabo de narrar – atribuindo a qualquer indício de

subversão do pressuposto modelo de vida normal cisgênera e heterossexual esperada e incentivada a homens e mulheres e a seus gêneros biológicos efeitos de normalização que tentam regular seus corpos e gêneros sob a ótica do discurso Cis-heteronormativo.

Todos esses acontecimentos reunidos nessa breve historicização são disparadores das inquietações que agenciaram aqui, nesta terceira plataforma, a necessidade da construção de problematizações sobre os processos constituintes da subjetivação normalizada que tenta materializar sobre os corpos, através dos dispositivos do biopoder¹⁶ e biopolítica¹⁷ a construção social/política/cultural dos gêneros e sexualidades em modelos normalizados e naturalizados do que se entende por referenciais de masculinidades/feminilidades e heterossexualidade. Ao mesmo tempo em que produzem abjeções aqueles que apresentam interesses, comportamentos, desejos e expressões singulares e desviantes da suposta norma.

Digo isso, pois em meio a uma sala de espera logo à minha frente, parte dos processos disciplinadores tornava naquele momento – através do discurso punitivo – uma criança em mulher.

Digo isso, pois minhas memórias reeditaram muito mais que tristes lembranças da minha infância, sobretudo denunciavam parte dos dispositivos que tentaram me tornar um homem cisgênero e heterossexual.

Mas acima de tudo, digo isso, pois as conexões estabelecidas com as pessoas Trans* não-binárias e suas vivências, além de me lançar a experimentações desviantes dos processos normalizados que tentam produzir binariamente pessoas do sexo macho em meninos/homens/masculinos/heterossexuais e pessoas do sexo fêmea em meninas/mulheres/femininas/heterossexuais são disparadoras do olhar mais atento e sensível a essas inquietações, na qual questionamentos e não respostas vão se reunindo, onde mais especificamente naquela sala de hospital me vi perguntando o seguinte: quais redes de poderes/saberes agenciam a normalidade dos processos de subjetivação e atribui inteligibilidade e aspectos de natureza aos gêneros e as sexualidades produzidas em modelos referenciais de masculinidades, feminilidades e heterossexualidades? O que há nas entre linhas dessa produção?

¹⁶ De acordo com Michel Foucault, o Biopoder foi “elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de reprodução e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos” (FOUCAULT, 1999, p. 132).

¹⁷ Já a Biopolítica é entendida por um conjunto de práticas “que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (FOUCAULT, 1999, p. 134).

Os questionamentos que compõem as experimentações em curso dessa pesquisa/viagem fazem-se em meio a esses agenciamentos e acontecimentos, estabelecidos durante os encontros/entrevistas com as pessoas Trans* não-bináriEs e entre as construções teórico-metodológicas desta pesquisa. É no percurso desses fluxos que os rizomas acontecem e este mapa/dissertação, pouco a pouco, ganha contornos e linhas de problematizações a serem cartografadas.

Assim sendo, nesta plataforma, visamos levar os leitorIes/passageirEs a maior proximidade com as perspectivas teóricas assumidas, bem como trazer recortes das experimentações junto às pessoas Trans* não-bináriEs, mapeando, portanto, as cartografias que aqui se tornam necessárias. Almejamos na interlocução entre teoria e experiência, problematizar os processos constituintes da inteligibilidade de alguns corpos em nossa subjetivação no contemporâneo, tendo em vista que:

A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é *essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares*. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão ou de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 29, grifo dEs autorIes).

Partindo da noção de subjetividade apresentada por Guattari e Rolnik (1996), buscamos apresentar alguns questionamentos acerca dos processos construtivos da subjetivação alienada, ou como podemos chamá-la, subjetividade normalizada, a qual os gêneros e as sexualidades atravessam seus modos de produção, enquanto dispositivos de normalização e binarização dos corpos.

Todavia, salientamos que não é nosso interesse produzir aqui outras normativas que devem ser seguidas à risca. Longe de nós querermos isso, tendo em vista que as cartografias aqui enunciadas são e fazem-se singulares de um lugar específico e subversivo de fala e de subjetivação.

Desejamos antes, recriar um espaço de problematização e ampliação acerca dos dispositivos normatizadores, “aqueles envolvidos com o estabelecimento das normas” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 35-36) responsáveis por sua produção e sistematização, bem como de suas leis e regras de padronização, empenhadas na produção e comercialização da subjetividade normalizada, “que buscam colocar (todos) sob uma norma já estabelecida e, no limite, sob a faixa de normalidade (já definida por essa norma)” (VEIGA-NETO; LOPES,

2007, p. 35-36) que, alinhada a (bio)lógica do sistema sexo/gênero têm produzido precariedades e vulnerabilidades que segundo Judith Butler (2018) implicam a vida daquelEs, cujas construções e expressões dos gêneros e experimentação das sexualidades não se resumem a biologia de seus corpos/sexos designados ao nascimento e não se assemelham e/ou pactuam com os desejos e prazeres culturalmente normatizados e normalizados que sustentam a inteligibilidade dos modelos hegemônicos de subjetivação, supostamente naturais num “aumento da sensação de ser dispensável ou de ser descartado que não é distribuída por igual na sociedade” (BUTLER, 2018, p. 21).

Para problematizar esses questionamentos que atravessam esta pesquisa e a experimentação das pessoas Trans* não-bináriEs, dividimos esta plataforma em três etapas. Assim sendo, no primeiro momento de nossa problematização visamos brevemente discorrer acerca dos agenciamentos que produzem a inteligibilidade da subjetividade normalizada, validade em meio a relações políticas e culturais de poderes e saberes ao longo de nossa socialização, que produz o modelo de vida normal e criam em torno do corpo – mais especificamente entorno do sexo e do controle da sexualidade – significações que materializam a construção e normalização dos gêneros e seus restritos e binários papéis sociais, o que segundo muitEs autorIes também criam o que nomeamos acima de heteronormatividade, ou seja, todo o conjunto de arranjos que incentiva e produz a heterossexualidade “como parâmetro de normalidade em relação à sexualidade, para designar como norma e como normal a atração e/ou o comportamento sexual entre indivíduos de sexos diferentes” (PETRY; MEYER, 2011, p. 196).

Partindo dessa breve construção em torno da inteligibilidade heteronormativa, num segundo momento discorreremos mais especificamente acerca das tecnologias que fazem os gêneros binários, centrados em modelos referenciais de masculinidades e feminilidades. Adentraremos mais especificamente as questões que envolvem a normalização e naturalização da cisgeneridade enquanto norma. O termo nomeado de cisnormatividade segundo Rodriguez (2014, p. 36) “visa, entre outras coisas, visibilizar o privilégio e legitimidade dado as pessoas não Trans dita como ‘normais’”. O que certamente tem produzido efeitos de abjeção e desqualificação das vidas singulares e subversivas da inteligibilidade subjetivada.

Posteriormente, no último tópico desta plataforma, seguiremos viagem com as pessoas Trans* não-bináriEs acima apresentadEs e estaremos a partir dos encontros mapeando e cartografando alguns dos efeitos relatados e experimentados diariamente nos confrontos com as normalizações que tentam limitar suas expressões de gêneros e sexualidades, sejam na

família, na escola ou na universidade, dentro de referenciais binários e biológicos de masculinidades, feminilidades e heterossexualidade, constituintes dos processos de subjetivação normalizados.

3.1 (Des)construindo a inteligibilidade da subjetivação (hetero)normalizada: regulando os corpos/sexos/sexualidades, produzindo a “normalidade” das diferenças sexuais e os efeitos de “natureza” as expressões binárias dos gêneros

[...] nada há de exclusivamente "natural" nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2000, p. 6).

Pensar as questões que envolvem a constituição dos processos de normalidade SOBRE e PARA os corpos e suas estreitas experimentações binárias com os gêneros (masculino/feminino) e as sexualidades (heterossexual/homossexual), requer problematizações que denunciem o próprio caráter construtivo/inventivo das rotas normativas da inteligibilidade e dos referenciais estereotipados que nos chegam e, de COMO e por meio de QUE e, mais especificamente PARA QUE esses processos são produzidos e engendrados nas relações sociais/institucionais e se estendem a subjetivação.

Ainda, problematizar esses processos é prover aqui meios para a desconstrução dos caminhos naturalizados que (re)produzem a subjetividade normalizada enquanto única possibilidade de viagem/construção/experimentação dos corpos com os gêneros, com as sexualidades, com os desejos e os prazeres. Cujos efeitos de naturalidade atribuídos (re)produzem a inteligibilidade de identidades específicas, dentro de um campo minado, restrito, normativo e perverso de subjetivação que, só ganha status de normalidade a custa da opressão das singularidades.

Ainda, em um movimento de visibilidade e escuta das vozes silenciadas e das multiplicidades apagadas, negligenciadas e diariamente vulnerabilizadas pelos machismos, misoginias e LGBTQIfobias sustentadas pela subjetivação normalizada, reificadas

culturalmente e acentuadas por ideologias políticas extremistas, tornamos essa dissertação um instrumento de denúncia do caráter construtivo da normalidade binária e de seus efeitos de precarização e regulação dos corpos, gêneros, sexualidades, desejos e prazeres. Ao mesmo tempo em que propomos junto à cartografia das vivências das pessoas Trans* não-bináriEs, ampliá-la e torná-la instrumentos de possibilidades – à margem do campo da normalidade –, seja de invenção das próprias rotas no percurso da vida ou de modos mais singularizados e menos precarizados da construção e experimentação dos gêneros.

Salientamos que ao colocarmos em pauta as discussões que envolvem a produção de subjetividades e seus efeitos ou não de governabilidade dos corpos – dos gêneros, das sexualidades, dos desejos e prazeres – não estamos apenas nos opondo a rede de poder/saber que a constitui. Mas, além disso, estamos produzindo questionamentos – a partir das inquietações de nossa pesquisa e mais especificamente das vidas que a nós se unem – sobre sua produção em moldes de normalidade e seus múltiplos impactos aos diversos e singulares modos de existências, principalmente daquelUs que se experimentam enquanto dissidências como, por exemplo, o meu corpo/pesquisadorE/viado e o corpo delUs, pessoas Trans* não-bináriEs.

Discutir a construção desses processos sobre a ótica crítica do pós-estruturalismo, da cartografia, dos feminismos e das perspectivas transfeministas e *queers* é colocar em cheque questões estruturais de como as coisas se agenciam e se normalizam ao longo do tempo, mais especificamente de como a sociedade organiza-se e tenta disciplinar/controlar a governabilidade de todo o corpo social.

É um movimento de tornar visíveis as engrenagens que sustentam a inteligibilidade de alguns corpos por meio de sistemas muito bem articulados. E mais do que isso, é criar espaços de desconstrução dos dispositivos que silenciam, negligenciam e anulam qualquer possibilidade de rompimento da normalidade inscrita aos processos de subjetivação e materializada em referenciais binários nos corpos. É tornar, pouco a pouco, a anormalidade (as minhEs, as delUs e as suas) construída sobre nossas carnes, em potências singulares de nossas existências.

Assim sendo, em um movimento de desarticulação do ensejo normativo construído sobre nossos corpos e constituinte dos processos de subjetivação normalizadores, enquanto única rota de legibilidade da construção dos gêneros e experimentação das sexualidades, dos desejos e dos prazeres, recorreremos em um primeiro momento, a Michel Foucault (1999) e a Tomaz Laqueur (2001) que nos oferecem importantes referenciais teóricos para a

desconstrução da binária normalidade/anormalidade construída sobre os corpos/sexos/sexualidades e de seus impactos a construção política e cultural dos gêneros.

É importante destacar que tanto Foucault (1999), quanto Laqueur (2001) denunciam em suas obras que os processos constituintes da normalidade e sua inteligibilidade são produzidos e validados em meio a relações de poder/saber, inseridos em temporalidades, culturas e políticas específicas por meio de dispositivos, enunciados, linguagens, tecnologias e discursos, sejam eles, institucionais, científicos, médicos, biológicos, econômicos, jurídicos, pedagógicos, filosóficos, morais, ideológicos e ou religiosos de dogmáticas cristãs, reunidos ao longo de nossa civilização e socialização que, organizam em torno do corpo, mas especificamente sobre o sexo toda a estratégia de disciplina e controle populacional, bem como a distinção e hierarquização dos gêneros e suas atribuições à suposta ordem social.

Laqueur (2001), um dos pensadores em questão, entende que corpo/sexo são políticos e não naturais, portanto sua invenção/construção ocorre em meio a processos de significação coletivizada – ou como mencionado por Guattari e Rolnik (1996) subjetivação serializada – e apresentam as marcas da cultura, sendo esta, interpelada pelas produções de saberes/conhecimentos de um dado momento do processo civilizatório, que carrega em si discursos de verdades (normas) com poderes de diferenciar, significar, classificar, normalizar e naturalizar os corpos. Segundo este autor, sobre a carne investe, intervém, cria-se linguagens e processos de classificação e diferenciação binária que as marcam e fazem da anatomia de seus órgãos sexuais, destinos supostamente naturalizados das experimentações políticas e sociais.

Assim sendo, dos clássicos filósofos gregos, aos renomados iluministas até a psicanálise de Sigmund Freud o inventando o sexo, corpo e gênero de Tomaz Laqueur (2001) apresenta a contemporaneidade importantes cartografias dos impactos discursivos, essencialistas, biologistas e moralistas culturalmente constitutivos da suposta normalidade sobre os corpos que, produzem por meio da epistemologia e da política a organização binária das hierarquias sexuais (do macho sobre a fêmea) e os efeitos de normalização às experimentações naturalizadas dos papéis sociais dos sexos (masculino sobre o feminino) (LAQUEUR, 2001).

De acordo com este autor, dentro do contexto, do qual os corpos são inventados o homem constituiu-se por meio dos conhecimentos por ele mesmos produzidos, pelas produções de saberes e suas relações de poderes com a sociedade, binariamente e politicamente superiores a sua versão menos potente: A mulher, filosoficamente e

epistemologicamente produzida enquanto fria, fraca, sensível, passiva e menor ao seu modelo vertical legítimo: O homem, quente, forte, viril, ativo, portanto, naturalmente mais apto ao domínio social (LAQUEUR, 2001).

Segundo Laqueur (2001), sobre o corpo/sexo, mais especificamente sobre a investigação do corpo/sexo da mulher, seus fluidos corpóreos, seu aparelho reprodutor e principalmente seu útero toda a política da hierarquia sexual e a diferenciação dos binários papéis sociais foi produzida. No entanto, ser homem ou mulher nesse contexto era para além do que pregava a biologia essencialista, assumir uma posição social cristalizada das diferenças anatômicas culturalmente constituídas, inscritas em representações binárias de masculinidades e feminilidades que naturalmente, sob as bases da molaridade, organiza e distribui o poder/domínio/privilégio e conseqüentemente a opressão/submissão/precarização de um sexo ao outro.

Diante a estruturação dessa organização tudo que viesse a ameaçar a suposta ordem natural do poder político, assumidos nos papéis sociais destinados a homens e a mulheres, como por exemplo, as relações afetivos/sexuais entre pessoas do mesmo sexo, soariam subversivos as normas culturais. Subversivos não por confrontarem a naturalidade da heterossexualidade, mas essencialmente por inverter e embaralhar os códigos do que era socialmente e culturalmente determinado enquanto funções atribuídas a masculinidades e a feminilidades dos sexos. Assim diz **IstI** autor**E**:

Porém quando a honra e o status estão em jogo, o desejo pelo mesmo sexo é considerado perverso, mórbido e completamente repugnante. Escreveu-se muito mais sobre o sexo entre homens que entre mulheres por que as conseqüências sociais e políticas imediatas do sexo entre homens eram potencialmente muito maiores. Já o sexo entre mulheres tinha relativamente pouca conseqüência. Mas fosse entre homens ou entre mulheres, a questão não é identificar o sexo mas a diferença de status entre os parceiros e precisamente quem faz o quê. O homem ativo, o que penetra no coito anal, ou a mulher passiva, a que se deixa esfregar, não ameaçavam a ordem social. O parceiro fraco, efeminado é que tinha problemas profundos, em termos médicos e morais. Seu próprio semblante denotava sua natureza: pathicus, o que era penetrado; cinaedus, o que demonstrava uma luxúria anormal; mollis, o passivo, efeminado. Por outro lado havia a tribade, a mulher que fazia o papel do homem, que era condenada e, como o mollis, era considerada vítima de uma imaginação doentia e com sêmen excessivo e mal direcionado. As ações da mollis e da tribade eram anormais, não por violarem a heterossexualidade natural mas por representarem – literalmente – personificarem as reservas radicais culturalmente inaceitáveis de poder e prestígio (LAQUEUR, 2001, p. 67).

Na genealogia foucaultiana – outro pensadorE aqui em questão – é possível verificarmos que a inteligibilidade produzida sobre os modelos hegemônicos de vida normalizada se intensificaram entre os períodos do século XVII ao final do século XIX e início do século XX onde o corpo torna-se ainda mais elemento do investimento dos saberes e poderes, da norma e da disciplina que garantiriam nesse contexto, através dos dispositivos do biopoder, da biopolítica e da sexualidade a efetivação do sistema capitalista ainda em fase de implantação, a (re)produção de corpos saudáveis ao seu exercício e a gestão da vida.

Em “A história da sexualidade I: vontade de saber” o autorE problematiza que esses dispositivos encontram no sexo a fonte de seu investimento e a possibilidade de regulação, disciplinarização e o controle de todo um coletivo:

Sobre tal pano de fundo, pode-se compreender a importância assumida pelo sexo como foco de disputa política. É que ele se encontra na articulação entre os dois eixos ao longo dos quais se desenvolveu toda a tecnologia política da vida. De um lado, faz parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição de forças, ajustamento e economia das energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz. Insere-se, simultaneamente, nos dois registros; dá lugar a vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações espaciais de extrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos infinitos, a todo um micropoder sobre o corpo; mas, também, dá margens a medidas maciças, a estimativas estatísticas, a intervenções que visam todo o corpo social ou grupos tomados globalmente. O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie (FOUCAULT, 1999, p. 136-137).

Assim, tendo o corpo/sexo se tornado principal eixo do investimento da disciplina e do controle populacional ao longo da história, Foucault (1999) pondera que biopolíticas outras seriam necessárias para agenciar a sua normalização. A família, a heterossexualidade, o casamento, a monogamia, a Pedagogia, a Medicina, a Ciência e o dogma religioso tornam-se, no contexto do século XVII a XIX, os meios da efetivação do dispositivo da sexualidade que garantiriam a regulação e a manutenção dos corpos/sexos, cujo fim seria a reprodução – dentre elas a de corpos saudáveis ao capitalismo – e não mais a experimentação dos desejos e prazeres compartilhados, entendidos nesse contexto, enquanto empecilhos à governabilidade da vida.

Fato esse que implica diretamente na constituição da moralização sobre os corpos/sexos e ao exercício das sexualidades que, pouco a pouco, vão se tornando tabus sociais a serviço das produções de saberes e poderes que ditam o que é certo ou errado, o que pode e o que não pode, o que cabe e o que não cabe ao seu exercício, pautado essencialmente no estilo burguês

de vida e sexualidade, pouco a pouco, normalizada, reprodutiva e monogâmica e suas relações de poder no desenvolvimento da sociedade capitalista (FOUCAULT, 1999).

Dessa forma, Foucault (1999) pondera que certa liberdade afetivo/sexual, práticas, desejos e prazeres existentes no início do século XVII teria, como que num rápido crepúsculo se esvaído da sociedade.

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo se cala. O casal legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. (FOUCAULT, 1999, p. 10).

Ao fim do século XVII o corpo, ainda em processo de disciplinarização, interpelado pelas produções de saberes/poderes culturalmente produzidas, continua sendo instrumento de investigação e intervenção dos discursos essencialistas e biologistas. A anatomia já se encaminha nesse período, a apuração da existência de dois sexos binários distintos (antes acreditava-se num modelo de sexo único), entendidos neste contexto enquanto masculino/feminino. Todavia, Laqueur (2001) pondera que a nova visão epistêmica sobre os distintos arranjos corpóreos não produziu sozinha a noção de dois sexos opostos. Segundo IstI autorE:

As novas formas de interpretar o corpo não foram consequência de um maior conhecimento científico específico: resultaram de dois grandes desenvolvimentos distintos analíticos, mas não históricos: um epistemológico, o outro político. No final do século XVII em certos contextos específicos, o corpo não era mais visto como um microcosmo de uma ordem maior, na qual cada partícula da natureza é posicionada dentro de várias camadas de significação. A ciência não mais gerava as hierarquias das analogias, as semelhanças que levavam o mundo inteiro a tentativas científicas, mas criava um corpo de conhecimento ao mesmo tempo infinito e extremamente pobre, como argumenta Foucault. O sexo do Iluminismo – como fundamento biológico do que é ser masculino e feminino – foi tornado possível por essa mudança epistêmica. Mas a epistemologia sozinha não produziu os dois sexos opostos; isso ocorreu em certas circunstâncias políticas. A política, amplamente compreendida como competição de poder, criou novas formas de constituir o sujeito e as realidades sociais dentro das quais o homem vivia. Falar em tom sério sobre sexualidade era, inevitavelmente, falar sobre a ordem social que ela representava e legitimava. A ‘sociedade’, escreve Maurice Godelier, “persegue a sexualidade do corpo (LAQUEUR, 2001, p. 22).

Mesmo não exercendo domínio em sua totalidade das produções/invenções dos corpos a epistemologia, principalmente a biologia essencialista, produziu impactos significativos à

ordem cultural e a distinta experimentação política dos dois sexos descobertos. Conforme Laqueur (2001):

A visão dominante desde o século XVIII, embora de forma alguma universal, era que há dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos, e que a vida política, econômica e cultural dos homens e das mulheres, seus papéis no gênero, são de certa forma baseados nesses ‘fatos’. A biologia – o corpo estável, não-histórico e sexuado – é compreendida como o fundamento epistêmico das afirmações consagradas sobre a ordem social. (LAQUEUR, 2001, p. 18).

Então, percebe-se a acentuação da produção binária da diferenciação biológica e epistêmica e a validação de dois sexos (macho/fêmea), dois órgãos sexuais (pênis/vagina) e como dizia os clássicos filósofos, duas sementes (espermatozóide/óvulo), cujo exercício disciplinado da sexualidade, pouco a pouco encaminha-se ao seu fim supostamente natural: A procriação heterossexual.

Outrossim, é notório também a organização de estratégias que distribuem hierarquicamente os papéis sociais de cada sexo e atribuem-lhes especificidades para o “bom” desenvolvimento da sociedade. Dito de outra forma, do controle de toda a vida pelo Estado. As mulheres constituem-se por meio da epistemologia e da organização política e cultural enquanto secretarias do lar e estão a serviço da casa, do marido, dos filhos e da família. Já o homem está a serviço da sociedade, serve primeiramente ao capital, ao dogma religioso, mas também se constitui protetor da família. Ambos, homens e mulheres, servindo a moral, os bons costumes e a suposta natureza normalizada.

Ademais, nota-se a estruturação de toda uma organização política de vida amparada na biologia dos corpos e em sua função reprodutiva, com a demarcação dos papéis sociais e de trabalho de homens e mulheres, a constituição do público e do privado e a governabilidade de todo o corpo social e, embora o conceito de gênero não fosse categoria de análise na visão dos autores, vê-se ainda, por meio dos arranjos intrínsecos das funções atribuídas a cada sexo e das disputas políticas por poder social, a marca dos gêneros, sua construção e experimentação materializada, normalizada e inscritas na naturalidade dos corpos/sexos biológicos e no exercício normalizado da sexualidade na qual segundo Laqueur (2001, p. 152) os “[...] homens e mulheres foram destacados pela configuração de seus corpos – ter um pênis do lado de fora ou de dentro – para seus necessários papéis procriativos e vários outros papéis específicos do gênero”.

Ainda, os investimentos sobre os corpos/sexos produzidos nas disputas políticas de poder e domínio, intensificados pelas supostas verdades dos saberes produzidos e

engendrados na sociedade seguiram, segundo Foucault (1999) agenciando a governabilidade da vida mais intensamente a partir da regulação da sexualidade:

É por isso que, no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância; tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la. Mas vemo-la também tornar-se tema de operações políticas, de intervenções econômicas (por meio de incitações ou freios à procriação), de campanhas ideológicas de moralização ou de responsabilização: é empregada como índice da força de uma sociedade, revelando tanto sua energia política como seu vigor biológico. De um pólo a outro dessa tecnologia do sexo, escalona-se toda uma série de táticas diversas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações (FOUCAULT, 1999, p.136-137).

Indubitavelmente, os padrões de normatização continuam sendo agenciados, produzidos em torno do corpo/sexo/sexualidade e pouco a pouco engendrados nas relações sociais e nos processos de subjetivação por intermédio das produções de saberes/verdades/poderes e dos dispositivos institucionais. No contexto do século XIX, a Medicina legal emergente constitui auxílio às decisões do judiciário, cuja eleição, mensuração e classificação binária entre corpos em: normais/anormais, saudáveis/patológicos, produtivos/não produtivos, monstros/humanos, corrigíveis/não corrigíveis passam pela verificação médico-legal das ditas ciências sexuais e pela decisão judicial (FOUCAULT, 2002).

Além disso, todas essas normativas reúnem-se em torno dos exames de mensuração produzidos por esses saberes/verdades e suas relações de poder com a sociedade, e fundamentam as bases epistemológicas desses conhecimentos – inclusive da Psicologia tradicional – que percorrem todo o desenvolvimento da ciência moderna, trazendo resquícios a grande parte da produção de verdades/saberes no contemporâneo, as quais, ainda hoje, encontramos ciências e práticas profissionais molarizadas implicadas na patologização dos gêneros e das sexualidades, por meio de estratégias que venham atestar e classificar a normalidade ou não, segundo os desvios da norma hierárquica esperadas ao padrão da cisgeneridade conformada e da heterossexualidade reprodutiva, instituídas e normalizadas aos processos de subjetivação ao longo de nossa socialização e reproduzidas nas relações socialmente estabelecidas, como por exemplo, as experimentações das narrativas acima mencionadas.

3.2. (des)construindo a inteligibilidade/reconhecibilidade dos gêneros binários: dos desvios de rotas a experimentação de abjeções e a constituição de resistências

Embora Michel Foucault em suas produções não viesse a esboçar sobre a construção dos gêneros ou sobre o engendramento do sujeito feminino na sexualidade, ou até mesmo negasse esse sujeito em prol de um sujeito universal (entende-se por masculino), seria ingenuidade afirmarmos que em suas genealogias IstI filósofoE não tenha molecularizado o pensamento científico e que suas contribuições não apresentaram ao contemporâneo outros campos de implicações para problematização dos agenciamentos que constroem as supostas verdades, que produzem as relações de poderes e saberes e interpelam os corpos/sexos/sexualidades e a vida.

Em suas obras, IstI autorE desmistifica os processos constituintes da suposta normalidade/anormalidade heteronormativa e sobre o disciplinamento e controle da sexualidade, até então tida enquanto algo natural e íntimo das pessoas – fato esse que escancara seu caráter constitutivo – e mesmo não adentrando as questões de gêneros suas produções ampliam as perspectivas dos movimentos feministas pós-foucaultianos ou não. As problematizações levantadas pelo filósofoE em torno da política do sexo e da tecnologia da sexualidade dentro de contextos culturais fortemente influenciados por forças de domínios hegemônicos e de seus específicos interesses na governabilidade da vida, contribuem, segundo Tereza de Lauretis (1987), para problematizarmos no contemporâneo, os impactos, a construção e relação dos gêneros, ou melhor dizendo, das tecnologias que o fazem.

Assim sendo, nesse arcabouço de problematizações que nos chegam, voltemos um instante a história iniciada nas primeiras linhas dessa plataforma, onde posteriormente, a partir de Laqueur (2001) (seguidorE de Foucault) e mais especificamente do próprio Foucault (1999/2002) tentamos construir diálogos teóricos sobre os processos disciplinares que produziam no momento da experiência vivenciada e historicizada – por meio de dispositivos punitivos – uma criança em mulher. Pelo qual, presenciar este acontecimento e a articulação desse dispositivo, trouxeram a minha memória lembranças das inúmeras tentativas de produção da cisgeneridade e heterossexualidade sobre meu corpo/pesquisadorE e ao mesmo tempo me transportaram as experimentações compartilhadas pelas pessoas Trans* não-bináriEs dessa pesquisa, sobre as tentativas de disciplinarização de seus corpos em modelos referenciais e binários de masculinidade e feminilidade esperadas ao sexo biológico.

Ademais, alguns dos aspectos desses processos disciplinares, vivenciados e historicizados em um breve relato, mas também experimentados na memória e no corpo do pesquisador viado e das experiências compartilhadas no encontro com as pessoas Trans* não-binárias, podem facilmente serem problematizados a partir das contribuições de Foucault (1999) acerca da regulação do corpo/sexo/sexualidade e da produção de inteligibilidade a alguns modos específicos de vida, produzidos a base de uma complexa rede de disciplina/controle/vigília e sobre os preceitos heteronormativos da qual o dispositivo do biopoder, da biopolítica e da sexualidade são constituídos. Assim como brevemente tentamos discorrer anteriormente.

No entanto, a partir do contato estabelecido com Tereza de Lauretis (1987) e com outras feministas contemporâneas, podemos dizer que embora tais problematizações levantadas por Foucault (1999) sejam importantíssimas, ainda não dão conta da amplitude historicizada, experimentada e narrada, nem mesmo de toda a complexidade dos agenciamentos que formam as cartografias dessa plataforma, pois suas composições apresentam características que fogem unicamente ao aspecto da regulação do corpo/sexo/sexualidade, pois inserem-se, antes de tudo, em um campo das construções e relações de gênero.

Embora sexo/sexualidade e gênero sejam categorias distintas, Gayle Rubin (1993) pondera que a noção de que sexo biológico, ou seja, vagina/pênis pressupõe gênero e sexualidade faz parte de um conjunto de arranjos denominados de sistema sexo/gênero que, segundo IstI antropólogoUE constitui-se em um modelo efetivo de hierarquização das relações sociais/sexuais e estruturação da opressão e submissão de um sexo/gênero sobre o outro, constituído a base da diferença biológica entre os corpos. Diante dessa perspectiva, podemos dizer que essa distinção não é tão distinta assim, pois segundo a visão da antropólogoUE um produz agenciamentos normalizados que seguem uma linha de coerência sobre o outro.

Assim, em um movimento de desconstrução dessa lógica Rubin (1993) discorre que o “gênero não é apenas uma identificação com um sexo; ele também supõe que o desejo sexual seja direcionado ao outro sexo. A divisão sexual do trabalho está implicada nos dois aspectos do gênero – ela os cria homem e mulher, e os cria heterossexuais” (RUBIN, 1993, p.28).

Dito de outra forma, esse sistema do qual a antropólogoUE refere-se os cria legitimamente homens/masculinos e mulheres/femininas, homens/ativos e mulheres/passivas, homens/viris e mulheres/sensíveis, homens/dominadores e mulheres/submissas. Ambos reprodutivos, heterossexuais e cisgêneros. Logo, a homossexualidade, a lesbianidade, a

bissexualidade, a transgeneridade, os corpos intersex e as vidas queers e Trans* não bináriEs constituem-se neste contexto de relação enquanto ilegítimas a matriz heteronormativa e cisnormativa constituintes da suposta normalidade, epistemologicamente e politicamente produzidas e inseridas nas relações socioculturais e nos processos de subjetivação.

Nesse viés, Judith Butler (2003) agrega ao sistema sexo/gênero, inicialmente formulado por Gayle Rubin (1993), as categorias de desejos e prazeres enquanto pontos de análises e desconstrução da normalidade atribuída à experimentação das sexualidades e construção dos gêneros enquanto sequência do sexo biológico, o que por sua vez, segundo elU, torna a heterossexualidade e a cisgeneridade a base natural da matriz normalizadora das sexualidades e dos gêneros e constroem sobre elas uma “[...] grade de inteligibilidade cultural por meio dos quais corpos, gênero e desejos são naturalizados” (BUTLER, 2003, p. 215-216) fixados e performativamente reproduzidos, segundo o que se avalia por referenciais hegemônicos de sexualidades, masculinidades e feminilidades normalizadas.

Assim, o sistema sexo/gênero ou como nomeado por Lauretis (1987) apenas de gênero, para além da suposta coerência entre expressão de gênero e sexo biológico, trata-se de uma tecnologia produzida em meio a códigos, discursos ideológicos, midiáticos, dogmáticos, pedagógicos, institucionais que interpelam – dentro de determinada cultura e política – os corpos e as relações sociais, cuja finalidade é constituir representações de modelos universais, dominantes e hegemônicos de homens e mulheres. Segundo as contribuições dIstI autorE a “construção do gênero também se faz, embora de forma menos óbvia, na academia, na comunidade intelectual, nas práticas artísticas de vanguarda, nas teorias radicais, e até mesmo, de forma bastante marcada, no feminismo (LAURETIS, 1987, p. 4) ”.

Para Lauretis (1987) esses dispositivos são produtores de modelos de homens e mulheres que não condizem com o real e nem mesmo com as multiplicidades nas tantas formas de se compor com o masculino, o feminino, ou em espaços outros, fora desse campo binário e limitado das normas do gênero. São, portanto dispositivos implicados na constituição de uma complexa tecnologia política que faz o gênero e produz representações universalizadas dos mesmos, ao mesmo tempo em que mantém toda uma organização estruturada de sociedade Cis-heteronormativa:

O termo “gênero” é, na verdade, a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria. Gênero é a representação de uma relação, ou, se me permitirem [...] o gênero constrói uma relação entre uma entidade e outras entidades previamente constituídas como uma classe, uma relação de pertencer; assim, o gênero atribui a uma

entidade, digamos a uma pessoa, certa posição dentro de uma classe, e portanto uma posição vis-à-vis outras classes pré-constituídas (LAURETIS, 1987, p. 6).

O gênero como proposto por IstI autorE é uma marca, atribuída de significados e significantes que interpelam não só os corpos, mas principalmente as relações entre eles e outras classes, engendrando-os em modelos de representações, cujos efeitos de universalização, sobre os corpos, são produzidos. Efeitos políticos diria Tereza de Lauretis (1987).

As tecnologias de gênero também são discutidas por Berenice Bento (2010) que segue a mesma linha de raciocínio de Lauretis (1987) ao pensar o gênero enquanto uma complexa rede constituída por meio das tecnologias que os produzem.

Para Bento (2010), as tecnologias que fazem os gêneros também são produzidas e articuladas dentro de parâmetros políticos, culturais e binários que visam manter a suposta normalidade do regime Cis-heteronormativo e a suposta linha de coerência entre sexo/gênero/sexualidade/desejo/prazer. Assim sendo, discorre que muito antes do nascimento de uma criança já há tecnologias agenciando a construção do gênero, cuja materialidade dos corpos ganha significados quando lhes são atribuídos um sexo biológico, que segundo IstI autorE é como uma marca que qualificará este corpo dentro de referenciais de masculinidades ou feminilidades normalizados e naturalmente esperados a este corpo/sexo que ainda nem veio ao mundo e que já está sendo interpelado pelas normas de gênero.

O gênero como marca de interpelação também é discutido por Judith Butler (2003) em seu livro problemas de gênero. Segundo IstI filósofoE:

A marca do gênero parece “qualificar” os corpos como corpos humanos; o bebê se humaniza no momento em que a pergunta “menino ou menina?” é respondida. As imagens corporais que não se encaixam em nenhum desses gêneros ficam fora do humano, constituem a rigor o domínio do desumanizado e do abjeto, em contraposição ao qual o próprio humano se estabelece. (BUTLER, 2003, p. 162).

As tecnologias que marcam/produzem/fazem o gênero interpelará todo o desenvolvimento da criança que antes mesmo do nascimento, ainda na barriga da mãe já está limitada em um conjunto de arranjos normativos que vão desde a escolha de nomes, cores, gestos, comportamentos, gostos, preferências, relacionamentos, entre outros, que estejam de acordo com o que se tem no meio das pernas, segundo o que se avaliam culturalmente e politicamente apropriado a uma vagina ou um pênis (BENTO, 2010).

Influenciada pelas contribuições de Paul Beatriz Preciado (2002), Bento (2010) pondera o seguinte:

A interpelação ‘é um/a menino/a’, não apenas cria expectativas e gera suposições sobre o futuro daquele corpo que ganha visibilidade através dessa tecnologia, seus efeitos são protéticos: faz corpos (Preciado, 2002). O gênero, portanto, é o resultado de tecnologias sofisticadas que produzem corpos-sexuais. As interpelações do/a médico/a fazem parte de um projeto mais amplo, que não antecede ao gênero, mas o produz. A suposta descrição do sexo do feto funciona como um batismo que permite ao corpo adentrar à categoria de humanidade. Quando se diz ‘é um menino!’ não se está descrevendo um menino, mas criando um conjunto de expectativas para aquele corpo que será construído como “menino”. O ato da linguagem, nessa perspectiva, não é uma representação da realidade, mas uma interpretação construtora de significados (BENTO, 2010, p. 2).

Estes significados são produzidos a partir de referenciais normalizados e supostamente naturais do que se entende por características de masculinidades e feminilidades inerentes aos corpos. O que Butler (2002) contesta, afirmando que nada há de normal ou natural neste campo e que pelo contrário, são significados assumidos performativamente, portanto construídos, produzidos e diariamente reproduzidos, o que segundo IstI filósofoE produz também a materialidade dos corpos e a suposta normalidade e naturalidade sobre as performances hegemônicas de gêneros, ou seja, sobre formas específicas de compor e se representar enquanto homens e mulheres.

De acordo com Butler (2002):

[...] la performatividad debe entenderse, no como un “acto” singular y deliberado, sino, antes bien, como la práctica reiterativa y referencial mediante la cual el discurso produce los efectos que nombra. Lo que, según espero, quedará claramente manifestado en lo que sigue es que las normas reguladoras del “sexo” obran de una manera performativa para constituir la materialidad de los cuerpos y, más específicamente, para materializar el sexo del cuerpo, para materializar la diferencia sexual en aras de consolidar el imperativo heterosexual (BUTLER, 2002, p. 18)¹⁸.

Então, partindo da linha de problematização construída a partir das contribuições de pensadorIes feministas como Gayle Rubin (1993), Judith Butler (2002), Tereza de Laurentes

¹⁸ “[...] a performatividade deve ser entendida não como um “ato” singular e deliberado, mas como uma prática repetitiva e referencial pela qual o discurso produz os efeitos que nomeia. O que, espero, será claramente afirmado a seguir é que as normas reguladoras do “sexo” funcionam de maneira performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, materializar o sexo do corpo, materializar a diferença sexual, a fim de consolidar o imperativo heterossexual” (BUTLER, 2002, p. 18, tradução nossa).

(1987) e Berenice Bento (2010), podemos novamente retornar as cartografias que dão início às problematizações dessa plataforma.

Nesse caso, os processos disciplinares experimentados pela criança da narrativa demonstram a interpelação das tecnologias que marcam/produzem/fazem o gênero que, amparado pela suposta linha de coerência do sistema sexo/gênero constroem a feminilidade de um corpo, atribuído de comportamentos, formas de comportar-se e relacionar-se de acordo com o que há no meio das pernas e que, portanto, devem ser preservados e não podem ser mostrados.

Já em alguns corpos – como por exemplo- o meu corpo/viado – a feminilidade deverá ser punida até sua completa extinção, pois não cabem a um corpo culturalmente e biologicamente produzido para ser viril, ativo, masculino, cujo desejo deve ser direcionado ao sexo oposto. Em algumas experimentações haverá ainda a intensificação de dispositivos de disciplina/controle/vigília/ameaça – como discutiremos mais adiante, quando voltarmos a seguir viagem com as pessoas Trans* não-bináriEs desta pesquisa – pois além de não corresponderem ao suposto gênero atribuído a partir do que se tem no meio das pernas, negam – e não requerem uma definição específica dentro de suas normas – a inteligibilidade do binário masculino/feminino, constituindo-se enquanto corpos e expressões desviantes de sua normalização.

Fato esse que nos leva a problematizar também o caráter constitutivo do gênero e de sua interpelação com o sexo e a sexualidade, que visa regular toda uma estrutura hierárquica e desigual das relações sociais.

Nesse aspecto, o gênero representado em categorias universais de formas hegemônicas de se compor enquanto homens e mulheres (LAURENTES, 1987) ou performado dentro de certos parâmetros normativos do que se entende por masculinidade e feminilidade (BUTLER, 2003) é indispensável à matriz Cis-heteronormativa. Seu processo de normalização e naturalização contribui significativamente a estrutura mantenedora da produção de corpos em identidades e diferenças que, segundo Tomaz Tadeu Silva (2009) é produzido na sutileza das relações de poder/saber por meio de dispositivos que visam normalizar todos os campos da vida, constituindo os processos de subjetivação, logo, produzindo também corpos, gêneros, sexualidades, desejos e prazeres inteligíveis ou não.

Segundo **IstI** autor**E** os processos de normalização e naturalização implicam em:

[...] eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas.

Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade (SILVA, 2013, p. 83).

Ainda, as identidades normalizadas emergem enquanto produtos legítimos e, portanto naturais da norma, o que seguramente constituem a inteligibilidade de suas vidas enquanto vidas vivíveis. Já as diferenças, aqueles cujos corpos borram e transgridem as fronteiras da normalidade/inteligibilidade da Cis-heteronormatividade, experimentam-se enquanto categorias subalternizadas, pois são subversivas aos padrões de identidade estabelecidas. Tornam-se abjeções, corpos cujas vidas “não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como *não importante*” (PRINS; MEIJER, 2002, p. 161, grifo do autor). – Aquilo que não é vivível – por não se assemelharem a identidade normalizada e experimentam diariamente os efeitos da norma que, desumaniza suas expressões de gêneros e experimentações de suas sexualidades e demoniza/condena seus amores, desejos e prazeres.

A inteligibilidade, de acordo com Michel Foucault (1979, p. 13) é produzida por meio de um conjunto de regras “[...] segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e atribui-se ao verdadeiro, efeitos específicos de poder [...]”. Seguindo os passos de Foucault, Judith Butler (2015) discorre que a reconhecibilidade de uma vida como vivível será produzida em meio a quadros de referências, cujo gênero marcado e performado nos modelos de masculinidades e feminilidades atribuirão representações de humanidade aos corpos. Segundo Butler “há uma linguagem que enquadra o encontro, e embutido nessa linguagem está um conjunto de normas referentes ao que constituirá e não constituirá a reconhecibilidade” (BUTLER, 2015, p. 44).

Tanto para Foucault (1979) quanto para Butler (2003/2015), a normalidade/inteligibilidade de uma vida e sua reconhecibilidade enquanto vida vivível/legítima dependerá das relações de poderes/saberes que as produzem e do conjunto de normatizações operantes no contexto sócio-político-cultural que as validam ou não como tal.

A validação de uma vida enquanto vivível ou não, como enunciada por Butler, é produtora de sua hierarquização e de distintas experimentações, sejam elas sociais, afetivas, sexuais ou interseccionais, demarcando os espaços/territórios, os privilégios e as precariedades a serem distribuídas e experimentadas. Além de tudo isso, marginaliza, oprime, inviabiliza, invisibiliza e silencia as diferenças singulares daqueles cujas vidas não compactuam com os referenciais enquadrados de humanidade e identidade normalizada.

Ademais, a distinção hierárquica entre corpos/sexos/sexualidades/gêneros em categorias binárias eleitas em identidades e diferenças, corpos legítimos e ilegítimos, humanos e inumanos ou normais e patológicos, naturalizadas nas relações de poder/saber ao longo de nosso processo histórico e cultural implicam ao contemporâneo na reorganização de estratégias cujo diagnóstico, tratamento e cura instalam-se, bem como o agenciamento de meios que visem à disciplina, controle, vigia e correção de qualquer ato, estética ou expressão que se mostre desviante da rota da normalidade.

Em um importante texto nomeado “La patologización de la transexualidad: reflexiones críticas y propuestas” Miquel Missé e Gerard Coll-Planas (2010) questionam o conjunto de arranjos discursivos que patologizam as vivências Trans*, tornando-as desordens e desajustes frente aos ideais sociais de vida vivível esperado e incentivado aos corpos. Em sua crítica **IstIs** autorIes vão (des)construindo os discursos (dentre eles os próprios saberes psis e psiquiátricos) que criam ontologias e epistemologias sobre as transexualidades, enquanto vivências, cujo “erro” não se encontra apenas no corpo, ou seja, um fator biológico, mas também no campo psíquico, enquanto transtorno mental.

Para Missé e Coll-Planas (2010) as transexualidades pensadas e nomeadas a partir dos discursos médicos e das ciências psis, definidas nos manuais de saúde mental enquanto transtornos e diforias de gêneros é um produto inventado em meio a relações de saberes e poderes da cultura ocidental, cujos efeitos de normatização e patologização dessas existências impactam na experimentação social das mesmas. Segundo **IstIs** autorIes, um dos impactos mais significativos da patologização é a transfobia que levam as pessoas Trans* a experimentação social de abjeções e violências cotidianas nos diversos espaços sociais, nos quais essas vivências experimentam-se enquanto anormais e até mesmo monstruosas nas relações que estabelecem e experimentam com a família, a igreja, com a escola e até mesmo com a universidade.

Fato esse experimentado ao longo dos encontros, visto que as pessoas dessa narrativa trazem na bagagem de seus relatos o peso das marcas da subjetivação normalizada que constituem a binaridade da construção dos gêneros e das experimentações das sexualidades, dos desejos e prazeres enquanto única rota possível de se viajar entre as experimentações do corpo.

Durante a construção deste percurso perguntei-me por várias vezes, antes e durante, o encontro com as pessoas que somam essa pesquisa o seguinte: E quando o corpo não se reconhece dentro dos limites da rota da inteligibilidade do que na contemporaneidade tem

sido nomeado de Cis-heteronormatividade, constituinte da binariedade dos gêneros e da produção de corpos cisgêneros e heterossexuais? Quais os impactos das normas e das tecnologias do gênero e da sexualidade frente à subversão, contestação e não sujeição às suas imposições?

No entanto, essas pistas só puderam ser cartografadas com a VIAGEM, com a ESCUTA, com a EXPERIÊNCIA DO ENCONTRO, com a IMPLICAÇÃO de estar em contato com a realidade das pessoas Trans* não-bináriEs e no acompanhamento de suas processualidades, a qual voltaremos a narrar, ao seguir viagem com cada umE delUs, em seus próprios percursos percorridos, entre os impactos com a norma durante as relações e experimentações familiares, escolares e universitárias, bem como na constituição de suas resistências em espaços outros a margem da binaridade e da reinvenção de outras performances do gênero distantes das demarcações do masculino/feminino ou heterossexualidade nestes espaços institucionais.

3.2.1. Seguindo viagem com Estrela: entre os impactos com a norma e a constituição de resistência.

Figura 4 – Estrela: Ilustração dos impactos dos dispositivos/lineamentos normativos na vida de Estrela



Fonte: Acervo do pesquisador

Estrela é uma pessoa que se preocupa com a imagem que está passando, pontua que gosta de mostrar a todEs o melhor de si. Muito vaidosE frequentemente usa maquiagem, que traz um ar de naturalidade e harmonia a sua pele branca (sem muitos exageros pontua elU). Gosta de estar no estilo e com elegância, por isso mesmo confecciona as próprias vestimentas. Não é à toa e nem por acaso que decidiu cursar *Designer* de Moda, aliás, segundo elU foi à moda quem lhe escolheu e não ao contrário.

Outrossim, Estrela considera que a aparência, ou seja, a imagem é muito importante, pois pode gerar diferentes impressões e diferentes olhares das pessoas, inclusive abrir espaços para julgamentos avaliativos da capacidade ou da incapacidade de alguém simplesmente por aquilo que se aparenta. Logo no início de nosso diálogo (mas também durante todo o

encontro) deixa claro que seu desejo de reconhecimento está relacionado ao exercício de sua profissão e não especificamente a sua imagem ou a sua expressão de gênero não conforme as normas binárias.

No momento em que esse discurso passou por mim, senti um estranhamento sobre meu corpo. Pensei: Mas como assim? Como pode toda essa potencialidade expressa na não tradicionalidade dos modos de ser essencialmente masculino ou feminino querer ser reconhecido apenas pelo exercício profissional? Não demorou muito pra que eu viesse a entender. No entanto, neste instante soava para mim como repulsa ou negação da própria estética – bizarro como estamos habituados a julgar e a culpabilizar as pessoas pelas violências sofridas sem ao menos prestarmos-nos a escuta –. Mas não. De fato o desejo de não querer reconhecimento pela aparência de sua estética e expressão de gênero, mas sim pelo exercício profissional apresentavam-se como indicativos de outras questões e outras complexidades.

É importante ressaltar que são indicativos do agenciamento de dispositivos normativos que atravessaram suas experimentações nas relações socioculturais e institucionais, seja na família, na escola e até mesmo na universidade e normalizaram/naturalizaram a ideia de que sua estética de vida e expressão de gênero fora dos limites da inteligibilidade/reconhecibilidade do regime cis-heteronormativo, não seriam passíveis de serem, minimamente, vividas a não ser pela segurança profissional e a estabilidade financeira. Caso contrário seu “destino” seria – em tom unicamente pejorativo – ser “bicha de esquina”, como muitas vezes, discursivamente, reificaram estes dispositivos, corporificados nas instituições familiares e educacionais.

Como se esse fosse o único “destino” aqueles, cuja construção e experimentação dos gêneros, das sexualidades, dos desejos e dos prazeres borram a Cis-heteronormatividade. Como se “bicha de esquina” não fosse uma vivência passível de ser vivida e que, pelo contrário, devesse ser hostilizada e sua existência precarizada por não se enquadrar as molduras de inteligibilidade e/ou reconhecibilidade de uma vida supostamente vivível.

A validação (ou não) de uma vida vivível como brevemente viemos discorrendo será enunciada e melhor problematizada por Judith Butler (2015) a qual chama atenção para o conjunto de normas operantes no contexto social/político/cultural que produzem dispositivos de poder/saber, responsáveis por enquadrar e emoldurar a vida em referenciais de inteligibilidade e reconhecibilidade.

Butler (2015) discorre que nem todas as vidas serão inteligíveis ou reconhecíveis em pleno direito de serem vivíveis e que algumas nem serão qualificadas enquanto vidas. Todavia, **IstI** filósofo **E** pondera que “uma vida não pode ser considerada lesada ou perdida se não for primeiro considerada viva” (BUTLER, 2015, p. 13).

No entanto para uma vida ser qualificada enquanto vivível,

[...] tem de ser inteligível como uma vida, tem de se conformar a certas concepções do que é vida, a fim de se tornar reconhecível. Assim, da mesma forma que as normas da condição de ser reconhecido preparam o caminho para o reconhecimento, os esquemas de inteligibilidade condicionam e produzem essas normas (BUTLER, 2015, p. 21).

Nesse viés, partindo das contribuições de Butler (2015), podemos pensar que a vivência de uma “bicha de esquina”, da forma pejorativa a qual é representada, passa por um processo de desqualificação por não se enquadrar aos referenciais de inteligibilidade/reconhecibilidade, enunciando sobre essa vivência a suposta noção de uma vida abjeta que não deve ser vivida, ou que apenas alguns corpos tidos enquanto vazamentos da moldura enquadrada de inteligibilidade e reconhecibilidade estão mais suscetíveis.

Por muito tempo os dispositivos normativos, atrelados à abjeção de uma vida não passível de ser vivida tentaram emoldurar as experimentações de Estrela no regime Cis-heteronormativo de inteligibilidade e reconhecibilidade. Além disso, tentaram enquadrar sua expressão de gênero e experimentação da sexualidade, bem como seus comportamentos, “desvios e/ou reflexos”. Em suma, toda a sua existência.

Um dos efeitos da tentativa do enquadramento, segundo **eIU**, foi por certo período o desempoderamento de suas próprias perspectivas de vida, de seus sonhos de cursar *Designer* de Moda e até mesmo de seus anseios quanto à escolha profissional. No entanto, também foram combustíveis que alimentaram-no a não virar estatística e a não ter sua vida ainda mais precarizada da forma como seus familiares, mais tarde a escola e a universidade esperavam como “destino” a sua estética não conforme as normas da Cis-heteronormatividade emolduradas.

Estrela relata que foi preciso então:

Subverter e provar pra eles que não era o que eles achavam que eu ia ser. Porque eles são tão ignorantes, que eles achavam que eu ia ser um garoto de esquina. Por isso eu falo muito isso, porque eu ouvi, eles falarem muito isso (SIC, Estrela, transcrição da entrevista).

Estrela – como muitEs de nós pessoas dissidentes, que escorrem as molduras da inteligibilidade e reconhecibilidade de vidas vivíveis construídas a base da Cis-heteronormatividade – vêm de uma família humilde e conservadora, fortemente constituída nos valores morais e dogmáticos religiosos. ElU é natural de uma pequena cidade do interior do Paraná, onde nasceu, cresceu, estudou e com muito esforço, resistiu até a conclusão do Ensino Médio. Atualmente, faz graduação em Umuarama, cidade universitária que também localiza-se no interior do Paraná.

Ao longo de nosso diálogo, foi possível verificar que não só o corpo e o comportamento, mas grande parte das experimentações da infância e adolescência de Estrela foram atentamente vividas sobre um intenso sistema disciplinário e de controle/vigília/ameaça, pronto a punir qualquer movimento entendido enquanto desviante do conjunto de normas que produzem a inteligibilidade e reconhecibilidade de vidas Cis-heteronormativas enquanto vivíveis, as quais encontram, de acordo com Berenice Bento (2010) na cisgeneridade, ou seja, nos limites de um dos gêneros binários (masculino/feminino) designado ao nascimento segundo a conformidade da estrutura anatômica do órgão genital e no suposto direcionamento normal e natural do desejo ao sexo oposto (heterossexualidade) a suposta linha de coerência que fundamenta o sistema sexo/gênero estruturante da subjetivação normalizada.

Diante desse ensejo normativo que constrói essa suposta linha de coerência sobre o corpo/sexo/sexualidade e gênero IstI autorE dirá que:

Há uma amarração, uma costura, no sentido de que o corpo reflete o sexo, e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação. As performatividades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, analisadas como identidades transtornadas, anormais, psicóticas, aberrações da natureza, coisas esquisitas (BENTO, 2010, p. 6).

Caso contrário, se o esperado não correspondesse, destoasse ou mesmo viesse a soar subversivo ou contestatório, intervenções e sanções seriam necessárias para readequar, modelar e novamente tentar encaixotar a singularidade desviante da Cis-heteronormatividade que Estrela tentava expressar em sua conexão com o mundo, igualando-a a um desvio, algo errado, impróprio e até mesmo patológico. Algo que deveria ser ajustado pelas tecnologias dos gêneros e das sexualidades, em acordo com o corpo/sexo, as representações de masculinidades/feminilidades e heterossexualidade performativamente, normalizadas e naturalizadas.

Portanto, dispositivos discursivos, disciplinares, punitivos, de controle/vigília/ameaça são os meios que justificam esse reajustamento, na tentativa de formatar o corpo, o gênero, a sexualidade, seus desejos e prazeres dentro do regime da Cis-heteronormatividade.

Na leitura foucaultiana o dispositivo pode ser entendido como:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões elementares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Logo, corpo e comportamentos punidos em nome da norma, da normalidade, da natureza, da moral e dos bons costumes, que deixaram cicatrizes ainda difíceis de serem olhadas e marcas afetivas difíceis de serem lembradas, pois ainda doem. Não necessariamente trata-se de dor física, mas de dor emocional de uma vida que teve que aprender desde muito cedo o real significado da palavra resistência, que existir é resistir e que a sua forma de relacionar-se e conectar-se com o mundo, as coisas e as pessoas pode ser negligenciada, anulada e punida por uma grande maioria da sociedade subjetivada na cis-heteronormatividade que encontra na singularidade de vidas Trans* e não binárias um vazamento de suas normas emolduradas que deve ser contido, pois destoa do que é considerado “certo” aos padrões de vidas vivíveis estabelecidos.

Mas por que é errado? EIU perguntava-se:

[...] Eu apanhei muitas vezes injustamente. Muitas vezes... Por não saber o que ‘tava’ fazendo. Por que é errado? Eu perguntava. Por que é errado? Por que eu não posso brincar de Barbie? O que que tem de errado nisso? Não vai mudar minha personalidade, não vai mudar o meu jeito de ser (SIC, Estrela, transcrição da entrevista).

Como dito, qualquer sinal ou indício de transgressão das normativas socioculturais e institucionais, em específico das normas de gêneros e de seu “comportamento esperado” na cisgeneridade do sexo biológico – entende-se por sistema sexo/gênero – sanções punitivo-disciplinares e de controle/vigília/ameaça vão sendo acionados para “correção”. Desde muito cedo, essas experimentações atravessam a infância de uma criança, cuja norma binária e limitada dos gêneros tenta transgredir as amarras que a apreende num modelo de vida vivível limitado em referenciais estereotipados dos gêneros.

Segundo Estrela:

[...] sempre houve limites. Então foi um período muito difícil da minha vida. Eu vivi minha infância inteira ouvindo que: “não faça isso que isso é coisa de menina, não usa essa cor tipo, troca de camiseta porque eu não quero sair com um filho com uma camiseta rosa. Troca isso, troca aquilo [...]” (SIC, Estrela, transcrição da entrevista).

Por vezes a violência física também estivera presente deixando marcas que ainda doem, ao serem recordadas:

Eu tenho uma cicatriz enorme, é que eu ‘tô com a calça e estou com a meia calça senão eu te mostrava. Tenho uma cicatriz bem feia na perna. Eu apanhava de corda, de fio, de talo. Ele cortava o talo assim, sabe aqueles negócios do pneu? Ele fazia uma tala assim sabe. Eu jogava fora a tala, ele ia e cortava outra. Ai que ódio. Eu sempre respondia ele sabe, porque eu não achava certo às vezes à forma como ele me punia, aí eu apanhava bem mais. Mas ele sabia que eu não gostava do castigo, me batia, me deixava de castigo e aí virava aquele inferno. (SIC, Estrela, transcrição da entrevista).

Falar de resistência hoje é olhar para trás e recordar os lineamentos que eram agenciados sobre seu corpo na tentativa de “readequação/ajustamento” às normas de gênero. Falar sobre os efeitos delas é trazer memórias difíceis de serem lembradas, é recordar-se – após um suspiro angustiante – que lá atrás precisou arranjar forças de onde nem sabia que tinha. É tristemente, ver aos poucos, seu corpo, seu emocional e suas relações afetivas comprometidas e adoecidas como efeitos de toda LGBTQIfobia vivida, assumida em discursos normativos e experimentações violentas que tentaram disciplinar a governabilidade de sua vida segundo preceitos Cis-heteronormativos.

Ainda, com o passar da infância outros dispositivos institucionais vão assumindo, somando e intensificando o lugar de disciplina/controle/vigília que antes era apenas papel da família. Novamente são experimentadas sanções aos desvios da Cis-heteronormatividade com características institucionais bem específicas e um tanto quanto pedagógicas. Qualquer indício de subversão não passará despercebido aos olhos da norma que sempre atenta está, para corrigir qualquer “reflexo” entendido como inapropriado ao esperado ao corpo/sexo e gênero:

Preconceito sempre foi à palavra que predominou e assim, as pessoas sempre me julgaram pela minha aparência. Por que eu sou... Eu sempre fui... Eu sou né. Diferente desde a época de pré-escolar, então isso gerava olhares diferentes, as pessoas me julgavam. Por isso que eu falo que eu não quero ser julgado pela minha aparência, porque isso perdurou durante muito tempo, desde a época que eu entrei. Professores preconceituosos, porque eu amava a cor rosa. Tudo que eu podia pintar de rosa eu pintava, daí foi quando chamaram os meus pais para conversar sobre os meus “reflexos femininos”, que não viam eu brincando com meninos, só com meninas [...] (SIC, Estrela, transcrição da entrevista).

No contexto das relações escolares já não é mais necessário delimitar de onde parte a disciplina, o controle e a vigília, pois encontram-se em todos os campos relacionais prontos a punir, corrigir e pedagogizar qualquer comportamento entendido enquanto desviante das normas institucionais, inclusive das normas de gênero. Não há mais um único agente como na família. Agora todEs são. Pais, familiares, pedagogUEs, professorIes, zeladorIes, alunEs, enfim, todEs disciplinando, controlando e vigiando os desvios entendidos enquanto anormais (LOURO, 2000).

Em seu artigo nomeado “Pedagogias do armário”, Rogério Diniz Junqueira (2013) discorre sobre a estrutura Cis-heteronormativa que permeia as Instituições de Ensino, inviabilizando a vida daquelUs que borram com a normalidade das tradicionais performances de gênero. Segundo IstI autorE:

[...] ao percorrer as escolas, notamos facilmente a intensa generificação dos seus espaços e de suas práticas, e o quanto as fronteiras de gênero são obsessiva e binariamente demarcadas. Atividades, objetos, saberes, atitudes, espaços, jogos, cores, que poderiam ser indistintamente atribuídos a meninos e a meninas, tornam-se, arbitrária e binariamente, masculinos ou femininos. São generificados e transformados em elementos de distinção, classificação e hierarquização. A distribuição tende a ser binária e biunívoca, e os critérios podem ser improvisados e imediatamente assumidos como naturais. A criatividade é facilmente posta a serviço da heteronormatividade. (JUNQUEIRA, 2013, p. 488).

Diante dessa perspectiva, as instituições responsáveis pela educação, aprendizado e ensino – desde a infância – como qualquer outra são mantenedoras da disciplina e pedagogização do corpo segundo a égide molar e dos valores e costumes elencados pela cultura e sociedade Cis-heteronormativa (LOURO, 2000). Assim sendo, ao eleger uma única maneira de se vivenciar o gênero, restringindo as múltiplas possibilidades ao determinar atividades destinadas a meninos e a meninas o projeto político e pedagógico dessas instituições estão implicados a garantir que “seus meninos e suas meninas tornem-se homens e mulheres verdadeiros, o que significa dizer que homens e mulheres devem corresponder às formas hegemônicas de masculinidade e feminilidade” (SEVERO, 2013, p. 35).

Nesse contexto, a experimentação das normas e tecnologias do gênero vai se tornando insuportável, agressiva e despotencializadora da vida, daquelUs que borram com a estrutura Cis-heteronormativa. Cada dia maior. Cada dia mais intensa e insistente as práticas cotidianas de LGBTQIfobias são experimentadas (JUNQUEIRA, 2013).

Na Instituição de Educação Infantil a diferença singular de Estrela foi sendo vista como aquilo que não cabe às regras institucionais e que, portanto, deve ser hostilizada em tom pejorativo: “viadinho, bichinha, borboleta cor de rosa. Eu não sei por que eles me chamavam disso” (SIC, Estrela, transcrição da entrevista).

A diversidade que era para ser enaltecida enquanto diferença singular em um ambiente plural e multifacetado assume características negativas, uma vergonha não aceita pela maioria dos agentes e usuáries institucionais. A binariedade dos gêneros concretizada nas relações institucionais é regra inquestionável, portanto sua subversão passa ser motivo de “preocupação” quanto à ordem e o funcionamento da instituição (JUNQUEIRA, 2013). Para tanto é preciso criar dispositivos que a discipline/controle/regule ou a esconde:

Aí uma professora chegou e perguntou tipo: ‘por que você tá assim?’ Aí eu fiquei: “ué como assim?” Ela: ‘assim... Eu acho que pra ‘ser’ você não precisa mostrar pros outros’. Aí eu falei ser o que? Daí ela: “você é homossexual’, tipo na frente de todo mundo da sala. A gente não ‘tava’ conversando, era na aula. Daí eu falei assim: ‘quem falou pra você que eu sou homossexual? Você sabe de alguma coisa da minha vida?’ Aí a gente começou a discutir. Aí nisso eu virei o demônio lá fora porque eu me senti muito constrangido. ‘Ué tem que ter um padrão agora?’ Aí a gente discutiu feio, eu liguei pra minha mãe, minha mãe subiu na escola. Foi ridículo aquela situação sabe. Daí ela com aquela cara sabe: ‘pra ser o que é não precisa mostrar pros outros’, sabe. Nossa me senti um lixo naquela aula. (SIC, Estrela, transcrição da entrevista).

A experiência narrada por Estrela remete-nos “a epistemologia do armário” de Eve Kosofsky Sedgwick (2007), a qual influenciada pelas contribuições de Michel Foucault sobre a biopolítica, o biopoder e o dispositivo da sexualidade pensa a epistemologia do armário também enquanto dispositivo que cerceia, regula, controla e afasta socialmente os corpos de pessoas lidas enquanto dissidentes. O armário pontua Sedgwick (2007, p. 26) “é a estrutura definidora da opressão gay no século XX” e busca atribuir formas “adequadas” de comportamentos dos corpos – especificamente nos espaços públicos, entendido enquanto espaços heterossexualizados – por meio de estratégias como as narrada por Estrela, a qual tenta constranger uma singularidade pela forma que se conecta ao mundo, colocando-a no armário.

Dia a dia tudo vai se intensificando ainda mais. A pré-adolescência no contexto escolar vai sendo recordada com muito sofrimento e violência, chegando a um ponto de não querer mais estar naquele lugar, pois não se concretizava enquanto um espaço de pertencimento, um dos efeitos experimentado foi o silenciamento, o isolamento e a solidão,

pois chegou a um ponto em que Estrela sentia medo em compartilhar as experiências LGBTQIfóbicas vividas e intensificar ainda mais a dor cotidiana.

[...] quando eu entrei no ginásio foi bem mais tenso, porque daí o negócio ficou pesado. Era muito xingamento, vinha de tudo quanto é lado. Era dentro da sala de aula, eu saía pro intervalo era no intervalo e teve época que eu nem queria ir mais pra escola. Mas eu não falava isso pros meus pais, porque eles iam me pergunta o porquê. Se eu falasse o porquê eles: ‘por que eles te xingam disso?’ Aí eles iam contra mim também, então eu não tinha pra onde correr, muitas vezes eu reprimia aquilo e eu também me tornei muito agressivo por causa disso sabe. Eu batia, eu me revoltei muito nessa época, eu era muito explosivo. Eles falavam aquilo e eu o que? Eu ia pra cima. (SIC, Estrela, transcrição da entrevista).

É importante ressaltar que a transgressão das normas binárias dos gêneros em contextos institucionais normativos como a escola, vem acompanhada muitas vezes de sofrimento emocional e solidão. Dificilmente encontra-se alguém para sustentar e compartilhar a dor experimentada. A única forma é tentar resistir, mesmo que a resposta contra a violência sofrida seja outra violência.

Nesses relatos é possível acompanharmos os processos vivenciados por Estrela em contextos educacionais. É perceptível que aos poucos a infância vai deixando de ser infância, aliás, são poucas as pessoas desviantes da binaridade e das normas de gênero que um dia vivenciaram a plenitude da infância, adolescência e juventude, pelo menos a maioria não e não em sua plenitude, pois desde muito cedo precisam encontrar meios de sobrevivência frente às molaridades que atravessam seu processo de vida em um mundo que patologiza e puni o que se entende por desvios de normalidade.

Podemos dizer que são vidas atravessadas e, portanto, afetadas pela estrutura LGBTQIfóbica que segundo Miquel Missé e Gerard Coll-Planas (2010, p. 53) estão, especificamente mais relacionadas com “la transfobia que marca los cuerpos de las personas trans como inadecuados para sostener su identidad de género sentida”.¹⁹ Marcas que, mesmo com o passar do tempo são difíceis de serem apagadas.

Segundo Louro (2000):

[...] as marcas permanentes que atribuímos às escolas não se refletem nos conteúdos programáticos que elas possam nos ter apresentado, mas sim se referem a situações do dia-a-dia, a experiências comuns ou extraordinárias que vivemos no seu interior, com colegas, com professoras e professores. As marcas que nos fazem lembrar, ainda hoje, dessas instituições têm a ver com

¹⁹ “A transfobia que marca os corpos das pessoas trans como inadecuados para sustentar sua identidade de gênero sentido” (MISSÉ; COLL-PLANA, 2010, p. 53, tradução nossa).

as formas como construímos nossas identidades sociais, especialmente nossa identidade de gênero e sexual (LOURO, 2000, p. 11).

Mesmo perante todas as marcas experimentadas, Estrela constitui-se um corpo resistente. É corpo vazamento e borramento das normas emolduradas e enquadradas dos referenciais de inteligibilidade e reconhecibilidade de vidas Cis-heteronormativas vivíveis. E mesmo experimentando todos os dias os impactos da LGBTQIfobia nos diversos espaços de educação ao qual seu corpo foi interpelado, consegue ainda encontrar brechas – mesmo diante aos olhares atentos de professorIes e colegas de classe – para vivenciar as singularidades de sua expressão de gênero Trans* não-bináriE e afirmar que sua vida também é vivível e visível. Segundo elU:

Eu sempre fui muito pra frente, eu promovia eventos na escola sabe. Eu fazia desfile, toda apresentação que era, toda sexta-feira a gente desfilava, fazia com que as meninas desfilavam. Eu apresentava. Eu já tenho esse lado da moda desde baby, então era muito legal. Então as pessoas, as minhas amigas me viam de uma forma e os meninos me viam de outra (SIC, Estrela, transcrição da entrevista).

É notório que a moda sempre estivera presente em sua vida, mesmo antes de se apresentar enquanto possibilidade e/ou de imaginar que um dia estaria cursando e finalizando essa graduação. Em meio a tantos enfrentamentos sua estatística hoje é ser a primeira pessoa graduada da família. Com muito esforço e resistência ao fim deste ano receberá o título de graduadE em designer de moda. Emociona-se ao lembrar que este processo está se findando e que na universidade também precisou resistir.

Digo isso, pois como compartilhado por Estrela desde a infância expressava, ou pelo menos tentava – quando não inviabilizadE – expressar seu desejo de conexão com outras possibilidades que não apenas as limitadas pelo gênero designado a seu corpo. Inclusive a tentativa de conexão com o universo da moda já se fazia presente. Isso quando não inviabilizadE:

O fundo da minha casa era muito grande sabe, daí eu me escondia no meio das bananeiras e brincava de tudo que eu queria ali, eu ficava olhando se alguém descia, por que eu escutava algum barulho na escada, aí às vezes eu ‘tava’ lá brincando, me enrolando nos tecidos, quando eu via aí eu disfarçava. Ficava bem plena, fazendo cara de plena. Às vezes me pegava e eu apanhava muito por causa disso (SIC, Estrela, transcrição da entrevista).

Em sua casa costumava – quando não inviabilizadE – desenhar peças de roupas e escondidE de seus pais costurava, transformando os retalhos de tecido que sobravam do

trabalho de sua mãe em roupas para as bonecas de suas amigas. Os próprios desenhos serviam como moldes para a confecção das vestimentas.

Ademais, como não podia ter as suas próprias bonecas devido aos limites impostos pelas normas de gênero, realizava-se quando conseguia “escapar” e brincar com as bonecas de suas amigas. Digo “escapar” entre aspas, pois nessa época não lhe era permitido relacionar-se ou mesmo brincar com meninas: [...] “se eu brincasse com as meninas eu ficava de castigo por que: ‘não você não tem que brincar com meninas se não você vai aprender a ser que nem elas’” [...] (SIC, Estrela, transcrição da entrevista).

É possível verificarmos os impactos das normas de gênero – aos corpos daqueles cuja expressão apresenta-se enquanto desviante de seu corpo/sexo “natural biológico e binário” – ao tentar extinguir qualquer possibilidade de conexão que se apresente enquanto ameaça a formação de homens e mulheres cisgêneros e heterossexuais. O limite é bem claro e nesse contexto há coisas específicas para meninos e coisas específicas para meninas, caso haja sequer o indício de subversão, sanções punitivas e corretivas são acionadas para a correção.

Seus impactos ainda produzem, nos dias de hoje, efeitos a vida de Estrela. Segundo ela, se não tivesse sido impedida de desenhar roupas de boneca na infância hoje estaria ainda mais apurada a técnica do desenho:

‘isso não é coisa de menino, desenha carrinho’, e aquilo foi, sabe, sendo cortado. Hoje eu poderia tá fazendo desenhos maravilhosos se eu tivesse tido essa abertura quando eu estava na infância. E isso eu me sinto mal – por ter sido repreendido –. Se eu continuasse desenhando, independente deles achando ruim ou não, hoje eu poderia ser um profissional muito melhor, sabe. Porque pra mim tá sendo um pouco... É difícil o desenho, não que eu não saiba, mas tem técnica que se eu tivesse praticado mais eu saberia já. (SIC, Estrela, transcrição da entrevista).

Em 2016, Estrela ingressa na universidade, um ano antes realiza a prova do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e com a nota garante uma vaga no curso de *Designer* de Moda por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI). O sonho estava preste a virar realidade e junto, a possibilidade de resgatar o que na infância foi experimentado com restrições.

A entrada na universidade foi árdua e seu caminho tem sido sinuoso, dentre muitos fatores. Como muitos jovens e famílias brasileiras não provém de estabilidade financeira suficiente para custear uma graduação a única alternativa para a realização de seu sonho seria a garantia de um bom desempenho no ENEM e uma boa colocação no PROUNI. Todavia, mesmo ao ingressar no Ensino Superior e ter sua vaga garantida os enfrentamentos ainda

continuaram. Digo isso, porque além de bolsista em uma universidade particular Estrela identifica-se enquanto um corpo fora das tradicionais normas de gênero. Um corpo que visivelmente borra com aquilo que se entende por masculino ou feminino que acabara de ocupar o universo Cis-heteronormativo da qual a universidade também é formada.

A princípio foi assim:

As pessoas me olhavam com uma forma muito diferente, não sei se era por que eu tinha o cabelo maior, se é o meu jeito feminino, mas eu pensei que seria diferente por que é um curso de moda que tem... Só tinha gay na época e eu fiquei: ‘nossa vou ser bem aceito ali, mas não foi assim no começo, as pessoas me viam com uma cara tipo (faz gesto)’. (SIC, Estrela, transcrição da entrevista).

Estrela acreditava que sua singularidade seria acolhida no curso de *Designer* de Moda, devido ao fato deste ser um curso mais pluralizado. Todavia, o sentimento esperado não foi vivido, pelo contrário, olhares curiosos e preconceituosos, somados a sua rotina intensa de trabalho e a discriminação associada à sua expressão de gênero vividos na infância e na escola foram aos poucos produzindo desinteresse e despotencializando gradativamente sua vontade em permanecer no ambiente universitário.

Eu me sentia anulado, eu achei que fosse reprovar no primeiro ano. Eu não reprovei porque eu acordei, porque eu levei uns tapas na cara dos professores que falaram que eu seria um péssimo profissional se eu continuasse com aquele nível de desinteresse. Porque eu me desinteressei, ficava assim (faz gesto). Eles explicavam e eu ficava assim (faz gesto) aí na prova eu só assinalava as coisas e... (SIC, Estrela, transcrição da entrevista).

Em suas expectativas não previa que a universidade e mais especificamente, o curso de Designer de moda, reificaria todo o processo de violência experimentado na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio devido a sua expressão de gênero e estética de vida não conformada aos estereótipos binários de gênero. Não imaginava que na universidade o preconceito viria de pessoas e profissionais tão bem qualificadEs, nem mesmo que sua imagem seria hostilizada dentro do próprio curso por alunEs e algumEs professorIes.

Nem mesmo imaginava que um dia passaria pela humilhação de ter seu trabalho e ética posta em suspeita devida sua imagem. Por isso o lema veemente defendido de não quero ser reconhecidE pela aparência, mas pelo profissionalismo, continua a ecoar fortemente nos dias de hoje, pois, segundo elU, sua imagem não conforme aos estereótipos de masculinidades/feminilidades sempre suscitou suspeita e descrença das pessoas.

Suspeita de sua capacidade ética profissional. Suspeita de sua capacidade intelectual e de trabalho. Vejamos o que diz Estrela sobre um episódio experimentado no contexto universitário:

Olha essa mesma professora que eu acabei de te falar a algum tempinho que tipo, falou do menino e tal, uma vez ela duvidou de um trabalho que eu fiz, por isso que eu sempre falo: eu quero ser conhecido pelo meu trabalho e não pela minha aparência, que abrem portas para julgamentos. Porque assim, eu fiz um trabalho e meu trabalho realmente ficou muito bom e eu não sabia muito usar a ferramenta. Aí tá. Eu perguntei pra ela como que manipulava a mídia artística que é uma ferramentazinha de um programa. Aí ela olhou pra mim e falou assim: você faz um trabalho desse e não sabe usar a mídia artística? – com aquela voz bem sarcástica – ‘pra quem você pagou esse trabalho?’ (SIC, Estrela, transcrição da entrevista).

É fato que mais que suspeitas quanto à integridade e a ética de Estrela, a experiência de negligência vivenciada em sala de aula denuncia a hipocrisia dos agentes institucionais em arranjar meios para justificar seu preconceito ao não saber lidar com a diferença. Meios que tem como efeitos a despotencialização pessoal, ética e profissional que aos poucos fragilizam o pertencimento e o reconhecimento daquele corpo naquele lugar.

O que Estrela não podia imaginar é que todo aquele preconceito experimentado em sala de aula viria a intensificar-se ainda mais com as relações estabelecidas com o campus, digo com outros cursos e acadêmiQUEs, visto que ao transitar pela universidade com sua estética não adequada às normas, seus cabelos longos de pontas loiras e suas vestimentas que não determinam de antemão um gênero, experimenta olhares, risos e chacotas. Algo que a princípio caracteriza-se como um impacto aos olhos das pessoas, que gera um estranhamento e que tem como efeito o incômodo e a reprovação. Segundo Estrela:

A gente é chacoteado sempre. Não só aqui, em qualquer ambiente. Todas as pessoas olham. Eu passo nos corredores alguém olha, alguém da risadinha, alguém tira sarro, sempre. Às vezes você passa e não, as pessoas olham, mas não tiram sarro, mas tem lugares que o povo... Onde tem mais homens tipo agronomia, educação física, química, esses cursos sempre zoam (SIC, Estrela, transcrição da entrevista).

Cada olhar de estranhamento ou esquiva (desvio de percurso para não entrar em contato com Estrela) é experimentado no corpo. Corpo que no imaginário de algumas pessoas é patológico e que carrega em si uma doença, algo infeccioso ou contagioso que transmite por contato ou relação. Corpo que não pertence, ou pelo menos não deveria pertencer àquele espaço institucional (VIDARTE, 2007).

Ah tipo, olham, daí cutucam o outro e da risada. Apontam tipo, como é que fala? Se esquivam da gente com medo, acho que deve passar doença. Eu não sei o que que eles acham que nós somos. Acham que: “gay eu vou abrir caminho senão eu vou se tornar gay também, acho que é isso”. (SIC, Estrela, transcrição da entrevista).

Esse fato experimentado no cotidiano da vida universitária de Estrela remete-nos a Erving Goffman (1988), mais especificamente a sua obra “estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”, no qual **IstI** autor**E** discorre sobre a produção binária de estigmas em contextos de relações de poderes/saberes que visam à marcação de atributos depreciativos aos corpos que destoam das identidades normalizadas com vista a identificar uma marca (que neste caso pode ser uma patologia) e readequar, tratar, curar ou mesmo extingui-la por meio da punição.

Segundo **IstI** autor**E** os estigmas não são inerentes aos corpos – mas se colam nos corpos como uma marcação – e se inserem em um contexto relacional entre os corpos e de subjetivação. Neste caso “o normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro” (GOFFMAN, 1988, p.117).

Todas essas experimentações cujo estigma da identidade anormal passível de correção atravessaram e fragilizaram as relações estabelecidas entre Estrela, a universidade, os agentes e usuáři**Es** institucionais, bem como produziram despotencialização, desinteresse e isolamento. No cotidiano das relações precarizadas experimentadas diariamente na Instituição de Ensino Superior a resistência e a insistência são os únicos meios para a concretização do sonho de ser graduad**E** em *Designer* de Moda.

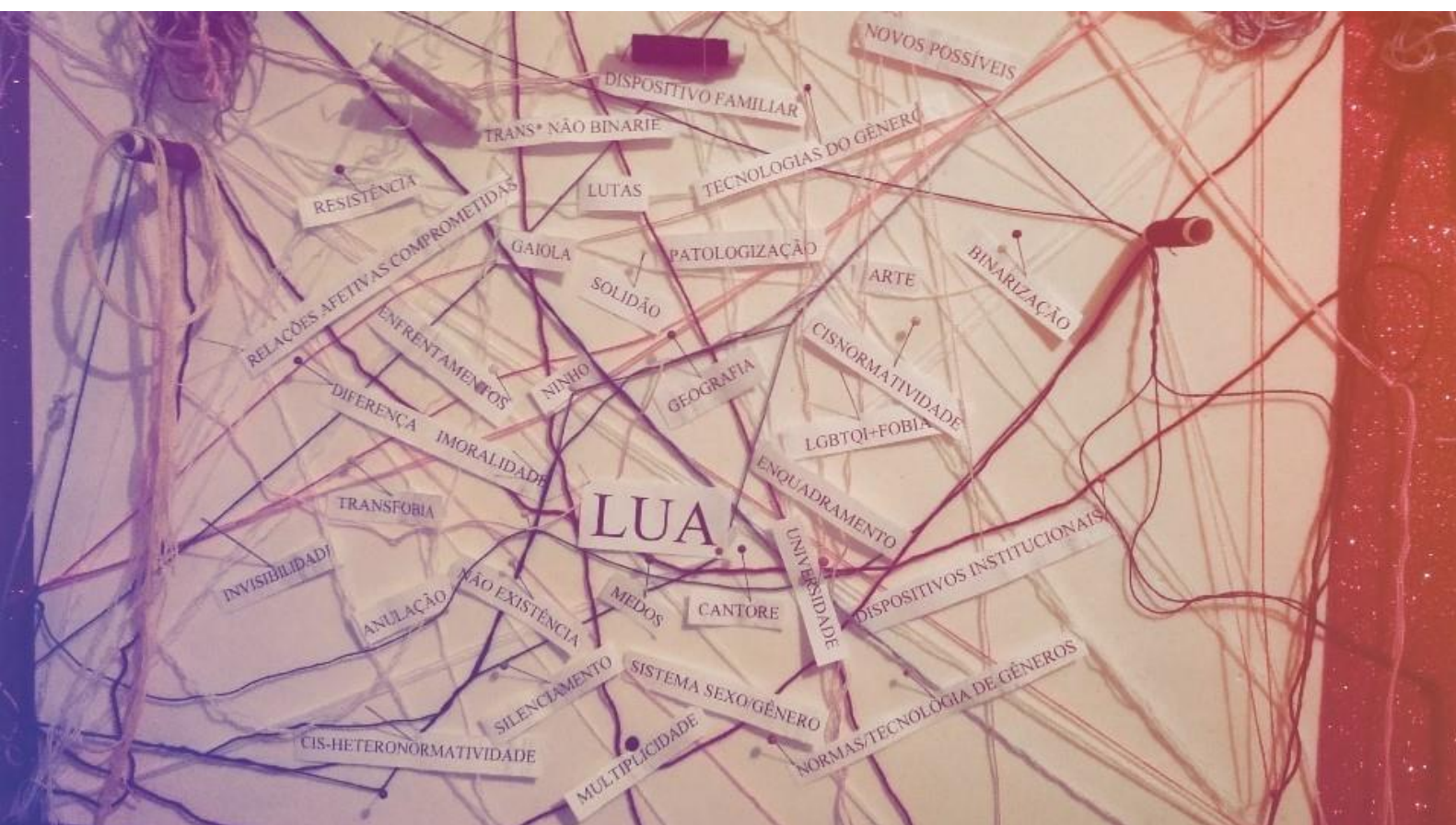
A diferença expressa no corpo, na ética e na estética de vida de Estrela não são e nem serão bem vistas no contexto institucional, cuja molaridade sustentada pela LGBTQIfobia permeiam as relações estruturais da universidade. Mais que isso, a inviabilidade de seu trânsito pelos corredores, as esquivas ou o medo de contágio denunciam que a instituição não foi projetada para sua entrada, permanência e muito menos para formar intelectualmente e profissionalmente os corpos que destoam do enquadramento social de vida binária e Cis-heteronormativa vivível (VIDARTE, 2007).

Nesse contexto qualquer reconhecimento exige um esforço muito maior que a muit**Es** não são exigid**Es**. Requer a experimentação árdua de outros caminhos, muito mais sinuosos, pois além de carregar o peso dos compromissos com a graduação precisa sobreviver a vulnerabilidades advindas da estigmatização experimentada cotidianamente dentro e fora da sala de aula.

Mas, Estrela tem resistido e, embora muitas vezes quisesa desistir por sentir-se despotencializada e anulada, por ter sua capacidade intelectual e profissional posta em suspeita e por ter que se desdobrar para dar conta do trabalho e dos estudos. Como pontuado por ela a permanência “depende da garra de cada um, por que cada dia você está, como é que fala? Exposto a um preconceito diferente, então se a pessoa não tiver coragem e vontade e determinação não fica num espaço assim”. (SIC, Estrela, transcrição da entrevista).

3.2.2. Seguindo viagem com Lua: entre os impactos com a norma e a constituição de resistência

Figura 5 – Lua: Ilustração dos impactos dos dispositivos/lineamentos normativos na vida de Lua



Fonte: Acervo do pesquisador

Lua é singularidade que não se restringe ao singular. É a pluralização de uma vida potente, subversiva e nada convencional.

ElU não se encaixa na suposta normalidade e nem mesmo aos arranjos de inteligibilidade e reconhecibilidade de uma “essência” masculina ou feminina atribuída aos sexos. Suas experimentações não são normativas nem quanto ao gênero, nem quanto ao corpo, à sexualidade e aos afetos. Podemos dizer que é outra sensibilidade, outra subjetivação, e conseqüentemente, outras vivências. Vibrações, afetações, emoções e relações subversivas não esperadas ou planejadas pela Cis-heteronormatividade compõem as singularidades e pluralidades de sua existência.

Ademais, uma vida que também é sonora, que se faz e acontece em cantoria, formando uma singular sinfonia, nem sempre de alegrias ou tristezas, mas de resistências, frente às molaridades que a atravessam. Uma melodia crítica, política e poética, que narra suas sensibilidades e enfrentamentos cotidianos na arte de cantar. ElU é cantorE e admiradorE da arte. De qualquer arte, simples assim.

É como um pássaro – mais especificamente um sabiá – que com alto preço ousou sair do ninho – instituição familiar – conquistar a liberdade, bater as asas e voar, na tentativa de se conectar a outros espaços/territórios que viesse a possibilitar-lhe a construção de suas próprias referências sonoras, de vida, de corpo, de gênero e de afetividade, para além das certezas hegemônicas produzidas e mantidas pelo ninho.

Digo isso, pois dentro de uma temporalidade da qual não cabe aqui mensurar as experimentações, no ninho foram sendo engaioladas, tornando-se restritas de qualquer possibilidade e experimentação. Já não havia espaço às suas singularidades, aliás, nunca houve. Apenas a obediência e a reprodução das normas socioculturais e institucionais naturalizadas eram esperadas e aceitas ao seu sexo/gênero. Como cantar e inventar as próprias sonoridades assim?

Como um pássaro, não é de sua natureza a prisão. Para elU liberdade não se negocia, apenas a vive em sua plenitude e intensidade. Digo isso, porque Lua não costuma prender-se, encaixar ou enquadrar-se pra agradar. Pelo contrário, elU se achega, abre-se e desmancha-se para viver e compartilhar com aqueles que desejam também se achegar.

Seu lema sempre foi: LIBERDADE. É poder voar no infinito gigante azul, afetar-se nas experimentações possíveis de seu corpo e cantar livremente sua existência. É liberdade diária de resistir às tentativas do engaiolamento de sua não “adequação” às normas binárias de gêneros, mesmo que o ninho/gaiola tenha “mudado” de endereço – antes na família – e agora se expresse em outros contextos institucionais, cujas normas também são estruturantes das relações possíveis, como por exemplo, os espaços universitários.

Lua é resistência frente aqUelUs que não respeitam suas singularidades. É enfrentamento contra LGBTQIfobia familiar, judicial, institucional e universitária, na luta diária pelo reconhecimento cívico e humano de sua Trans* não-binaridade de gênero. Pois segundo elU, o não reconhecimento de sua identidade de gênero por essas instâncias institucionais impacta diretamente na garantia de direito, respeito, dignidade e cidadania de sua vivência não conformada às normas.

Ainda, seus efeitos são experimentados diariamente no comprometimento das relações afetivas e relacionais, intermediadas por complexos corporais que são intensificados pelos estereótipos de corpo/gênero binário impostos socialmente, que privilegia aqUelUs que são conformadEs a cisgeneridade.

Como mencionado, Lua é uma pessoa Trans*, mas sua vivência não se refere à transgeneridade binária de um corpo/gênero que transita do masculino ao feminino ou vice-versa. Todavia, refere-se especificamente a transgeneridade não binária, que flui ENTRE as tantas ROTAS dos corpos/gêneros fora das fronteiras dos binarismos.

Juntamente com Lua, falamos especificamente de uma vivência Trans* não-bináriE A-gênero, que ao mesmo tempo pode ser todos ou nenhum gênero, pois não pertence a lugares demarcados das representações de masculinidades e feminilidades, pelo contrário, atravessa suas fronteiras, desestabiliza a suposta normalidade e naturalidade que culturalmente e discursivamente os constroem e perturba suas hegemonias (LOURO, 2008).

Assim, falamos juntamente com Lua, de uma corporalidade múltipla e em construção, portanto aberta a suas experimentações. Corporalidade que lança mão da inteligibilidade/reconhecibilidade do gênero binário designado ao nascimento, bem como de seus privilégios atribuídos nas relações de poderes e saberes que os produzem em busca da invenção de sua própria estética e poética de vida. Seus próprios desejos e prazeres. Ou como diria Deleuze e Guattari (1995) seu próprio corpo sem órgãos, que se coloca em oposição aos organismos e a tudo àquilo que tenta a manter dentro de uma organização orgânica – até mesmo biológica – e coerente de funcionamento, tanto de corpo/sexo/sexualidade e gênero, quanto das experimentações com outros campos da vida.

Nesta perspectiva o corpo sem órgãos “é o que resta quando tudo foi retirado. E o que se retira é justamente o fantasma, o conjunto de significâncias e subjetivações” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 201) produtores das supostas verdades engaioladas/estratificadas e de uma ordem de funcionamento do desejo que Lua, pouco a pouco tem buscado romper, para então criar as suas próprias referências.

Aos poucos – em seu processo de vida, conexão, experimentação e desconstrução – Lua vai reconhecendo a necessidade de rompimento com as amarras estratificadas da Cis-heteronormatividade e com tudo aquilo que um dia foi planejado, esperado ao seu corpo/gênero e incentivado no ninho/gaiola durante a infância e adolescência, seja na família, na igreja, na escola ou em outros espaços institucionais.

Ainda, aos quatorze anos o sentimento de não pertencimento dentre os estereótipos de gêneros binários agenciou constantes incômodos que, segundo elU, provocaram isolamentos e sentimentos de não pertencimento familiar, escolar e social dentre o modelo de vida vivível da Cis-heteronormatividade expressos nessas instituições.

Com o acesso e conexão aos meios de comunicação pós-modernos (internet), a educação e aos estudos sobre gêneros e sexualidades, Lua reconhece também a possibilidade de molecularização e invenção da própria existência que aos poucos vai se agenciando entorno de questionamentos sobre as normalizações/naturalizações e subjetivações (GUATTARI; ROLNIK, 1996) que interpelavam seu corpo/sexo/sexualidade e gênero e sobre eles produzem engaiolamentos dos quais elU não se enquadrava. Nesse contexto, rompimento foi e ainda continua sendo palavra e posicionamento de ordem.

No entanto, durante muito tempo esforçou-se para permanecer nos ninhos/gaiolas a que foi engendradE. Lutou para sobreviver em uma família que não reconhece sua expressão de gênero Trans* não-bináriE. Lutou para concluir o Ensino Fundamental e Médio em uma escola que não respeitava suas diferenças e singularidades e ainda luta para permanecer em uma universidade, onde segundo elU, sua existência continua sendo invisibilizada e desrespeitada. Lua continuará lutando, pois acredita que o conhecimento e a educação são os únicos meios para sua liberdade.

Nesse processo de constantes lutas viu-se adoecendo, tentou suicídio e lidou em meio a conflitos e complexos corporais que foram intensificados pelos referenciais estereotipados e binários de gêneros. Ainda, sente-se fragilizadE por esses atravessamentos, principalmente em suas relações afetivas e familiares. Segundo elU, atualmente em grande parte de sua rede relacional tem enfrentado a invisibilidade e a não existência social, mesmo que a todo instante o olhar e o discurso cis-heteronormativo, preconceituoso, moral e patológico a veja.

Não que as pessoas Trans* não-bináriEs sejam imorais como sustentam parte de segmentos arcaicos, morais, ideológicos e religiosos ou que sofram de transtornos disfóricos como apresenta a medicina psiquiátrica, por meio do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM e parte da psicologia tradicional que se amparam em referenciais

normativos como esse para diagnosticar as singularidades. Não. A questão não é essa. Ou podemos dizer que não é apenas essa.

Ao nosso ver, essas redes discursivas de saberes e suas relações de poderes com a sociedade têm contribuído e reforçado ainda mais a normalização e naturalização da cisgeneridade, da heterossexualidade, da binaridade e da suposta coerência do sistema sexo/gênero como possibilidade inquestionável de conexão com a vida, construção dos gêneros e experimentações das sexualidades, dos desejos e prazeres, ao mesmo tempo em que produzem ainda mais marginalizações e patologizações aqueles que não se encaixam a esse suposto modelo normal e natural de vida vivível, dentre elas as vivências Trans* (MISSÉ; COLL-PLANAS, 2010).

Nessa perspectiva, continua sendo mais “benéfico” tratar as transgeneridades, seja ela binária ou não como imoralidade ou transtorno disfórico, associando suas expressões a condições de patologias do que antes reconhecer a cisgeneridade binária e a heterossexualidade normativa como não naturais.

Guacira Lopes Louro (2008) contesta essa noção de normalidade e naturalidade inerente aos corpos em seu artigo “Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas”, onde o autor discute que há uma produção cultural de identidades e diferenças e que essa produção ocorre em meio a relações de poderes e saberes específicos. Neste contexto, pondera o autor que “a diferença não é natural, mas sim naturalizada. A diferença é produzida através de processos discursivos e culturais. A diferença é ensinada” (p.22). Da mesma forma, a identidade e a Cis-heteronormatividade, também são produzidas, ensinadas e naturalizadas. De acordo com Louro (2008) ambas (identidades e diferenças) também podem ser desconstruídas, ressignificadas e até mesmo ter suas fronteiras rompidas. O que certamente Lua tem feito.

Enfim, aos 17 anos Lua decide romper definitivamente com a barragem da binaridade e fissurar o ninho/gaiola. Voa a Ourinhos (SP) – para cursar geografia – que geograficamente fica a 200 quilômetros de sua cidade natal, um pequeno município do interior de São Paulo, onde sua família reside. Ao decidir voar transgrediu barreiras territoriais na expectativa de encontros, não apenas com o conhecimento, mas com o reconhecimento sobre si e suas singularidades. Esperava ser acolhida na Instituição de Ensino Superior e poder cantar/narrar/performar sua existência Trans* não binária sem restrições ou invisibilidades. Segundo o autor:

A expectativa era de ser abraçada, de ter uma universidade que incluísse e tivesse uma política de inclusão e tipo, muito boa. E nem uma política de

inclusão, mas a política que dá dignidade aos seus alunos sabe, independente da identidade que eles tiverem. E mano eu me frustrei total, porque a (U) é uma universidade que todo mundo bota fé e etc. que todo mundo sabe. Nossa terceira melhor do país mano, principalmente porque é um campus de humanas e mano, são coisas mínimas que não são mínimas, que se tornam gigantescas assim, tipo... Pra gente. É muito foda estar na universidade e você o tempo todo ter que ser melhor em tudo pra conseguir o mesmo lugar de fala que todas as pessoas. Quando você me convidou – eu ‘tava’ completando isso – eu achei muito bom. Eu falei mano eu quero muito, a gente tem que falar, a gente tem que... E aí me incentivou muito a pensar essa conversa com os meus alunos, porque até então eu nunca tive conversa sobre gênero. Me apresentei como (A), eles me aceitaram como (A) e pronto acabou, mas aí eu nunca falei se eu era trans ou não, porque primeiramente eu sou uma pessoa que mereço o respeito independentemente do que eu seja [...]. (SIC, Lua, transcrição da entrevista).

Ao romper com as normas impostas e esperadas a seu corpo e gênero nos ninhos/gaiolas e decidir não mais se sujeitar ou reproduzi-las, Lua tinha ciência dos enfrentamentos que atravessariam sua existência e que seu voo acarretaria, além de liberdade e responsabilidades, no cuidado de si, o que inclui moradia, alimentação e locomoção, ou seja, meios de sustento e permanência em seu próprio ninho em construção.

Ao voar de sua cidade natal para Ourinhos (SP) e ao ingressar à universidade, alimentou a expectativa de uma experiência acadêmica minimamente garantida em direitos, dignidade e conexões afetivas e amistosas, no entanto, não esperava que nesse espaço seus anseios também fossem invisibilizados, anulados e restringidos pelas normas institucionais e os atravessamentos das normas e tecnologias de gênero. Pelo contrário, acreditava que seria respeitadE em suas singularidades, pois é o mínimo que se espera de um ambiente onde as pessoas possuem acesso ao conhecimento, elU me diz.

Relata que desde que ingressou ao Ensino Superior tem experimentado a reificação de processos LGBTQIfóbicos vividos na infância e adolescência durante a Educação Básica, bem como, os efeitos das normas institucionais fortemente constituídas pela Cis-heteronormatividade, expressos em desrespeitos cotidianos relacionados à sua vivência Trans* não-bináriE por agentes (professorIes) e usuáriEs (acadêmiQUEs) institucionais que não reconhecem sua singularidade e expressão de gênero enquanto possibilidade de existência e trânsito neste espaço.

De acordo com Lua a LGBTQIfobia experimentada no contexto das relações institucionais, dentre elas a universidade, impactam diretamente em sua vida e fragilizam sua saúde emocional ao alterar o modo como percebe-se e reconhece-se.

[...] Eu vou começar, provavelmente por muito tempo, muito tempo sendo chamada por (I) ainda na universidade. É muito desconfortante me apresentar, eu pareço uma farsa perante as pessoas. Às vezes eu me questiono como uma farsa, muitas vezes, mano eu já tive muitas crises ansiosas e sabe, muito horríveis assim em pensar: ‘mano eu sou uma farsa, eu não existo sabe e eu duvidar de mim mesmo’. Porque eu me apresento como (A) e aí sei lá, você estuda comigo, tá numa sala de quarenta alunos e a professora chama (I) e eu atendo como (I) sabe, por que senão eu fico com falta. Eu pareço uma piada sabe. ‘ó lá quer mudar o nome, quer ter o nome diferente’ (*ironia*), porque as pessoas, elas me resumem a isso sabe (SIC, Lua, transcrição da entrevista).

Lua é a primeira pessoa Trans* não-bináriE a ingressar/ocupar essa universidade de Ourinhos (SP) e também a entrar com recursos para o reconhecimento de sua identidade de gênero nas documentações oficiais da instituição. No entanto, sua existência enquanto pessoa Trans* e não-bináriE é inviabilizadE e anuladE nos documentos oficiais da universidade por normativas institucionais e também jurídicas para sua efetiva implantação.

Ademais, a Instituição de Ensino Superior até permite a mudança do nome de registro para o nome social, desde que a pessoa requerente tenha passado pelos procedimentos legais e apresente os documentos oficiais de sua mudança de nome. Até aí tudo bem. Esse é o procedimento exigido a todas as pessoas que almejam na mudança do nome de registro para nome social a possibilidade de existência institucional, cívica e cidadã.

Embora esse processo da forma como acontece nos dias de hoje seja decorrente do ano de 2018, portanto, recente e ainda desconhecido por grande parte da população, inclusive por parte de pessoas travestis e transexuais, ele pode ser mais bem compreendido através da uma cartilha elaborada por meio da “parceria entre a **Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA** e o **Instituto Prios de Políticas Públicas e Direitos Humanos** no projeto Eu Existo – alteração do registro civil para pessoas trans”²⁰ que discorrem de forma prática e detalhada sobre os procedimentos legais atuais para a mudança de nome e gênero nos documentos oficiais.

Com relação a esse processo – que não é mais jurídico – envolvendo a mudança de nome e gênero das pessoas Trans* a cartilha apresenta a seguinte citação:

O Supremo Tribunal Federal decidiu no dia 1º de março 2018, que é possível a alteração de registro civil por travestis e transexuais sem que seja necessária a realização de procedimento cirúrgico. A decisão foi feita na **ação direta de inconstitucionalidade ADI 4275** ajuizada pela Procuradoria Geral da República para que o artigo 58 da Lei 6.015/1973 (a lei de registros

²⁰ Esta cartilha encontra-se disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2018/11/cartilha-alteracao-nome-e-genero2.pdf>

públicos) fosse interpretado de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana previsto na Constituição Federal, permitindo a alteração do nome e gênero no registro civil por meio de averbação no registro original. [...] Assim, o STF decidiu não ser mais necessária qualquer autorização judicial para que seja realizada a alteração do registro civil ou ainda a comprovação de realização de procedimentos cirúrgicos ou acompanhamento médico ou psicológico, sendo necessário apenas o procedimento no cartório de registro civil.

A decisão do Supremo Tribunal Federal – STF é de extrema importância para o avanço das lutas contra a patologização das vidas de pessoas Trans* e contra a transfobia, bem como por direito, dignidade e cidadania dessas pessoas, tendo em vista que também se desburocratizou o processo de requerimento, tornando-o mais acessível a essa população.

Desta forma, as pessoas Trans* acima de 18 podem requerer a mudança de nome e gênero “em qualquer cartório de registro civil de nascimento em todo território nacional, que deverá encaminhar o procedimento ao cartório que registrou o nascimento. Ou ainda, diretamente no cartório de registro do nascimento” que não podem mais recusar a essa demanda.

No entanto, em casos de pessoas Trans* não-bináriEs A-gêneros como Lua, os procedimentos legais realizados nos cartórios como apresentado na cartilha citada não contemplam suas demandas em plenitude, pois as normativas desse sistema legal exigem que a pessoa requerente opte pela escolha entre um dos gêneros binários, ou seja, entre o masculino ou feminino. Nesse caso em específico, a Trans* não-binaridade de gênero é inexistente.

Ainda, não ter a possibilidade de definição do gênero, para além dos estereótipos binários de feminilidades e masculinidades é mantenedor da não existência e da invisibilidade de pessoas como Lua. Segundo elU “não ter a possibilidade disso que eu não existo. Eu não existo perante a sociedade” (SIC, Lua, transcrição da entrevista) (ofegante e com ar de impotência, elU me pontua).

A Trans* não-binaridade de gênero não se apresenta enquanto possibilidade de escolha dentre as normativas dos procedimentos legais, institucionais e nem mesmo sociais. Fato este que nos leva a problematizar o quanto a inteligibilidade/reconhecibilidade de uma vida (ou não) é interpelada pela binaridade Cis-heteronormativa, limitante das possibilidades de existências, construções, experimentações e reconhecimentos dos corpos em sua dignidade e cidadania para além de sua fronteira. Nesse caso, podemos pensar que o jurídico, mas também os dispositivos institucionais como a medicina, a educação e demais outros, interpelados pela estrutura Cis-heteronormativa interpela também a vida, ao não reconhecer

outros arranjos possíveis fora dos padrões de normalidade da cisgeneridade e heterossexualidade.

Fato este que segundo Judith Butler (2018)

[...] significa que em algumas das nossas experiências de maior vulnerabilidade em termos de privação social e econômica, o que se revela não é apenas a nossa precariedade como indivíduos – embora isso também possa ser revelado –, mas também os fracassos e as desigualdades das instituições socioeconômicas e políticas (BUTLER, 2018, p.27).

Logo, não ter a possibilidade disso, ou seja, não poder marcar o gênero para além do quadrado binário que lhe atribui legitimidade é continuar contribuindo com a invisibilidade da existência de pessoas Trans* não-bináriEs, com a precarização de suas vidas, com a violência sobre seus corpos, com a fragilização de sua saúde emocional e com as tristes estatísticas de violências a esses corpos alimentadas pela estrutura machista, LGBTQIfóbica, misógina, entre outros, a qual estamos submetidEs. Por fim, é continuar resistindo e lutando contra as atrocidades desse sistema furado que não sabe e não quer lidar com as diversidades das quais também somos formadEs.

Para Lua, é preciso continuar colocando-se enquanto resistência para minimamente re-existir, pois tem convicção de que o reconhecimento de sua existência cidadã e cívica derivará ainda de constantes lutas.

É triste mano, é triste, em saber que eu vou ter que responder um monte de dúvidas. Eu como pessoa trans parece que tem [...], mas se eu existisse e tivesse lá um não binário no negocinho de gênero, ou outros e etc., mano num teria esse tipo de pergunta porque daí eu ia ser naturalizado. Porque tudo passa por esse filtro cívico, então se nesse filtro cívico eu tivesse esse direito às pessoas iriam naturalizar e eu iria existir. Agora tudo é uma luta, tudo é uma luta pra [...] tudo é uma luta. É só um nome. É uma luta decorrente de outra luta e outra luta e outra luta, parece que as lutas não param (SIC, Lua, transcrição da entrevista).

Realmente as lutas não param, só aumentam. Cada dia mais. Cada dia um enfrentamento diferente. Seja familiar – pois mesmo distante do ninho ainda produzem efeitos – seja jurídico, institucional, social ou afetivo.

Além disso, invisível aos direitos sociais e humanos, mais atentamente e constantemente visível aos olhos da transfobia, do binarismo, das tecnologias dos gêneros e da violência que atravessam seu corpo Trans* não-bináriE. Nesse caso não há distinção, nem de pessoas e nem de instituições, pois as normas binárias atravessam a produção de subjetividades e instalam-se nas relações sociais, institucionais e afetivas enquanto curso

normalizado e naturalizado dos modos de gestão da vida, controle e governabilidade dos corpos.

Nessa forma organizada das relações sociais “apenas não existo”, elU me diz por várias e várias vezes durante nosso encontro. Todas as vezes que essas palavras saiam de sua boca dores e lembranças eram novamente experimentadas. Nesse momento uma pequena pausa foi necessária, para tomar fôlego e narrar suas experimentações mais intensas com a LGBTQIfobia, a invisibilidade e os efeitos produzidos sobre seu corpo Trans* não-bináriE:

Sabe eu nunca fui violentada na rua, nunca ninguém me deu uma lâmpada na cara, mas no começo do ano tipo, foi um processo que eu ‘tava’ muito mal assim, por conta de transição, por conta de pressão do vestibular, por conta de estar nesse espaço. Eu não fiz uma loucura, não considero como uma loucura e acho que foi uma coisa necessária em minha vida tipo: ‘no dia três de dezembro eu tentei me matar, me entupi de remédios, que eu não suportava eu ser eu’. E nisso que eu tentei me matar, essa possibilidade não poderia ter existido sabe, e a única coisa que me fez tá convulsionando e me arrastar até a minha mãe, até o quarto da minha mãe pedir ajuda, foi por que eu não queria virar estatística. Porque eu ia virar só um número, ninguém ia lembrar de mim, ninguém. Todo mundo ia pegar uma ‘pazinha’ e ia falar assim: ‘mas por que que fez isso? Nossa como era egoísta, nossa, mas era porque era doente, por que era trans’. E eu penso mano, é muito doloroso pensar que por um bom tempo eu quis muito desistir, e todo dia mano a palavra desistir vem na minha cabeça, todo dia. Por não aceitar aquilo que eu sou, por não aceitar meu corpo, por inúmeras coisas sabe, mas eu falo assim mano: ‘eu não posso, eu não posso me dar o luxo’. Infelizmente pobre não pode se dar o luxo de fazer essas coisas, porque senão a gente vira só um número. Nem número a gente vira, só esquecem da gente, só isso. ‘Cê’ não é nada. (SIC, Lua, transcrição da entrevista).

Com elU, nesses momentos de intensa narrativa, acompanhamos e compartilhamos juntEs parte da dor experimentada e novamente recordada sobre os efeitos da LGBTQIfobia mantida pela estrutura Cis-heteronormativa da qual seu corpo foi e ainda continua sendo interpelado.

No entanto, Lua pondera que a invisibilidade identitária, cidadã e social da qual elU e demais pessoas Trans* não-bináriEs experimentam não é apenas produzida e mantida pelo privilégio de pessoas cisgêneras e heterossexuais. Segundo elU o não reconhecimento da Trans* não-binaridade de gênero é sustentada pela opressão de parte de pessoas do próprio movimento LGBTQI+, que não reconhecem as vidas Trans* não-bináriEs enquanto possibilidade de existência. Aliás, parte do movimento nem sabe da existência da trans não binaridade de gênero, elU me pontua – assim como eu/pesquisadorE não conhecia e, portanto, não reconhecia essas existências antes da minha entrada ao Mestrado.

Apenas não existimos, pois somos invisibilizadEs, novamente elU me diz:

[...] sabe o que é mais louco ainda, fora todo esse cenário que eu externei pra você e muitas invisibilizações, porque no movimento LGBT o trans não binarismo, ele é tipo apagado totalmente porque as pessoas dizem que nós não existimos. A gente só não existe. E a transfobia eu acho que é ainda pior porque as pessoas não contabilizam quantas pessoas morrem por causa disso, quantas pessoas tem o psicológico afetado por causa disso. Não tá na estatística porque simplesmente a gente não existe. (SIC, Lua, transcrição da entrevista).

Assim, a cada palavra narrada e confiada, Lua apresenta as marcas dos impactos com as normas e as tecnologias de gênero que, culturalmente e discursivamente, produzem a normalidade e naturalidade das representações binárias (LOURO, 2000). Nesses confrontos precisou e ainda precisa constituir-se resistência para (sobre)viver as tentativas do enquadramento de sua vida aos modelos representacionais de masculinidades e feminilidades do qual elU não deseja se enquadrar. Como mencionado por elU, são lutas que derivam de outras lutas.

Ao estarmos inseridEs no território de composição, em meio a todos estes atravessamentos, lineamentos e intensidades e ao acompanharmos/cartografarmos as processualidades que vão se desenhando, também somos envolvidEs e afetadEs por elas, precisamos então estar atentEs e desenvolvermos sensibilidades para não produzir bloqueios das intensidades que pedem passagem, pelo contrário precisamos assim como pontuado por Rolnik (1998) das línguas aos afetos, deixando que eles se expressem da forma que se deseja. Assim sendo, durante o acompanhamento dessas processualidades, tendo conhecimento de meu lugar de fala deixei-me por vários instantes me silenciar, pois não era hora da minha voz ecoar, mas sim de meu ouvido escutar, atenciosamente, cada experimentação compartilhada e confiada a mim.

Durante a intensidade da narrativa experimentada no encontro, a existência Trans* não-bináriE de Lua sentia-se visível, mesmo que o motivo de tal visibilidade fosse decorrente de um processo de invisibilização experimentado algum tempo atrás. Em um relato Lua externa a invisibilidade que segundo elU nos conectou:

Quando o (R) chamou a (Y) pra falar... Ele não chamou pra falar sobre lesbianidade, ela chamou ela pra falar sobre gênero e etc. não LGBT, mas LGBT mais focado na trans, no transgênero, eu fiquei assim: “nossa, mas o (R) mora com uma pessoa trans e lógico eu não sei de tudo, mas eu sei de muitas coisas, coisas que eu poderia externar e... Não, não, de nenhuma maneira duvido da capacidade de (Y), adorei conhecer a (Y). (Y) arrasa muito, mas aí ele trazer uma pessoa de Assis sendo que ele tinha uma dentro da casa dele. E até que ponto eu não vejo isso como uma invisibilidade sabe.

Só que é louco porque tudo isso fez com que nós tivéssemos esse contato. Porque se a (Y) não tivesse ido lá e me conhecido talvez você não estaria aqui. Então é louco como a vida funciona, como as coisas, elas têm que acontecer e sabe tem um... Eu gosto muito de ser tratada como pessoa, quando você me convidou pra ser... Mano eu topava na hora tipo assim mano, que eu acho muito importante, muito importante a gente falar, por que a gente não fala, as pessoas não sabem que a gente existe. E quando aparece um trabalho de tal importância incluindo a gente, incluindo não, por que já é um direito nosso sabe. Um direito [...] (SIC, Lua, transcrição da entrevista).

Nossa conexão foi estabelecida entre processos invisibilizadores experimentado por Lua tempos atrás. Mas, não podemos dizer que seja apenas isso, pois nossa conexão estabelece-se também pelos privilégios compartilhados por nós ao estarmos, ambos – em diferentes processos – academicamente inseridEs e privilegiadEs pelo acesso a Instituição de Ensino Superior. Caso contrário os atravessamentos que sustentam a invisibilidade dificultariam ainda mais nossa conexão/encontro e o acompanhamento dessas processualidades, compartilhadas e cartografadas.

A universidade tem sido a territorialidade onde se concretiza a maior parte das vivências atuais de Lua. Espacialidade “efetiva” de sua rede relacional e institucional – mesmo que restrita – com outras pessoas e ambientes, onde, segundo elU, experimenta minimamente a concretização cidadã do direito de cursar o Ensino Superior quando muitas outras pessoas – pobres ou transgressoras de gênero – não são garantidas. Mas também, constitui-se um território tóxico, caracterizado na molaridade institucional, no qual experimenta-se e concretizam-se as relações constituídas pelas normas de gênero, machismo, misoginia, LGBTQIfobia e tantas outras formas de opressões constituídas a base do regime Cis-heteronormativo.

Mesmo assim, um espaço onde o sonho pode tornar-se realidade e ofertar-lhe novas perspectivas de vida. Assim, para elU a tentativa é sempre válida, por isso mesmo batalhará para permanecer e tornar-se graduadE, mestre e doutorE. Títulos esses que podem, segundo Lua, garantir minimamente um lugar de fala igualmente ofertado a uma pessoa cisgênera e heterossexual. Além disso, acredita ser o acesso à educação múltipla e diversa o único caminho para a mudança de realidades, ou seja, o único meio para que a universidade seja também ocupada, povoada e pluralizada com a resistência de outras pessoas não Cis-heteronormativas como elU.

Para Lua ser a primeira pessoa Trans* não-bináriE da universidade e ter o direito de cursar o Ensino Superior é um privilégio. Privilégio do ACESSO ao conhecimento amplificado que lhe permite – além de torná-lE graduadE – se armar intelectualmente para

lutar e resistir às opressões que atravessam seu cotidiano nas relações universitárias, que deslegitimam a todo o momento sua vivência, seu corpo e sua expressão de gênero também nesse espaço.

3.2.3. Seguindo viagem com Céu: entre os impactos com a norma e a constituição de resistências.

Figura 6 – Céu: Ilustração dos impactos dos dispositivos/lineamentos normativos na vida de Céu



Fonte: Acervo do pesquisador

Ao resgatar parte das memórias que traz em seu corpo/experimentação, Céu apresenta narrativas das conexões/encontros/rompimentos que a constituem em seu processo de vida e, hoje lhe trazem pertencimento e reconhecimento fora da legitimidade binária incentivada aos corpos/sexos/gêneros e sexualidades. ElU é uma pessoa Trans* não-bináriE, portanto,

resistente a esses modos de operações normalizadas e naturalizados da Cis-heteronormatividade.

Logo, aos 19 anos de idade Céu tem claro para si que corpo é processo construtivo e que a expressão de seu gênero e a experimentação de sua sexualidade não pertence a demarcações centralizadas numa masculinidade/feminilidade ou heterossexualidade/homossexualidade. Assim como pontuado por Donna J. Haraway (2009, p. 1), o processo de “libertação depende da construção da consciência da opressão, depende de sua imaginativa apreensão e, portanto, da consciência e da apreensão da possibilidade”.

Portanto, Céu tem consciência das opressões que atravessam seu corpo, por isso mesmo recusa definições, uma vez que quaisquer que sejam não são capazes de traduzir as singularidades de sua existência e não dão conta da amplitude de sua expressão de gênero não convencional. Pelo contrário, são reducionistas demais e podem enclausura-la em mundos identitários que não lhe pertence. E isso não é agradável pontua elU, pois é exaustivo tentar se enquadrar em uma cis-heteronorma da qual não ressoa e vibra com a pessoa.

Céu não opera mais no mundo de forma totalmente organizada, mas elU cria o próprio mundo que deseja viver, onde busca relacionar-se com a totalidade dos afetos. Por assim ser e posicionar-se, desintegra e desorganiza as dicotomias homogeneizantes do existir, levando-nos a questionar a própria noção de normalidade/naturalidade incentivada e produzida na cisgeneridade e heterossexualidade.

elU é um corpo em experimentação de novos possíveis que, guiado pela singularidade do existir tem construído outra ética e estética de vida e de si, que não é sujeitado a reprodução de apenas duas possibilidades engessadas em modelos referenciais de formas de se expressar, afetar e amar. Sua vivência é múltipla, por isso mesmo, também estabelece conexões com as tecnologias, as teorias e a arte.

Digo isso, pois no processo em (des)construção de uma forma organizada e binária de performar seu gênero, encontra, com e nesses dispositivos, a possibilidade de desterritorialização da própria cultura subjetivada, abalando as frágeis estruturas da cis-heteronormatividade e reinventando novos territórios, onde a criação singular daquilo que deseja ser tem sido possível. Neste processo construtivo de seu corpo/experimentação Céu se faz, Céu se desfaz, Céu se inventa e se renomeia.

Hoje seu lugar é o da dissidência. É corporalidade heterogênea, dissociada em um mundo de possibilidades. Corporalidade que recusa operar no binário, pois acredita que sua manutenção é estruturante das relações de opressão e submissão, cuja reprodução binária é

responsável por atribuir legitimidade, visibilidade, privilégios e aspecto de humanidade a alguns corpos e a outros não.

Relata que o não pertencimento a esse modelo de operação Cis-heteronormativo tem a levado – desde a infância – a experimentações sociais e institucionais de estranhamentos e enfrentamentos, cuja experiência de seu corpo/gênero nestes contextos assemelha-se a de um monstro, cujo corpo/gênero são inumanos aos referenciais cis-heteronormativos que atravessam a subjetivação territorial e institucional.

Para Céu:

[...] Ser monstro não é ruim, mas você ser diferente, você não ter outros de você em volta é. Não ter com quem você conversar sobre as dificuldades de você ser, sabe. Você pode conversar com uma pessoa cishétero sobre como é ser trans* não binário e que se atrai por coisas que não são só hétero. [...] Você falar que tem gênero oposto, sexo oposto... Como assim sexo oposto? (risos). Quem é oposto? Você pode falar com eles, só que dependendo da pessoa, ela nunca vai aceitar que aquilo existe. Ela aceitar que ela também faz parte do problema. Tem pessoas que são boas, que aceitam, que tipo, falam com você e te dão conselho e te ajudam, mas o que elas podem ter é empatia, empatia que nem eu falei antes: ‘usar do seu privilégio pra fazer uma voz ser ouvida, não pra falar por outras pessoas’, seria tipo, empatia. (SIC, Céu, transcrição da entrevista).

A experimentação monstro da qual Céu se refere na narrativa não é, para elU, considerada negativa, pois hoje a conexão com os dispositivos de potencialização (literatura, tecnologia e arte) lhe apresentam outras possibilidades de existência e contato com suas monstruosidades que confrontam a ideia de monstro humano²¹ cientificamente construída pela medicina e pelo Direito no período do século XX.

Todavia, há que se dizer que a não reconhecibilidade de sua existência experimentada nas relações sociais e institucionais não são atribuídas somente ao corpo que destoa de um ideal normativo, mas ao corpo que por destoar rompe e expressa outra possibilidade de existência que não a da norma.

Sua experimentação nestes contextos nos faz retornar a Problemas de gênero de Judith Butler (2003) quando IstI filosofE discorre sobre o aspecto de humanidade que as performances binárias dos gêneros atribuem aos corpos, marcando-os e qualificando-os dentro da Cis-heteronormalidade. Segundo Butler (2003), aqueles cujos corpos encontram-se em

²¹ O contexto de referência do monstro humano é a lei, é claro. A noção de monstro é essencialmente uma noção jurídica – jurídica, claro, no sentido lato do termo, pois o que define o monstro é o fato de que ele constitui, em sua existência mesma e em sua forma, não apenas uma violação das leis da natureza. Ele é, num registro duplo, infração às leis em sua existência mesma (FOUCAULT, 2002 b, p. 69).

contraposição a categoria de humanidade (sexo/gênero) experimentam-se enquanto vidas abjetas, não sendo reconhecidas enquanto categoria de humano.

No entanto, pouco a pouco Céu tem entrado em contato com aquilo que para muitos – não para ele – é considerado em sentido negativo suas monstrosidades.

Por meio da conexão estabelecida com a tecnologia e o mundo da animação, Céu experimentou pela primeira vez a possibilidade de existência de uma vida que não se limita no binário de gênero. Em o *Steven Universe*, (uma série de desenho animado produzida por Rebecca Sugar) se depara com um mundo difuso das inúmeras possibilidades da expressão dos gêneros, experimentação das sexualidades e representações de corpos para além dos estereótipos binários e isso a deixa encantada.

Segundo as contribuições de Carina Schröder Waschburger (2018, p. 2/3) a série exibida pelo Cartoon network, desde maio de 2013, conta

[...] a história de Steven, um menino que vive com as *Crystal Gems* Pearl, Garnet e Amethyst, formas humanóides alienígenas de pedras preciosas (Gems). Steven é meio humano e meio Gem e vive aventuras com as *Crystal Gems*, ajudando-as a proteger a Terra de outras Gems que desejam destruir o planeta. [...] Apesar das Gems utilizarem pronomes femininos ao referirem a si mesmas, elas não possuem um gênero definido, fluindo entre padrões femininos, masculinos ou nenhum dos dois (não-binários). [...] Em *Steven Universe*, não vemos apenas personagens femininas com corpos de ampolheta, frágeis e indefesas, as personagens que vemos representadas na série são diversas não somente em suas personalidades, mas também na forma como são representadas fisicamente - baixas, altas, magras, gordas, femininas ou não.

Em sua conexão com essa animação, Céu reconhece também a possibilidade de criação de seu corpo/gênero/sexualidade, pois ao se deparar com personagens e performances dissidentes dos referenciais de normalidade hegemônica sente-se pertencente. Ressoa e vibra com ele. Com sua vivência e existência em construção.

Céu também tem se encontrado na arte autoral de desenhar, cuja tradução da expressão do seu gênero em rompimento com o binário e em experimentação de novos possíveis ganha forma, quase nunca humana, em uma folha de papel em branco. Digo isso, pois os desenhos que produz expressam um pouco de si. Todos são LGBTQs e nenhum, propositalmente, apresenta características humanas. Uma forma de expressão para dar visibilidade e positividade ao seu modo um tanto quanto monstruoso de existir e confrontar as normas de gêneros, mas também uma forma de expressar as experimentações de seu corpo nos espaços institucionais.

Com a entrada ao Ensino Superior, no ano de 2017, Céu também tem tido a oportunidade de se conectar a reflexões críticas advindas das discussões de gêneros e sexualidades, bem como dos estudos queers. Conhecendo, mas também se reconhecendo na história e na cultura. Fato este que tem potencializado seus próprios questionamentos quanto às estruturas de saberes/poderes produtores de verdades, epistemologias e ontologias que patologizam e monstrualizam corpos/gêneros/sexualidades singulares como o seu.

Embora hoje tenha uma vivência nada semelhante a que um dia tivera antes da conexão com esses mundos de conhecimentos e, assuma uma ética e uma estética de vida que ressoa com a singularidade de sua Trans* não-binaridade, seu processo não continua sendo fácil, mais visível e com menos violência LGBTQIfóbica. No entanto, hoje há o sentimento de pertencimento e isso, segundo eIU, ameniza muito a ansiedade, os medos e os complexos corporais, pois não há o desejo em se reduzir a uma identidade e se prender aquilo que não é a sua verdade.

O que antes – na infância e adolescência – não se apresentava enquanto possibilidade, pois o agenciamento dos dispositivos Cis-heteronormativos e as tecnologias de gêneros apresentavam apenas duas possibilidades – masculino/feminino –, limitantes demais de tudo aquilo que Céu ainda não entendia, mas não desejava se prender.

Em suas experimentações e (des)construções foi tendo a certeza de que os referenciais de masculinidades e feminilidades não contemplavam sua existência e por muito tempo impediram a conexão com outras possibilidades de experimentação dos gêneros fora da inteligibilidade Cis-heteronormativa. O agenciamento de dispositivos normativos e seus impactos experimentados na infância e adolescência tentavam, aos poucos, disciplinar e controlar seu corpo, o qual deveria responder ao esperado ao sexo e ao gênero designados ao nascimento, portanto: Contido, passivo, frágil e delicado.

Qualquer expressão divergente dos referenciais esperados impactavam com as normas mantidas no seio da molaridade das relações estabelecidas com a família e a escola na/da pequena cidade localizada no interior/interior do sudoeste do Paraná, onde Céu cresceu e permaneceu até os 17 anos, há dois anos, quando decidiu ingressar ao Ensino superior para cursar Psicologia em Francisco Beltrão, onde atualmente tem se conectado a novos mundos de conhecimentos/experiências e a novas possibilidades de existência.

Todavia, ao migrar de sua cidade natal para cursar Psicologia em Francisco Beltrão Céu traz algumas bagagens de experiências do lugar onde nasceu, cresceu, estudou e vivenciou sua infância e adolescência. Dentre essas bagagens uma ainda pesa.

Por vezes, recordar os impactos dos agenciamentos de regulação de seu corpo/gênero no contexto familiar e a experimentação da LGBTQIfobia na escola é angustiante, pois marcaram e restringiram seu corpo/gênero dentro de um organismo biológico. Trazer essas lembranças é entrar em contato com o sentimento de não pertencimento aos espaços, com a ansiedade gerada pelo isolamento e com a diferenciação cotidianamente experimentada. É entrar em contato com as normas que por tanto tempo inviabilizaram suas conexões com outras possibilidades de expressão e composição do gênero fora da binaridade e da identidade.

Céu nasceu em uma família convencional, classe média/baixa, branca e cristã, cuja cultura familiar mantém os costumes tradicionais e cuja criação tem como objetivo a redução máxima de conflitos, mantendo a ordem e a funcionalidade das coisas sem produzir grandes tensionamentos. Seus pais são casadEs e possuem uma união duradora, ambos são professorIes de biologia e se conheceram no exercício profissional.

Embora Céu não tenha entrado em detalhes sobre suas relações familiares é possível verificarmos que não é um contexto em que se sente pertencente e reconhecidE em suas singularidades. Digo isso, pois ao não ter com quem compartilhar os conflitos que atravessavam sua vida, muitas vezes o lema familiar a levou a solidão.

A entrada na Educação Infantil intensifica ainda mais a regulação das normas disciplinárias sobre seu corpo/gênero. Nesse contexto experimenta os primeiros impactos com a cis-heteronormatividade e, isoladamente experimenta o não reconhecimento nos referenciais de masculinidades e feminilidades reproduzidas por meninos e meninas. Nem mesmo em suas brincadeiras e formas de relacionamento que, segundo elU não ressoava com sua pessoa, pois eram restritivas demais, agressivas demais, passivas demais. O que para Céu:

Era bem desagradável, porque na escola eu não conseguia brincar direito com as meninas, mas também não conseguia brincar direito com todos os meninos. Aí eu brincava com tipo, outras que ‘tavam’ isolados e normalmente eram meninos, um... Por que tinha... Eu não sei por que era... Ele era isolado porque falava demais, ‘anram’, ele falava demais e ele era meio afeminado o jeito dele. E eu não sei onde ele tá agora, eu até queria saber por que ele era um amigo legal. Eu ficava com outras pessoas que também eram isoladas sabe, por que eu gostava de brincar com os meus bichinhos de plástico e eu não gostava de brincar de pega-pega, por que eu me machucava, por que tipo... Os meninos brincavam de pega-pega e de esconde-esconde e as meninas pulavam corda e ficavam falando uma com a outra. E elas tinham uma intriga tipo: “você não pode ser minha amiga se você for amiga dela”, essa intriguinhas. Aí eu tipo: “não quero isso”. E os piá ficavam brigando e se empurrando: “eu também não quero isso”. Aí eu levava os meus bichinhos de plástico e ficava com os isolados. Era uma coisa bem cruel eu acho. (SIC, Céu, transcrição da entrevista).

No grupo das crianças isoladas sentia-se pertencente e acolhidE, pois sua não identificação a formas hegemônicas de ser/estar/brincar não eram determinadas e julgadas pelo sexo, mas sim pela vontade e o desejo de/com/como brincar. Com os isoladEs Céu podia apenas ser uma criança que não precisava se adequar a uma brincadeira para pertencer a um grupo. Todavia, era ali no grupo dos isoladEs que pouco a pouco também experimentava a diferenciação da inteligibilidade entre eles/elas e os isoladEs. E isso é cruel.

Para Renata F. F. Gomes (2005, p. 128) os contextos educacionais constituem-se enquanto “espaços gendrados, pois buscam formar, definir e produzir sujeitos por meio de práticas discursivas e não discursivas que reproduzem e sustentam hierarquias de gênero, segundo a lógica binária homem/masculino versus mulher/feminino”. Caso contrário, ou seja, caso esse corpo vaze a lógica de produção discursiva e institucional o isolamento é uma de suas coerções.

O grupo dos isoladEs traz consigo uma marca em comum a seus membros: o não pertencimento e o não reconhecimento de sua inteligibilidade e diferença aos demais tidos enquanto “normais” por seguirem a linha de coerência entre sexo/gênero/sexualidade e expressão de gênero dentro de uma normalidade e naturalidade Cis-heteronormativa expressa em brincadeiras e comportamentos masculinos e femininos. Nesse contexto, os isoladEs são as diferenças, lidas enquanto abjetas por não reproduzir e/ou se adequar ao padrão esperado. Isso sem ao menos saber o que é o esperado.

Crianças (isoladEs) que, desde muito pequenEs, experimentam no corpo a diferenciação, por não partilharem do desejo e da expressão Cis-heteronormativa, reforçada em comportamentos e brincadeiras. Nesse contexto, a diferenciação é agenciada pelas tecnologias dos gêneros, as quais atribuem aspectos de naturalidade/normalidade aos corpos/sexos e suas expressões, anulando/isolando singularidades que destoam e denunciem sua invenção normalizada.

Os isoladEs tornam-se aquilo que a normalidade refugou e que, portanto, não deve aparecer, pois não fazem parte de um grupo de inteligibilidade normativa e identitário determinado a meninas e a meninos. Conforme Guacira Lopes Louro (2000):

Ao classificar os sujeitos, toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, separa e, de formas sutis ou violentas, também distingue e discrimina. [...] todas essas práticas e linguagens constituíam e constituem sujeitos femininos e masculinos; foram – e são – produtores de marcas (LOURO, 2000, p. 16).

A marca do isolado, atribuída à recusa da operação tecnológica de gênero, continua atravessando as experiências de Céu na adolescência. Sua não conformidade a Cis-heteronormatividade produtora de corpos masculinos e femininos em acordo com o sexo biológico produzem, no contexto do Ensino Médio, questionamentos e curiosidades de outros sobre a sua sexualidade.

De forma tão quanto invasiva e violenta Céu relata uma situação vivenciada por elU e acredito eu que, por um sem número de pessoas dissidentes cotidianamente:

Dentro da escola a única coisa que eu lembro é no Ensino Médio né, que me perguntavam se eu era sapatão e tal. Tem toda essa questão e daí tipo as pessoas sempre vinham pra mim pra perguntar sobre sexualidade por causa da minha expressão que era mais masculina. Aí eles já associavam a expressão masculina com a sexualidade com ser lésbica. Daí era bem desagradável assim, as pessoas querendo saber coisas sobre mim que elas não perguntariam pra alguém hétero (SIC, Céu, transcrição da entrevista).

A Cis-heteronormatividade, alinhada aos processos de subjetivação é invasiva e violenta a corpos dissidentes como o de Céu, pois além da diferenciação, agência a todo o momento sua normalização, seja por meio de dispositivos discursivos ou intervenções específicas, cuja regulação e adequação são instaladas. Neste caso torna-se urgente e necessário colocar a vivência, aqui em específico de umE adolescente em processo de construção de seu gênero e experimentação de sua sexualidade, em uma caixa identitária e binária.

O corpo da dissidência passa a ser experimentado enquanto destoante de um regime hegemônico de operação binária dos gêneros e das sexualidades. Destoante de um conjunto de arranjos linguísticos, tecnológicos, epistemológicos, ontológicos, ideológicos e morais produtores de verdades sobre os sexos. Por assim ser e experimentar-se, muitas pessoas imbuídas de seus privilégios se autorizam a investigar, regular, questionar, anular, isolar. Ainda mais vulnerabilizar.

Intervenções Cis-heteronormativas, invasivas e violentas, que se agenciam entorno do corpo da dissidência em tentativas de binarização dentro do gênero designado ao nascimento, cujas cobranças da reprodução performativa esperadas aos sexos são acentuadas. Intervenções que não cessam, mas aumentam com o passar do tempo.

Nesse contexto, o isolamento, para além de uma distinção da marca da diferença e da não conformidade às normas dos gêneros, torna-se uma decisão, uma segurança que evita entrar em contato com o sofrimento advindo da cobrança por identificação binária, assim como discorre Céu:

Era uma segurança e também porque eu me isolava. Tipo eu não queria falar com os dois grupos, eu não sabia o que eu, que eu era. Tipo eu recusei muito tempo tudo o que era feminino, aí começou a adolescência e na adolescência eu tinha que me identificar mais com isso e eu não usava maquiagem de jeito nenhum, por que pesava na minha cara, por que incomodava, por que eu não queria fazer aquilo. Não gostava de usar vestido. Entrei no colégio agrícola e como que é dividido por alojamento feminino e masculino ficou muito mais, tipo, pesado pra mim, por que eu ‘tava’ ali no alojamento que só tinham mulheres e elas... Eu não conseguia me identificar com elas e aí quando eu ia pros piás de novo eu não conseguia me identificar com eles. Aí eu ia pra quem ‘tava’ isolado de novo. (SIC, Céu, transcrição da entrevista).

Pouco a pouco, em seu processo de experimentação, Céu vai tendo a convicção de que os dois mundos de gêneros não lhe traziam pertencimento. Por um lado, não se reconhece totalmente nos modelos de masculinidades, tampouco nos de feminilidades. Por outro, forçar sua reprodução em qualquer que seja, violentava ainda mais sua singularidade.

As impossibilidades de proliferação performativa da expressão de gênero, para além do binário, invisibilizavam as experimentações dissidentes de umE adolescente em busca de sua verdade. O que em certo momento lhe gerou inquietações e questionamentos quanto à própria identidade de gênero e sexual.

Nesse contexto, a conexão virtual mostrou a elU um mundo de possibilidades TRANSgressoras do binário, provocando – até novamente ser barradE – movimentos de reconhecimento, pertencimento e proliferação.

Todavia, uma situação (não especificada), ocorrida no contexto familiar fez com que Céu novamente se isola da conexão virtual que naquele momento lhe apresentavam (im)possibilidades para além da cisgeneridade e heterossexualidade. Neste mundo de conhecimentos que, brevemente se enunciava Céu relata o seguinte:

Tipo já teve uma época que eu achei que eu era lésbica, aí com os quatorze anos eu descobri a palavra trans e daí eu: ‘talvez eu seja isso’ (*risos*). E aí querer definir, definir. Daí nos quinze anos foi que teve uma resposta, uma situação ali com os meus pais, daí foi quando eu fiquei quase uma semana em casa, eles quase me tiraram do colégio, quase tiraram da, da... E depois disso eu parei de pesquisar qualquer coisa que não fosse hétero/cis. (SIC, Céu, transcrição da entrevista).

Há dois anos uma decisão viria possibilitar o contato com um mundo de conhecimentos que Céu não imaginava, mas molecularizariam sua vida e potencializariam sua existência.

Residir em Francisco Beltrão para cursar Psicologia, como dito no início deste relato, pontencializou a conexão com teorias, tecnologias e a arte, apresentando-lhe possibilidades de rompimento com a binaridade dos gêneros que até então se mostravam impossíveis na pacata cidade em que nasceu e viveu até os 17 anos de idade.

De acordo com Céu:

Foi na faculdade que eu comecei a aprofundar nisso, nesse ‘ser’ qualquer outra coisa que não seja cis/hétero. Então em certo ponto a faculdade me ajudou, porque eu olhava que em volta tinha pessoas diferentes. Eu via várias pessoas diferentes interagindo e que falava sobre coisas (SIC, Céu, transcrição da entrevista).

Atualmente encontra-se no segundo ano de sua graduação. Em meio a um território de aprendizagem e experimentação que, pouco a pouco, nestes dois anos tem lhe provocado possibilidades que antes – devido ao agenciamento das tecnologias de gêneros operadas nas relações estabelecidas com a família e a escola – não se faziam possíveis. No entanto, cabe ressaltar que aqui, em Francisco Beltrão e na Universidade, Céu também vivencia os impactos com a LGBTQIfobia, cuja territorialidade também é atravessada pela subjetivação Cis-heteronormativa, a qual visibiliza a cisgeneridade e a heterossexualidade enquanto modelos hegemônicos de vidas vivíveis.

Todavia, nos dias de hoje, com as bagagens de experiências que traz em seu corpo/experimentação e em contato com agenciamentos outros de potencialização, Céu tem se constituído resistência frente aos dispositivos Cis-heteronormativos que atravessam sua existência e tentam agenciar referenciais de normalidade sobre seu corpo/gênero/sexualidade, principalmente nas relações estabelecidas com a universidade e o trabalho.

Sua direção tem sido em busca da própria verdade. Aquilo que ressoa com sua liberdade. Que pluraliza as dicotomias e as fragmentam.

Digo isso, pois nos dois últimos anos Céu não se reconhece mais em um dos dois gêneros determinados ao nascimento. O rompimento com esse modelo de operação binário e o reconhecimento com a Trans* não-binaridade são processos de um (re)nascimento vivenciado dia após dia, cuja (re)construção de novas relações tem – a muito custo – sido possíveis. Atualmente Céu se reconhece em outro nome, o que escolheu para significar suas novas experimentações e enfrentamentos.

Por um lado, pode-se dizer que a decisão por cursar o Ensino Superior em outra cidade a conectou ao desconhecido e a novas possibilidades. Por outro a lançou em meio a novos enfrentamentos.

Aqui elU também se experimenta enquanto diferença que não condiz com as normas institucionais. Aqui também transita em meio a olhares de estranhamento e não é reconhecido em sua expressão de gênero por grande parte de alunEs e professorIes. Bem como, cotidianamente enfrenta situações de LGBTQIfobia nas relações de trabalho que não lhe trazem pertencimento a esse espaço institucional.

Acontecimentos esses que, segundo Pacco Vidarte (2007), atravessam os corpos das dissidências nas relações estabelecidas com todas as instituições, cuja reprodução das normas sociais são produtoras de estranhamento aos corpos lidos enquanto queers. Para IstI autorE esse estranhamento não se finda, pois não há instituições queers, o que há segundo elU são resistências queers em instituições que operam a normalização.

Na universidade Céu continua pertencendo ao grupo dos isoladEs. No entanto, esse grupo agora é renomeado por elU enquanto grupo do DESVIO, composto por singularidades que de alguma forma são subversivas as normas sociais estabelecidas para corpos/gêneros e sexualidades. Segundo Céu é “[...] o grupo que desviou da norma assim basicamente, porque de novo a gente olha em volta e tipo: ‘todo mundo é a mesma coisa aqui’” (SIC, Céu, transcrição da entrevista).

No grupo do desvio sente-se pertencente, diferentemente da sensação de “crueldade” experimentada no grupo dos isoladEs durante a Educação Infantil e o Ensino Médio. Formado por singularidades que se identificam pela subversão das supostas normalidades esperadas aos corpos, o grupo do desvio tornou-se uma rede de apoio, que fortalece Céu a permanecer nesse espaço institucional em busca do sonho de ser graduadE.

Mesmo assim, lidar com o olhar de estranhamento do outro, por vezes não continua sendo fácil, pois disparam efeitos sobre seu corpo. Desligar para isso, ou pelo menos tentar, quando possível, é uma forma de resistência que torna essa caminhada menos pesada:

[...] como a ansiedade é forte qualquer coisa, qualquer coisinha parece que amplifica. Eu já: ‘‘tabom’ não quero mais prestar atenção nisso e aí eu desligo pra aquela coisa’. Eu desliguei pra tipo pessoas me olhando, por que se não eu vou ficar: ‘será que tão me olhando, será que tão me olhando por causa disso?’ (SIC, Céu, transcrição da entrevista).

Neste processo de experimentar-se em lugar outro que não seja o binário e resistir aos impactos Cis-heteronormativos e LGBTQIfóbicos Céu, pouco a pouco vai sentindo-se pertencente a sua expressão de gênero não conforme, reivindicando de amigUEs e professorIes de seu convívio universitário o direito de ser tratadE como se reconhece e nomeia.

Embora não tenha problemas com o seu nome de registro, pontua que o mesmo não lhe serve mais, pois a escolha de outro nome também se configura nesse processo enquanto possibilidade da construção de outra história (a que deseja e tem criado).

No entanto, elU não imaginava vivenciar uma situação constrangedora com umE professorIe, visto que alguns amigUEs de seu convívio já respeitavam sua nomeação e expressão de gênero. Ao sentir-se invisibilizadE em seu direito de reconhecimento, uma situação, reificada por várias vezes, lhe gera constrangimentos, pois não valida seu desejo e direito de reconhecimento neste espaço institucional.

Céu narra a seguinte cena:

[...] a primeira professora que eu falei foi por que ela começou a falar no estágio né, numa reunião do segundo e terceiro ano ali e ela: ‘(B), (B), (B), (B)’ aí eu tipo assim, já tinha falado pro meu amigo pra me chamar de Céu e aí ela ‘tava’ falando comigo: ‘e daí a (B) num sei o que’. Aí tipo no final assim, a gente ‘tava’ só eu e mais duas pessoas na sala aí eu cheguei: ‘profe me chama de Céu por favor’. Só que ela foi a que mais teve dificuldades pra adotar Céu, por que toda vez era a mesma coisa: ‘(B) não Céu, é Céu né?’. Isso de certa forma era mais constrangedor do que você errar o meu nome era tipo... E também porque... [...] Ela lembrava. Tipo: ‘(B), a não é Céu ha ha ha desculpa’. Toda vez. Agora parece que ela pegou de uma vez, mas é que o corrigir você mesmo parece de certa forma mais constrangedor do que errar sabe. Por que tipo se você... Você se desculpar por errar. Se você errou você corrige e não fala nada, você ficar se desculpando parece mais constrangedor (SIC, Céu, transcrição da entrevista).

A Cis-heteronormatividade atravessa a subjetivação social, cultural e institucional em todos os seus segmentos, agenciando a composição de espaços físicos e/ou relacionais que privilegiam e visibilizam corpos que, “naturalmente” performam sua norma.

A entrada, o trânsito e a permanência de dissidências sexuais, de gêneros e/ou culturais neste espaço – reconhecido enquanto produtor de conhecimentos/verdades, mas também reprodutor de normativas socioculturais – é um confronto as normalizações instituídas. Permanecer torna-se desafiante, quando não violento, aos corpos que apresentam a sociedade, a cultura e, neste caso, a instituição e seus autorIes institucionais outras verdades. Outras formas de expressões da multiplicidade humana.

Nesta territorialidade institucional o simples uso de um banheiro pode ser angustiante e desconfortável a uma pessoa Trans* não-binária como Céu, “por que você entra lá e daí tem todas as pessoas identificadas com o gênero e falando sobre coisas identificadas com o gênero e fazendo coisas só identificadas como gênero”. (SIC, Céu, transcrição da entrevista).

Para elU o banheiro configura-se enquanto espaço de reificação das normas binárias do gênero que não lhe trazem pertencimento no feminino e,

[...] Não devia ser tudo isso pra um banheiro. Ai, isso é complicado por que usar o banheiro feminino é desconfortável às vezes. Eu normalmente vou se tá vazio, se tá vazio porque daí eu entro e saio e ninguém me viu. Mas o banheiro masculino eu não consigo usar porque eu tenho medo de entrar no banheiro masculino. Mas assim, já, já uma vez só que eu percebi uns olhares assim, porque eu ‘tava’ ali no banheiro também sabe: ‘cabelo curto, roupa masculina’, eu percebi uns olhares e tal, mas nunca falaram nada assim. Evito já prestar atenção pra não ficar depois remoendo’ (SIC, Céu, transcrição da entrevista).

O banheiro masculino não se apresenta enquanto possibilidade, pois neste espaço Céu sente medo: “[...] medo de chegar lá e todo mundo te expulsar ou... Provavelmente não vão te expulsar, provavelmente vão dizer: ‘você tá no banheiro errado viu’, já falaram isso pra mim uma vez [...]” (SIC, Céu, transcrição da entrevista).

Por vezes, quando a ansiedade é grande a única forma para baixa-la é realizar um percurso muito mais longo para poder usar o único banheiro inclusivo e sem gênero que há no campus, localizado no Centro de Psicologia Aplicada (CPA). Fato esse que não é possível no contexto das relações laborais, onde os banheiros são delimitados pelo gênero binário e onde experimenta mais intensamente os impactos com a Cis-heteronormatividade.

Neste contexto de trabalho, relata que só não se sente anuladE quando está em contato com as crianças, caso contrário os enfrentamentos são constantes. Aqui, como em qualquer outra instituição sua expressão de gênero não é validada, muito menos compreendida enquanto possível. No entanto, por precisar do emprego para o sustento de suas necessidades básicas submete-se a permanecer e a resistir nesse espaço. Submete-se ao silenciamento e a invisibilidade e “[...] isso é bem dolorido às vezes sabe. Tipo não poder falar disso e às vezes, parece que os pais desviavam de mim pra entregar a criança pra outra professora”. (SIC, Céu, transcrição da entrevista).

Para além das dificuldades estruturais e do uso do banheiro, enfrenta neste espaço a invisibilidade de sua expressão de gênero e o tencionamento com a cis-heteronormatividade agenciada em discursos, olhares e desvios que diferencia elU dos demais colaboradorEs.

Ao permanecer nesta instituição – que também é de ensino – resiste, pois acredita que somente a educação pode ser transformadora de realidades. Para elU uma educação que não reconhece a multiplicidade de existir é negligente, pois desconsidera as singularidades de que todEs somos formadEs.

Por permanecer consegue agenciar movimentos outros que desarticulem os modos de operações Cis-heteronormativos e LGBTQIfóbicos que produzem no espaço institucional o isolamento de crianças e o sentimento de não pertencimento.

PLATAFORMA – IV

4. ENTRE AS ESTAÇÕES/ATRAVESSAMENTOS DOS CORPOS CIS-HETERO E TRANS* NÃO BINÁRIES: COMPONDO (RE)EXISTÊNCIAS

“Posso sentir que sem alguma forma de reconhecibilidade não posso viver. Mas também posso sentir que os termos através dos quais a minha vida é reconhecida tornam a minha vida invivível” (BUTLER, 2005, p. 4).

O que constitui e garante a inteligibilidade de um corpo? Quais os meios em que eles são produzidos, validados e reconhecidos? A que custo performativo? Seria o corpo essa matéria estanque e finalizada, cujos gêneros são determinados por destinos biológicos? Ou não? Então o que é ser ou estar um corpo? O que faz um corpo e atribuem-lhe formas de apresentação e garantias de aparecimento? Esses são alguns dos questionamentos que propomos a pensar nessa plataforma a partir do corpo e dos meios de sua produção. Pensemos.

CORPO: materialidade historicamente modulada, diferenciada e molarizada em meio a processos culturais, cujas produções de saberes e relações de poderes são instituintes dos regimes de verdades que os fazem. Corpos criados no e pelo discurso, significados pela Biologia e diferenciados por aglomerados de células, órgãos, humores e características que traçam destinos.

Corpos inventados a partir do sexo, estrutura biológica e binária que dita, conforme os escritos de Foucault (1999), sua lei, ou seja, sua ordem política de funcionamento: corpos machos e corpos fêmeas - masculinos e femininos - homens e/ou mulheres. Nessa mesma linhagem hierárquica, produtora das relações de desigualdades e submissões: deles sobre elas, (elUs nem aparecem). Mesmo assim continuam sendo corpos: “naturais” e “normais”, ou melhor, naturalizados, normalizados e binarizados.

Corpos generificados e sexualizados, atribuídos de funções, organizações e regulamentações que, performadas em sua linhagem hegemônica tornam-se humanizados. Corpos confinados a produção “natural” da cisgeneridade e heterossexualidade. Verticalmente reconhecíveis na inteligibilidade de suas vidas. Corpos feitos e subjetivados entre discursos e práticas socioculturais. Visibilizados, privilegiados e universalizados, cuja expressão mais fidedigna assumida aos modelos de referência Cis-heteronormativos os tornam: corpo

identidade, modo da operação de verdades produzidas sobre coerções, pelas quais a carne é institucionalizada, finalizada, autorizada e vivível.

AutorIes pós-estruturalistas como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, Tereza de Laurentis, Judith Butler, Paul Beatriz Preciado, Guacira Lopes Louro, Berenice Bento e tantos outrEs denunciam em suas obras os modos de operação vigente da produção hegemônica dos corpos. Para IssIs autorIes um sistema de conexões estabelecidas entre os discursos de saberes/poderes e a cultura são definidoras de formas possíveis (naturais e normais) de viagem entre a composição do corpo e sua experimentação com o sexo, o gênero, a sexualidade, seus desejos e prazeres.

Disse Foucault (1999) em uma passagem que o discurso veicula poder com efeitos de verdades. Certamente o contexto moderno do século XVII ao XIX/XX, a importância dada à ciência e ao capitalismo na era vitoriana, são elementos indispensáveis a corporificação de arranjos hegemônicos de vidas produzidas a base de sua estrutura anatômica e biológica. São, como mencionado por IstI autorE, regimes de verdades criados para a regulação dos corpos, cujos efeitos de monstruosidade são atribuídos às vidas divergentes que apresentam e vivenciam multiplicidades outras das expressões humanas. Mas o discurso, disse também, cria pontos de resistências às lógicas dos saberes/poderes, ou seja, resistências aos mecanismos de disciplina, controle e assujeitamento ao conjunto de verdades produzidas e mantidas em determinadas culturas.

Ao apresentar discursos outros das produções de saberes que desestabilizam a produção hegemônica dos dispositivos que fazem os corpos, os gêneros e as sexualidades e visibilizar outras composições de vidas, o Feminismo, o Transfeminismo e a Teoria Queer emergem enquanto desarranjos e descontroles ao regime de verdades instituído.

São saberes que desterritorializam os modos de produção e reprodução dos corpos da modernidade. Um movimento entre as margens do discurso hegemônico na criação de outros discursos, outras ontologias e epistemologias dos saberes e da vida que, ao estabelecer rizomas com os desejos da multiplicidade criam distanciamentos da invenção biotecnológica do corpo moderno, visibilizando outros modos de produzir teorias e reconhecer vidas - que podemos dizer – monstruosas.

No atual contexto nomeado de transcontemporaneidade²², onde se enunciam dissoluções do pensamento moderno, as pessoas Trans* não-bináriEs também têm

²² Rosi Braidotti (2009) pondera que a transcontemporaneidade indica: “[...] una transferencia intertextual que atraviesa fronteras, transversal, en el sentido de un salto desde un código, un campo o un eje a otro, no

reivindicado arranjos outros da composição dos corpos, dos gêneros e das sexualidades em suas múltiplas possibilidades não binarizadas, criando com suas existências, movimentos emergentes as produções de saberes e relações de poderes vigentes, desestabilizando e desalinhando as dicotomias mecanizadas que atravessam a vida e produzem os corpos.

Estrela, Lua e Céu – narrativas que embarcam nesta pesquisa/viagem de Mestrado – compartilham nesse texto/mapa/dissertação parte das experimentações e enfrentamentos aos dispositivos Cis-heteronormativos de normalização que atravessam seus corpos no cotidiano das relações estabelecidas com as Instituições de Ensino, as quais estão inseridEs.

São expressões de vida, cujo trânsito nesses espaços – que também são produtores e mantenedores de saberes e poderes hegemônicos – apresentam para além do questionamento sobre o que é ser um corpo dissidente e em contradição com as normas institucionais (porém masculinizados e/ou feminizados) o que é ser um corpo dissidente, em contradição e sem definição de gênero binário. São expressões de vidas que estremecem a inquestionabilidade da produção de subjetivação Cis-heteronormativa e lançam inquietações – além das denúncias dos processos de violências e resistências – as relações constituídas nos espaços institucionalizados, mas também algo que se assemelham a especulações do tipo:

Que corpo é este, cujo sexo não define seu gênero e cujo gênero não é definido pelo biológico e binário sistema sexo/gênero? Que verdades outras são essas que fissuram a cultura, a história e as produções hegemônicas de saberes e suas relações de poderes? Que ser monstruoso é esse que ousa insultar os “regimes de verdades” e, cuja existência não passa pela representação humana assumida nos modelos referenciais de masculinidades e feminilidades validados enquanto naturais e normais? O que pode um corpo fora dos limites de gênero estabelecidos nos atravessamentos institucionais?

Essas são algumas das inquietações e especulações provocadas por elUs, com suas inserções nos espaços institucionais. Todavia, junto à elUs e por intermédio das viagens, ressaltamos que tais inquietações e especulações não necessariamente requerem respostas e/ou explicações, pois se inserem, antes de tudo num campo de afetividades, sensibilidades e disponibilidades, que deslocam o pensamento muito mais para problematizações das normalizações e naturalizações atribuídas e validadas pela Cis-heteronormatividade e de seus impactos as vidas que, assim como a minha e delUs são dissidentes nesses espaços.

O que de fato deve nos implicar muito mais na invenção de DIPOSITIVOS DE ALIANÇA que busquem, antes de tudo somar forças e visibilizar as multiplicidades e

meramente en el modo cuantitativo de multiplicidades plurales sino, antes bien, en el sentido cualitativo de multiplicidades complejas” (p. 20).

resistências Trans* não binárieE nesses espaços, do que se limitar a entender ou definir aquilo que não é passível de definição ou explicação, apenas de aproximação e experimentação.

4.1. (Re)inventando espaços outros de vidas (in)vivíveis na universidade

“Um pouco de possível senão eu sufoco”

(DELEUZE, 1992, p. 131)

Ao longo dessa experiência em pesquisa/viagem de mestrado narramos parte das cartografias dos encontros junto a jovens Trans* não-binárieE que conosco embarcaram. Uma viagem entre territorialidades e atravessamentos diversos que buscou acompanhar o dia a dia dessas vidas nas Instituições de Ensino, em específico na universidade, entre os impactos com Cis-heteronormatividade estabelecidos em confrontos com os regimes de verdades e as resistências frente às representações hegemônicas de vidas vivíveis, corporificadas em modelos de masculinidades/feminilidades e heterossexualidades reproduzidas nesses espaços institucionais.

Nessa jornada cartográfica, embarcaram conosco três vidas jovens, interioranE e singulares, nomeadas nesse percurso por Estrela, Lua e Céu. Vidas que migraram de suas pequenas cidades em busca do sonho de cursar o Ensino Superior. Expressões dissidentes e inconformes a binaridade de gênero que nessa embarcação apresentaram a nós, e têm apresentado a cidade e a universidade, outras formas de viajar entre composições e rupturas com os gêneros e as sexualidades fora dos modos de operações binárias. São multitudes que transtornam esse mapa/território normativo e hegemônico da expressão humana, cuja representação binária é posta enquanto única saída possível a uma vida vivível. São como mencionados por Guattari e Rolnik (1996) inconscientes que protestam, agenciamentos de enunciação de novos possíveis das construções dos corpos, que molecularizam as estruturas binárias que fazem os gêneros e as sexualidades.

SÃO CORPOS TRANS* E NÃO-BINÁRIeS, CUJAS EXPERIMENTAÇÕES SÓCIOINTITUCIONAIS SÃO QUEERS aqui narrados, que ganham voz nesse mapa/dissertação. Corpos vazamentos e borramentos dos ideais Cis-heteronormativos. Tencionamentos aos regimes de verdades que os fazem. Corpos não capturados pela norma, (re)feitos à margem dos discursos Epistemológicos, Ontológicos, Filosóficos, Sociais e Culturais que trazem da modernidade seus resquícios de normatização.

Corpos subversivos a organização dos biopoderes e biopolíticas que atribuem materialidades e humanidades a carne. Que recusam o binário estruturante das relações possíveis, portanto como dito e experimentado ao longo dessa pesquisa/viagem: nem machos, nem fêmeas, nem masculinos, nem femininos, nem homens, nem mulheres e/ou algo que os prendam a um regime binário, apenas corpos: De sexos e gêneros que não se confinam a apenas duas possibilidades. De sexualidades não identitárias, cuja experimentação não se efetiva apenas com o órgão reprodutor ou em função da reprodução, mas com a totalidade dos prazeres possíveis com, no e fora do corpo. Pois ultrapassam os limites orgânicos da pele.

São corpos que desautorizam e desafiam a inteligibilidade dos “regimes dos normais” e, que por isso experimentam-se enquanto queers: Corpos da imoralidade, da patologia, da monstruosidade. Corpos aberrações, inadequados, desregulados e transtornados. Corpos pervertidos, confusos e doentes. Não recomendados, não reconhecíveis e abjetos.

Mas também corpos da RESISTÊNCIA, que molecularizam as molaridades do possível. Que fissuram os limites da subjetivação Cis-heteronormativa e criam espaços outros de composições e rupturas, cujo fim não é a identidade. Cujo fim nem se quer existe, pois suas composições são processualidades e intensidades buscando expressões ENTRE as (im)possibilidades produzidas sobre o corpo.

São os corpos delUs: Estrela, Lua e Céu, subversivos, dissidentes e transgressivos. Em insistência de novos (im)possíveis, que (des)fazem e (des)articulam a noção de monstruosidade criada sobre suas carnes, seus desejos, prazeres e amores e tornam suas vidas monstruosas²³, pois seus afetos são intensivos e expansivos e sua revolução gera pane ao sistema que cria anormalidades sobre e para suas existências (PRECIADO, 2003). Afirmamos isso juntamente com elUs e com Tomas Tadeu da Silva (2000) que pondera que a “existência dos monstros é a demonstração de que a subjetividade não é, nunca, aquele lugar seguro e estável que a teoria do sujeito nos levou a crer” (SILVA, 2000, p. 19).

São os corpos Queers, Trans* não-bináriEs, vidas monstruosas desafiando os modos de subjetivação hegemônica. São “[...] las bolleras que no son mujeres, de los maricas que no son hombres, de los trans que no son ni hombres ni mujeres” (PRECIADO, 2003, p. 6).²⁴

²³Herberte de Proença Lopes (2018) discorre em sua dissertação de mestrado sobre a **posição-monstro** (modo de afirmação), cujas pessoas inconformes as normas de gêneros e sexualidade criam em oposição à **condição-monstro** (modo de assujeitamento), atrelado aos desvios de normalidade. Para elU, “ser monstro, assim, é reivindicar o direito a escrever-se a si mesmo fora de normativas. Reconstruir-se a partir de linhas desejanter. Modos de produção de subjetivação monstruosas” (LOPES, 2018, p. 182).

²⁴ “[...] as balas que não são mulheres, as bichas que não são homens, os trans que não são homens nem mulheres” (PRECIADO, 2003, p. 6, tradução nossa).

Expressões que desterritorializam as entranhas dos regimes de normalidade cis-heteronormativa diariamente reproduzida no contexto universitário e, rizomaticamente produzem rompimentos com as normas institucionais, criando os próprios percursos no mapa da vida, reterritorializando-se em territórios outros das expressões dos gêneros e experimentações das sexualidades, bem como dos desejos e prazeres humanos.

É como pontuado por Deleuze e Guattari (1995) saídas múltiplas criadas para a composição de outras éticas, estéticas e políticas de vida que desnivelam as estratégias do poder, que não se findam em identidades normalizadas e naturalizadas das representações hegemônicas dos modos de vida vivível, mas sim em multitudes que provocam segundo os escritos de Preciado (2003):

[...] una transversalidad de las relaciones de poder, una diversidad de las potencias de vida. Estas diferencias no son ‘representables’ dado que son “monstruosas” y ponen en cuestión por eso mismo no sólo los regímenes de representación política sino también los sistemas de producción de saber científico de los “normales”. En este sentido, las políticas de las multitudes queer se oponen tanto a las instituciones políticas tradicionales que se presentan como soberanas y universalmente representativas, como a las epistemologías sexopolíticas heterocentradas que dominan todavía la producción de la ciencia (PRECIADO, 2003, p. 10)²⁵.

São corpos em resistências num mundo de generificações e sexualizações binárias e identitárias, representadas em modelos referenciais de normalidades e naturalidades muito bem definidas em estereótipos de masculinidades/feminilidades e heterossexualidades baseadas na diferença biológica e sexual, “mas também o seu excesso, aquilo que permanece fora do discurso, como um trauma em potencial que, se/quando não contido, pode romper ou desestabilizar qualquer representação” (LAURENTIS, 2001, p. 209).

São singularidades e também multiplicidades que não são seduzidas pelas representações cis-heteronormativas e que não se deixam engaiolar por seus privilégios, pois qualquer que seja a representação identitária não ressoa com a existência que desejam e tem criado. ElUs querem e são revoluções, afetos sem restrições, intensidades sem explicações.

Expressões de vida e resistência não normativa que transita entre a margem e o centro, ocupando a universidade, a cidade e as ruas. Vidas que estabelecem conexões com a arte e a

²⁵ “[...] una transversalidad de las relaciones de poder, una diversidad de poderes da vida. Essas diferenças não são “representáveis” porque são ‘monstruosas’ e, por esse motivo, questionam não apenas os regimes de representação política, mas também os sistemas de produção de conhecimento científico do ‘normal’. Nesse sentido, as políticas de multidão queer se opõem às instituições políticas tradicionais que se apresentam como soberanas e universalmente representativas, bem como às epistemologias sexopolíticas heterocentradas que ainda dominam a produção da ciência” (PRECIADO, 2003, p.10, tradução nossa).

educação para transformar suas lutas em poesia e visibilizar suas singularidades e resistências também nesses espaços mantenedores e produtores de saberes e relações cisheteronormativas e LGBTQIfóbicas.

Três vidas jovens e interioranas que carregam em si multidões. Multidões que ocuparam esse mapa/dissertação e a universidade e, têm criado com suas existências novos questionamentos a ordem das produções de saberes modernos institucionalizados nos campus de Ensino Superior a qual estão inseridEs, bem como movimentos na operação do discurso, ou seja, “um movimento a partir do espaço representado por/em uma representação, por/em um discurso, por/em um sistema de sexo-gênero, para o espaço não representado, mas implícito (não visto) neles” (LAURETIS, 1987, p. 237).

É o outro lugar do discurso hegemônico, ou como podemos aqui dizer, o não lugar e o não representado, que visivelmente não recaem num binário, pelo contrário, coloca em cheque a universalidade do regime de verdades sobre os corpos, gêneros, sexualidades, modos de prazeres e desejos construídos a base da diferença entre os sexos, denunciando as artimanhas das tecnologias que fazem os gêneros e as sexualidades historicamente, socialmente e culturalmente produzidas e corporificadas a base de epistemologias, ontologias, práticas e relações sociais e institucionais universais.

Para Lauretis (1987) vidas como a delUs são vidas não capturadas, resistências e insurgências que provocam vazamentos aos modelos representacionais da subjetivação cis-heteronormativa. Vidas que criam a partir da não representação hegemônica, lugares outros de subjetivação. Segundo IstI autorE:

[...] esse ‘outro lugar’ não é um distante e mítico passado, nem uma história de um futuro utópico: é o outro lugar do discurso aqui e agora, os pontos cegos, ou o space-off de suas representações. Eu o imagino como espaços nas margens dos discursos hegemônicos, espaços sociais entalhados nos interstícios das instituições e nas fendas e brechas dos aparelhos de poder conhecimento. E é aí que os termos de uma construção diferente do gênero podem ser colocados – termos que tenham efeitos e que se afirmem no nível da subjetividade e da auto representação: nas práticas micropolíticas da vida diária e das resistências cotidianas que proporcionam agenciamento e fontes de poder ou investimento de poder (LAURETIS, 1987, p. 237).

Vidas em rupturas e em movimentos de novos possíveis. Vidas que estremecem e fissuram a Cis-heteronormatividade que atravessa a subjetivação da cidade, da universidade e os modos de operações dos saberes normativos, cujas existências sociais e institucionais são precarizadas e violentadas pela LGBTQIfobia. Mesmo assim vidas que ocupam e resistem

nesses espaços, agenciando caos nas relações sociais e institucionais, ao molecularizar os códigos de codificação da produção hegemônica do desejo (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

É o caos do devir corpo em experimentação de novos possíveis ocupando o território da cidade e da universidade que é seu por direito. Corpo em devir que encontra no rizoma gênero/sexualidade a possibilidade de desterritorialização e reterritorialização em espaços outros que não os tornem anormais e/ou abjetos.

São corpos *Queers/Trans** não-bináriEs em ocupação, trazendo o gueto, a marginalidade e outras verdades a estes territórios de produções de saberes. Corpos que por ingressar e permanecer nesse espaço já são militantes de novos possíveis. Reivindicando neste e em outros espaços, apenas o direito de ser um corpo sem definição – ao mesmo tempo em que resistindo a precarização de suas vidas – trânsitos na composição dos discursos que fazem os corpos, as relações e as vidas possíveis. Vidas que também encontram na expressão artística a possibilidade singular de inventar novos possíveis.

4.1.1. Um pouco de possível em Estrela

Estrela, futurE Designer de Moda e nossE primeirE narrativa a embarcar nessa pesquisa/viagem de mestrado, desfila diariamente sua existência na grande universidade privada em que estuda. Desde a entrada ao Ensino Superior seu trânsito nos corredores tem causado impactos aos moralistas de plantão e provocado estremecimentos a fragilidade Cis-heteronormativa constituinte das relações institucionais. A estética, visivelmente não conformada às normas binárias dos gêneros traduz o que em palavras sua boca, por vezes, não consegue dizer.

Seria superficial dizer que Estrela apenas transita pelo campus, pois elU não apenas transita nesse espaço, elU desfila e cria com o corpo – socialmente e institucionalmente marginalizado pela Cis-heteronormatividade e LGBTQIfobia – movimentos performativos de uma dança singular.

Os movimentos assumidos no trânsito e na própria arte de dançar é para elU:

É a forma também de eu me expressar através dos movimentos do meu corpo. Porque eu não sou muito de falar. Me dificulta muito de poder falar, me expressar. Então é uma forma que eu uso também pra me expressar através da dança. Meu corpo fala o que a minha boca não fala entendeu [...]. (SIC, Estrela, transcrição da entrevista).

Para Estrela, assim como para Lua e Céu, as experiências vividas nas instituições de ensino, marcada pela LGBTQIfobia, foram produtoras de violências com efeitos de invisibilização de suas existências durante a infância e a adolescência. Hoje com mais maturidade e empoderamento de seus desejos, encontram-se novamente inseridEs neste território, são as resistências que não viraram estatísticas de evasão escolar e/ou de “bicha de esquina”. As resistências que os discursos normativos não conseguiram capturar e engessar.

Para Estrela estar hoje na universidade e cursar *Designer* de moda, além de um direito é um privilégio. A partir do sonho de ser graduadE e por meio da expressão artística que acompanha sua existência elU tem criado formas de resistência nesse espaço. Sua permanência aqui, diariamente moleculariza a estrutura Cis-heteronormativa que atravessa e compõe a subjetivação e as relações institucionais.

A escolha profissional tem proporcionado além da resistência o sentimento de pertencimento e visibilidade de sua existência enquanto pessoa e profissional Trans* não bináriE em uma graduação de Ensino Superior. Para elU permanecer nesse território tem possibilitado ainda o compartilhamento com outras pessoas sobre a diversidade expressa na cultura das vidas LGBTQI+. Como dito durante a entrevista: “meu povo” (SIC, Estrela, transcrição da entrevista).

Diz isso, pois anualmente o curso de Designer de Moda promove eventos abertos a todo campus universitário e a comunidade, reunindo, em uma noite de desfile, os trabalhos desenvolvidos pelos acadêmiQUEs.

O último evento realizado permitiu com que Estrela criasse uma coleção sobre história da moda LGBTQI+, um evento que ao colorir e mostrar moda, corpos e cultura LGBTQI+ na universidade, assumiu o lugar de ato político.

Dessa experiência vivenciada Estrela relata o seguinte:

Ai pra mim foi tão maravilhoso, por que assim, aquela criação – por mais que esse ano vai ter desfile – aquela pra mim foi a melhor, porque todo mundo conseguiu me identificar. A modelo entrou com asas na cabeça sabe, bem grandona e quando jogaram o pó que era da cor da bandeira LGBT que fez aquela ‘fumaçona’ toda, fez com que as pessoas ficassem tipo: ‘UAL eu sei qual que é o tema daquele menino’, e na hora que eu entrei, por que os estilistas entram só pra dar um ‘tchauzinho’ e eu entrei dançando. Eu entrei dançando com um leque bem grande e uma roupa que arrastava no chão tipo, isso impactou todo mundo. Todo mundo ficou: ‘UAL’ sabe. E pra mim foi maravilhoso, eu me dediquei totalmente para aquela coleção. Eu não sei qual foi o sentimento que eu senti na hora, misturou tudo sabe. Sobre satisfação, sobre que eu tive a oportunidade de mostrar sobre o meu povo, a minha gente que é a população LGBT. Então foi muito maravilhoso poder colocar

tudo isso, dar a liberdade das pessoas conhecerem um pouco do trabalho. (SIC, Estrela, transcrição da entrevista).

Ocupação LGBTQI+ na universidade, desfilando não só a criação de Estrela, mas a história de um povo, ou melhor, do nosso povo e suas resistências frente às estruturas Cis-heteronormativas e LGBTQIfóbicas das quais este território também é formado. Certamente Estrela tem criado novos possíveis.

4.1.2. Um pouco de possível em Lua

Lua, futurE geografe e nossE segundE narrativa a embarcar segue a vida, independentemente de que esteja em casa, na rua ou na universidade, cantando sua existência Trans* não bináriE, em melodias autorais que como elU mesmo diz: são criações saídas de si. Melodias que desafiam os limites do que é ser, sentir e inventar um corpo fora dos padrões de humanidade binária. Composições que falam sobre corpos sem definições, amores sem restrições e resistência às normalizações.

Para elU a música é e deve ser transversalidade conectiva que se achega as pessoas, cuja criticidade das letras provoquem deslocamentos e aconchego. Melodia que narra o ato político de resistir, de sua e tantas outras existências. Modo de expressão das singularidades de uma vida que encontra na arte forças para enfrentar às violências LGBTQIfóbicas que a atravessam nossas vidas.

Com relação a música Lua relata o seguinte:

Mano, eu encontro representatividade na música sabe. [...] Eu acho que a música é uma linguagem universal. Ela faz as pessoas mudarem o pensamento delas sabe, tipo. Eu quero, se um dia eu conseguir 'trampar' com a música, que é tipo o que eu mais quero, e que a minha música chegue na periferia e que aquela mina trans, ou aquela pessoa, aquela mãe de seis filho que tá se 'fudendo' na vida, ela ouça o meu som e ela encontre refugio. Tipo que ela não fique tão mais triste do que a vida já é. Mano as minhas músicas... Eu tenho muita dificuldade de conseguir externar essa violência que eu sofro, por que parece que eu ainda 'tô' num processo que ainda ela... Ela ainda tá muito intrínseca em mim. É muito dolorido ainda pra eu conseguir externar isso sabe. Ainda eu não consigo. Que a crítica ela tem que ser acessível, mas ao mesmo tempo ela tem que ser muito bem feita sabe. Então eu tenho muitas músicas, - não muitas músicas -, mas eu tenho algumas musicas que falam sobre suicídio, só que não de uma maneira irresponsável como muitas bandas fazem tipo, sei lá citando o super combo, que é uma banda que mano, romantiza o suicídio num grau sabe, que você fica mano. E as minhas músicas não tem. Eu sei tipo que as coisas não vão vir do nada, uma pessoa que ela tá no estágio depressivo é muito foda, é muito difícil o processo de reversão, mas de que são coisas simples que

talvez mudaria a realidade dessas pessoas sabe e é a arte. (SIC, Lua, transcrição da entrevista).

Mesmo que para Lua a universidade se concretize enquanto território tóxico e despotencializador da expressão e da criação, é permanecendo aqui que também reconhece os privilégios – que muitos não possuem – de poder cursar o Ensino Superior e a possibilidade de existência através da educação que, segundo elU pode fazer sua voz ouvida para além da música.

Acredita que ao ocupar esse lugar que é seu de direito e ao resistir as dificuldades socioeconômicas e as violências diárias, dentre elas a transfobia, pode transformar a vida de pessoas como elU e/ou pessoas que não tiveram oportunidades de uma educação acessível. É para isso que esta aqui pontua: [...] “eu vim pra faculdade pra evoluir, pra transformar a minha classe entendeu, pelo estudo sabe” (SIC, Lua, transcrição da entrevista).

Lua deseja ser voz e representatividade Trans* não-bináriE ocupando a educação superior, não só enquanto acadêmiQUE, mas também enquanto professorE, mestre e doutorE, lecionando história da arte por meio de um discurso crítico e acessível. Reafirma isso a todo o momento, pois não se sente representadE na maioria dos discursos científicos que validam os saberes sobre os corpos, os gêneros e as sexualidades.

Ao compor este território universitário produtor de saberes enquanto acadêmiQUE, Lua sente-se autorizadE a produzir outras verdades sobre os modos de construção dos gêneros e experimentação das sexualidades, seus desejos e prazeres, pois segundo elU “é triste ter poucas coisas que nos representa sabe. Muito triste, porém mano isso faz a gente querer vincular e alicerçar e alavancar uma própria identidade como autores, como sabe, produtores e é isso eu acho” (SIC, Lua, transcrição da entrevista).

Percebe-se que Lua não é de fases, mas de posicionamentos, cujos desejos são intensivos e revolucionários. É umE compositorE e cantorE Trans* não bináriE que ocupa a universidade e utiliza do privilégio de estar aqui para não virar estatística de uma vida ainda mais precarizada pela LGBTQIfobia, pois segundo elU acredita que só a educação pode transformar e criar novos mundos: mais próximos, afetivos e críticos. É para isso que também esta aqui:

Eu quero muito, quero muito produzir, tipo, como uma doutora assim mesmo sabe. Falar sobre o corpo dessas pessoas na arte e etc., mas eu quero muito que seja um discurso acessível. Eu canso, a universidade é um lugar muito tóxico porque as pessoas, elas, falam muito difícil pra falar a mesma coisa que, mano, poucas palavras responderiam. Quando você deixa mais complicado uma coisa você acaba por segregar mais pessoas que poderiam estar agregando na causa sabe. Essas

peças não vão entender. Eu não gosto desse povo que fala sobre... Vamos citar “feminismo interseccional”, por exemplo, o feminismo de todas as mulheres. Mas é o feminismo de todas as mulheres, mas que muitas das vezes não sabe da atuação delas na periferia tipo, uma mulher negra que tá cuidando dos seus três filhos. Você tá complicando um ‘rolê’ que não precisa ser complicado. Eu quero muito, muito fazer isso sabe, mas eu ainda acho que eu ‘tô’ construindo muitas coisas e eu tenho só 18 anos sabe, e é bagulho louco por que eu vejo assim: ‘eu tenho só 18 anos’. (SIC, Lua, transcrição da entrevista).

E assim, aos dezoito anos, Lua segue em meio aos sonhos/desejos e posicionamentos, revolucionando o espaço/território que habita. Sua existência na universidade, mesmo que diante todas as invisibilizações institucionais não apagam o brilho de Lua, pois elU é úniQUE. Sua luz diariamente invade o campus universitário e cria pontos de possibilidades nesse espaço.

4.1.3. Um pouco de possível em Céu

Céu, futurE psicólogUE e nossE terceirE narrativa a embarcar é umE admiradorE da tecnologia e da arte de desenhar. Uma existência que ao estabelecer conexões com a animação de o mundo de Steven se viu desterritorializando de qualquer representação binária do gênero e em meio a possibilidades de criação do próprio mundo: O mundo de Céu.

No mundo de Céu a arte de desenhar representa personagens não conformes às normas de gêneros, nem homens/mulheres. São representações monstros/humanos que ganham traços e cores em folhas de papel em branco que preenchem seu extenso portfólio. São expressões híbridas criadas por elU, expressões de si, de suas experimentações, mas também dos desejos que fazem seu corpo. Ficção e realidade que desafiam e tensionam os limites do corpo, do humano e das representações hegemônicas.

A arte de se representar no desenho, pontua elU: é uma “forma de expressão muito forte pra mim. É tipo eu precisar disso. Isso aqui vai estar sempre comigo assim” (SIC, Céu, transcrição da entrevista). A representação dos desenhos criados por Céu provoca em nós deslocamentos e questionamentos: O humano que se experimenta enquanto monstro; O humano que passa por processos de monstruosidade de sua existência; O humano que torna sua existência monstruosa e reivindica esse lugar outro MONSTRO de existir.

Ao ocupar e permanecer na universidade Céu tem se conectado e empoderado de leituras que deslocam os saberes que constroem o corpo monstro da modernidade. Nas disciplinas do curso estabelece conexões com os estudos de gêneros e sexualidades e a teoria queer, ressignificando a construção do monstro, bem como experimentando a monstruosidade gigantesca que tem sua existência frente os processos de Cis-heteronormatização dos corpos.

Migrar a outra cidade para cursar o Ensino Superior, estar e permanecer nesse território implica muita persistência, não é fácil, pontua elU, porém já foi mais difícil, finaliza. Diz isso, pois neste novo território – cidade e universidade – onde transita e representa sua existência, para além de um espaço de resistência, tem se configurado enquanto espaço de pertencimento e reconhecimento.

Segundo elU:

Um lugar que você se sente você, não é mais aquele lugar de que você sabe, se sente não pertencente ou que você fica com medo de falar pras pessoas te chamarem de (B). [...] Sabe você ser chamado pelo o seu nome que você escolheu, pelo o seu nome que você se identifica, faz uma mudança enorme. Ajudou porque tipo quando... Sei lá, eu ficava muito mal e daí as pessoas me chamam assim é melhor. Não fica mais aquilo tipo: ‘esse não é meu nome’. E baixou a ansiedade, por que a ansiedade de você ser ‘descoberto’. Ansiedade de ser descoberto que antes era: “as pessoas não podem saber que eu sou isso”, agora tipo tá: ‘e daí se as pessoas souberem?’. (SIC, Céu, transcrição da entrevista).

E daí?

E daí que há deslocamentos – não apenas territoriais – agenciando outros possíveis. Outros mundos e outras subjetivações inventado por elUs. Outras realidades representadas, invadindo, ocupando, desfilando/dançando, cantando, representando, bem como resistindo e molecularizando a estrutura Cis-heteronormativa que compõe a universidade. Criando novos possíveis, quem sabe territórios universitários menos LGBTQIfóbicos, machistas, misóginos e intolerantes.

PLATAFORMA – V

5. CHECK OUT (ENCERRAMENTO) OU ATÉ LOGO? É POSSIVEL DIZER QUE ESSA VIAGEM TERMINA NAS CONSIDERACOES FINAIS?

"El género, la sexualidad, la encarnación, las capacidades, todo estaba reconstituido en esta historia. ¿Por qué nuestros cuerpos deberían terminar- se en la piel o incluir como mucho otros seres encapsulados por ésta?"
(HARAWAY, 1995, p. 305).

Um agenciamento por linhas moleculares se eterniza no campo da memória afetiva que habita um corpo, entre sua potencialidade de ser afetado, desmanchado e refeito em lugares outros. São deslocamentos em busca de novos possíveis que a meu ver não se territorializam totalmente – nem mesmo nas considerações finais –, pois continuam criando fluxos de passagens a novos acontecimentos.

Hoje, ao visitar um recente passado – ano de 2017 – e lembrar-me daquilo que posso chamar de “início” das primeiras experimentações que viriam a compor esse acontecimento nomeado pesquisa/viagem de mestrado – antes mesmo de embarcar aos encontros junto a Estrela, Lua e Céu –, veio-me à memória a imagem de umE garotE de 21 anos cheio de inquietações chegando a Assis (SP). Todavia, habitava nIstI garotE muito mais medos e ansiedades do que reconhecimento dos agenciamentos que o trouxeram até aqui, que desde os primeiros dias dessa jornada insistiam em acompanhá-I. Durante os percursos entre Moreira Sales (PR) a Assis (SP), uma insegurança que aparentemente não havia explicação também se fazia presente e por vezes imobilizava o garotE.

Talvez hoje, entre a experiência e a escrita, retornando as memórias de meu corpo/experimentação, em minha maior autonomia e na percepção dos deslocamentos experimentados durante esta pesquisa/viagem consiga significar os processos de homofobia vivenciada ao longo de meus 25 anos, a qual me fizera, por muito tempo – antes da entrada na graduação em Psicologia no ano de 2012 – acreditar que minha existência, minha forma de amar, se relacionar e se afetar não eram possíveis em uma sociedade tão normativa, nem mesmo dentro de uma graduação. Imagina em uma pós-graduação? Algo que dia a dia inviabilizava/freava meu modo de viajar entre as experimentações possíveis do corpo.

Em meio à insegurança, os medos e ansiedades que me atravessavam e me acompanhavam estar e permanecer neste território (universidade) de produção de conhecimentos, bem como estabelecer conexões e alianças com amigUEs e professorIes

provocaram, neste percurso, agenciamentos sobre meu corpo, ainda aprendiz de pesquisadorE e cartógrafoE, instigando em mim desejos que até pouco tempo eram impensáveis e improváveis. Linhas moleculares me movimentando subjetivamente, levando-me a essa intensa experiência, inclusive a essa breve escrita de mim. Algo que posso dizer que não se restringe apenas ao campo dizível, do mensurável ou do registrável, pois são agenciamentos que pouco a pouco, nessa pesquisa/viagem vão me deslocando, me desmanchando e me refazendo.

Em meio a tantas experimentações e deslocamentos o desconhecimento sobre a possibilidade de pesquisa e existência Trans* não-bináriE apresentadE por mI orientadorE e a invisibilidade teórica constatada logo de início, após buscas nas plataformas digitais, por vezes me territorializava novamente na insegurança, gerando em mim algo que se assemelhava a um pânico. Será mesmo que é possível? Será que eu dou conta? Continuei a me questionar.

A conexão estabelecida com autorIes Pós-estruturalistas, Feministas, Transfeministas, Queers e CartógrafEs me diziam que talvez fosse possível.

Conectar-me a esses modos de produções de conhecimento não estruturais foi “essencial” nesse processo, pois me davam um ar de esperança e ao mesmo tempo me deslocava a lugares não definidos do pensamento. Um ENTRE LUGAR nas produções de saberes (se é que posso simbolicamente expressar dessa forma) que me apresentavam que os saberes sobre as rupturas com os modos hegemônicos de composição dos gêneros e sexualidades aconteciam à margem dos agenciamentos que produzem os enunciados de estratificação, normatização e normalização que fazem os corpos e a organizam molaridades a vida em sociedade (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Esse outro lugar marginal agenciava sobre mim um vasto território da produção de conhecimentos científicos que reconheciam e visibilizavam vidas como a minha e daquelUs que fazem essa pesquisa/viagem acontecer, as quais eu ainda não conhecia mais havia me proposto a conhecer.

Um entre lugar das produções de conhecimentos, cuja vida não se tornara tão enrijecida e mortificada pela linearidade dos acontecimentos, mas sim movimentada e povoada por intensidades que vibram e reconhecem a potência singular do existir. Pouco a pouco essas conexões com a literatura iam fazendo em mim novos possíveis. Talvez eu dê conta, pensei. Mesmo assim, ainda um pouco insegurE.

Resposta nenhuma conseguia encontrar para traduzir os sentimentos que naquele momento se faziam sobre meu corpo em experimentação, pois não era de explicação que eu

necessitava, mas sim de um mergulho intenso em meio às intensidades dos desconhecidos que diante de mim se enunciavam enquanto pistas para a reconstrução, inclusive de um novo lugar. Uma viagem por caminhos ousados e não definidos das expressões dos gêneros e experimentações das sexualidades que, como num rizoma cria rupturas e novas territorializações, cujos desejos do corpo guiam a uma vida ética e singular. Uma viagem – como dita nas primeiras linhas dessa dissertação – só de ida, que não prevê um destino representado. Então, o que esperar do inesperado?

Hoje, transcrevendo as intensidades que passaram (e ainda passam) sobre mim ao longo desta pesquisa/viagem, na tentativa de expressar algo que simbolize seu encerramento, sinto que continuo a me inquietar. Por outro lado, aquela insegurança, ansiedade e medo se transformaram em resistência e insistência, dizendo-me que essa viagem seria possível. Por isso sinto também que os agenciamentos de suas linhas não se findam por aqui, pois certamente continuarão inquietando a memória afetiva de meu corpo, ainda em experimentação.

Hoje tenho ciência de que fazer *check out* no hotel, arrumar as malas e voltar para casa, assim como encerrar a leitura de um livro ou a escrita de uma dissertação não significam que a viagem terminou, muito menos significa dizer que atingimos um objetivo e/ou chegamos a um destino. Talvez signifique um até breve, algo que incite continuidade e novas conexões. Algo que assim como penso o corpo, não possui limites. Nem mesmo o da pele.

Embora haja os limites entre os territórios de vivências e a distância entre Moreira Sales a Assis, Umuarama, Ourinhos e Francisco Beltrão sejam um fato real e territorial, já não posso dizer que o corpo permanece o mesmo, estanque, inseguro, medroso e ansioso. Sinto-me habitado por uma multidão, uma reunião de outros corpos que me ocupam e me povoam. São intensidades de experiências que em mim se fizeram e ainda se fazem, movimentando-me constantemente em busca de expressão nessa dissertação, como forma de registrar os acontecimentos vividos junto a eles.

Nesse percurso, entre as viagens e os retornos, vou experimentando que meu território de vivência e subjetivação não me trazia mais a comodidade e seguridade de um lugar estável e tranquilo, pelo contrário havia se instalado algo semelhante a um caos, pois as viagens e os encontros agenciavam em mim deslocamentos subjetivos e agenciamentos múltiplos que hora me paralisavam e angustiam e hora me movimentava e desconstruía. Nas conexões estabelecidas com a leitura, mais especificamente a partir de Silvio Gallo (2015) em sua escrita sobre Deleuze e Guattari vou percebendo a impossibilidade de fuga desses caos que se

enunciavam e a necessidade de criar saídas, pois assim como propõe IstI autorE o “que importa não é vencer o caos nem fugir dele, mas conviver com ele e dele tirar possibilidades criativas” (GALLO, 2015, p. 7).

No silêncio do carro, em meios ao agenciamento desses caos – durante o retorno de cada encontro – as narrativas cuja violência era presente me angustiava e gritava em minha cabeça, por vezes me fazia mal e me embrulhavam o estomago, mas, sobretudo me escancaravam as resistências de vidas que se mantinham em pé em meio a tantas formas de violências LGBTQIfóbicas, bem como a abundância que elUs estavam construindo num entre lugar não definido das composições dos gêneros e sexualidades. Percebi que estar com Estrela, Lua e Céu, seja durante o encontro ou nas transcrições dos áudios, me fortalecia dia após dia. Novos possíveis se enunciavam de nossas conexões que me davam pistas de saídas dos caos cotidianos.

A ousadia de três vidas singulares que nas entre linhas me diziam que SIM, era possível, inclusive de criar outra rota das produções de saberes científico. Uma rota que burla o ponto de partida e de chegada, pois não prevê um destino e que por assim acontecer insulta e faz gaguejar a linguagem hegemônica e generificada das produções de conhecimento que constroem limites binários sobre e para os corpos.

Nesta viagem, entre a experimentação do caos e a criação de saídas alternativas, Gallo (2015) pondera o seguinte:

Há três ordens de saberes que mergulham e recortam o caos, produzindo significações: a filosofia, que cria conceitos; a arte que cria afetos, sensações; e a ciência, que cria conhecimentos. Cada uma é irreduzível às outras e elas não podem ser confundidas, mas há um diálogo de complementariedade, uma interação transversal entre elas. Cada uma delas a sua maneira, é um esforço de luta contra o caos de nossas ideias, um esforço de se conseguir um mínimo de ordem. Cada uma delas é uma reação contra a opinião, que nos promete o impossível: vencer o caos. Só a morte vence o caos, só não há caos quando já não há nada. A opinião não gosta da multiplicidade, ela busca apenas um sempre-eterno consenso, o reinado do Mesmo, do Absoluto. Para a opinião, é necessário que o pensamento não pode jamais, virtualizar, criar... Em nome da ordem, a opinião quer proteger-nos do caos, fugindo dele, tendo a ilusão de que o domina, de que o vence. Mas o mesmo não se dá com a arte, a ciência e a filosofia. [...] cada uma de seu modo, contribuem, portanto, para que a multiplicidade seja possível, para que as singularidades possam brotar e para que não sejamos sujeitados a viver sob a ditadura do Mesmo, que é o que busca nos impor a opinião, através da literatura pasteurizada, das mídias homogeneizantes e mesmo de certas ‘filosofias’ que longe de buscar a criação de conceitos, contentam-se em ficar numa ‘reflexão sobre...’ (GALLO, 2015, p. 07/08).

Durante cada encontro (virtual, presencial ou pela transcrição dos áudios) em meio aos caos que se agenciavam, novas inquietações vão atravessando o percurso de construção da escrita desta dissertação que me davam pistas e exigiam cada vez mais atenção e cuidado ao desemaranhar das linhas dessa cartografia, com vista a não reduzir essas vidas a formas indevidas de reconhecimento.

Nesse percurso foi necessário calma e delicadeza, uma atenção constante aos processos de produção de saberes absolutos e aos modos de operação codificado dos desejos que atravessam as instituições e produzem materialidade Cis-heteronormativa sobre os corpos, não reconhecendo as vidas que escorregam a sua hegemonia enquanto possíveis ou quando as reconhecem o faz de forma indevida associando a patologia, um desvio ou algo que precisa de conserto, assim como evidenciado ao longo das narrativas de Estrela, Lua e Céu.

A necessidade de calma e delicadeza da qual mencionei se faz justamente necessária para que atentE a esses lineamentos essa pesquisa/viagem não estacione nos processos de violência vivenciados entre os impactos com a cis-heteronormatividade e a LGBTQIfobia e produza conhecimentos estanques, verdades absolutas a partir do sofrimento e da precariedade. Aliás, seriam essas vidas apenas isso? Acredito que não!

Se fosse estaria eu produzindo uma dissertação que indevidamente atribui reconhecibilidade as suas singularidades. Seria como reduzir o irreduzível. Seria invisibilizar as resistências, as potencialidades, as multiplicidades e os novos possíveis que a todo o momento elUs tem criado e me instigado a criar.

Mas como eu, um homem gay, binário e aprendiz de cartografia, cheio de inquietações próprias poderia contribuir com a ciência e a produção de conhecimento, com vista a produzir mecanismos de visibilidade sem produzir reducionismo e/ou mais precariedade sobre vidas tão potentes e singulares? É possível gerar deslocamentos nas produções de saberes através do encontro e dessa dissertação sem trazer somente os impactos com a norma e as precarizações advindas de sofrimentos vividos? Que saberes e éticas outras são essas que essas vidas estão reivindicando e que precisam urgentemente ser visibilizadas nessas cartografias?

Esses foram alguns dos questionamentos que iam se fazendo presentes, apresentando-me ao mesmo tempo pistas sobre a necessidade de dar língua aos afetos e intensidades que se enunciavam sobre e para além da precariedade advinda dos impactos com a Cis-heteronormatividade e a LGBTQIfobia. Essa é a tarefa do cartografE, disse Suely Rolnik (1998), abrir caminhos para que as intensidades criem fluxos de passagem do desejo não capturado.

Para tanto, neste percurso foi necessário antes criar proximidades entre nós. Tal proximidade não exige me atentar exclusivamente as diferenciações que há entre um Eu (gay e binário) que pesquisa e “conduz” essa viagem e elUs, IstIs ou aquelUs, isso as ciências modernas já fizeram e ainda fazem como efeitos de ontologias e epistemologias machistas, racistas, misóginas, LGBTQIfóbicas, intolerantes e metodologias universalistas e “neutras” que, sobre nossas carnes dissidentes recaem em formas de patologização, precarização, ocultação, silenciamento e inaudição de nossas vozes, constituindo-nos, aqui me incluo, enquanto sujeitEs subalternizadEs e marginalizadEs pelo discurso, inclusive científico, que por nós e sobre nós, falaram – indevidamente – tempo demais.

As proximidades da qual eu falo e busco com essa escrita, que também é de mim, é de nós e mais especificamente delUs e com elUs se refere muito mais a uma aliança, uma difusão, entre as intensidades que podem passar e passaram entre nós e a experiência, que não pretendeu desde o seu início ser neutra, pois intenciona produzir – através do encontro e dessa escrita – mecanismos científicos outros que, visibilize formas de linguagens específicas. As minhas e as delUs, em nossas diferenças, mas acima de tudo, em nossas singularidades e multiplicidades.

Proximidade esta que nessas linhas vou buscando como forma de criar passagens e saídas múltiplas para expressão de nossos saberes localizados que, pretensiosamente busca produzir tencionamentos, não só na rede de produções de saberes que agenciam poderes sobre nós e mantém os regimes de verdades, dentre os quais a Cisheteronormatividade e a LGBTQIfobia, mas também nas redes de relações sociais e institucionais, no entanto não mais, ou não exclusivamente numa posição de subalterno ou como umE “escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento ‘objetivo’” (HARAWAY, 1995, p. 36). Mas como corpos, artistas que criam línguas, que através da escrita traduz “o que mais nos liga a vida, a sensação do corpo, a imagem vista, a expansão da psique em tranquilidade; momentos de alta intensidade, seus movimentos, sons, pensamentos” (ANZALDÚA, 2000, p. 235).

Assim sendo, foi durante o percurso de acompanhamento de processualidades e na cartografia de suas linhas que a construção de alianças se fortalecia, agenciando forças para resistir e lutar contra os campos molarizados que produzem e instituem saberes que sustentam políticas de austeridade e violência, dentre as quais as próprias premissas teóricas que formulam, ao longo dos tempos, discursos que hierarquizam os modos de vida e como essas

vidas devem operar, sejam enquanto “normalidades” sejam enquanto patologias nas relações estabelecidas com a sociedade e com as instituições.

Judith Butler (2016) ressalta a urgência de se criar dispositivos de alianças, dentre eles dispositivos científicos e premissas teóricas que ultrapassam os limites do estruturalismo e ousam insultar o modo de operação de verdades estruturais, com vista a visibilizar formas outras de existir fora das normas convencionais que compreendem o gênero enquanto binário.

Para Istia filósofo (2016) o Feminismo, o Transfeminismo e a Teoria Queer têm fissurado e reeditado o espaço hegemônico das produções de saberes, atribuindo visibilidade e reconhecibilidade a existência de vidas como as de Estrela, Lua e Céu, ao criar espaços de discussões que desarticulam as verdades produzidas sobre a Cis-heteronormatividade. Esses espaços de produções de saberes, pondera elU, não visa necessariamente transcender todas as normas, mas sim tornar a existência de pessoas que a subvertem mais vivíveis, relaxando a pressão coercitiva que produzem as normalizações binarizadas e generificadas sobre a vida. “Por que nos preocupamos com tais questões teóricas?” (BUTLER, 2016, p. 28). Pergunta a filósofoE:

Uma razão é que nós estamos preocupadas com os modos através dos quais mulheres, pessoas gênero-inconformes e minorias sexuais são regularmente reconhecidas de forma indevida ou sequer reconhecidas. Quando uma pessoa vive enquanto um corpo que sofre reconhecimento indevido, possivelmente insultos ou assédios, discriminações culturais, marginalização econômica, violência policial ou patologização psiquiátrica levam a uma maneira desrealizada de viver no mundo, uma forma de viver nas sombras, não enquanto um sujeito humano, mas como fantasma. E, ainda assim, nós vemos que, através de movimentos sociais que buscam reconhecimento e emancipação, comunidades de pessoas LGBTQ têm emergido das sombras, fazendo suas vidas visíveis e audíveis, vidas que têm os mesmos direitos que qualquer outra a amar e a perder, a celebrar e a lamentar (BUTLER, 2016, p. 28).

E é isso que esses movimentos outros das produções de saberes têm provocado ao desnaturalizar as ordens dos acontecimentos e denunciar as estruturas de poderes que constituem e engessam a vida ao colocar sua pluralidade, seja numa Cis-heteronorma, seja numa identidade, seja num armário, seja num binário.

Ao contestar o regime normativo abre-se espaço para a invasão das multidões, das multiplicidades e singularidades, cuja possibilidade de continuidade de mutação do corpo, dos gêneros, das sexualidades e dos afetos é possível e não demandam se institucionalizar na “anormalidade”, mas confrontar a institucionalização, criando fissuras e revoluções nos

interiores da molaridade institucional e dos saberes que corporificam como corpo deve ser, estar, sentir e amar (PRECIADO, 2003).

Para Butler (2016) a reflexão crítica deve atuar:

[...] uma intervenção sobre esse campo constituído justamente quando ela abre os termos, desprendendo-os de sua posição apertada dentro do discurso. Essa intervenção crítica em si não transforma o mundo, mas eu não tenho certeza de que o mundo pode se transformar sem ela. E qual o porquê disso? É que a abertura de categorias que estiveram assentadas por tempo demais potencialmente torna a vida mais vivível. Minha aposta, hoje, é de que algumas destas definições que são tomadas frequentemente demais como dadas, dentro do campo político, efetivamente tornam a vida menos vivível. Estas podem ser definições de gênero, premissas sobre o corpo ou a sexualidade, ou formas de compreensão de como o poder opera. Minha perspectiva é de que a vida é certamente mais vivível quando nós não estamos confinadas, enquanto pessoas, a categorias que não funcionam para nós. A tarefa do feminismo, a tarefa da teoria e do ativismo queer, a tarefa da teoria e do ativismo trans, é seguramente a de fazer com que respirar seja mais fácil, com que andar pelas ruas seja mais fácil, com que encontrar uma vida vivível seja mais fácil, obter reconhecimento quando necessitamos tê-lo, uma vida que possamos afirmar com prazer e alegria, mesmo em meio a dificuldades (BUTLER, 2016, p. 23-24).

O que as pessoas Trans* não-binárias, inconformes ao gênero designado ao nascimento e ao modelo das operações hegemônicas de produção dos corpos estão propondo com suas vidas e resistências, são para Judith Butler (2016) formas abreviadas de teorias, pois se opõem as truculentas formas de violências e opressões que se amparam na Cis-heteronormatividade e na LGBTQIfobia, questionando a binariedade e ao mesmo tempo nos lançando questionamentos (im)pertinentes que deslocam a ordem das produções dos saberes estruturais que organiza a vida social dos gêneros e das sexualidades sobre o que é ser homem, mulher, masculino ou feminino e até mesmo sobre o que é ser e estar um corpo.

Questionamentos que nos levam a pensar o quão estruturante a binaridade, a Cis-heteronormatividade e a LGBTQIfobia são e o quanto essas estruturas produzem formas indevidas de reconhecimento das singularidades que habitam uma existência Trans* não-binária, inclusive no campo dos direitos sociais, relacionais e afetivos, ou seja, no próprio direito de aparecer, ocupar, transitar e se graduar numa instituição de ensino.

Neste contexto de questionamentos e inquietações podemos pensar que se a binaridade e a cis-heteronormatividade se tornam modelos de referência pela qual compreendemos os gêneros e as sexualidades as vidas de Estrela, Lua e Céu passam a não existir, inclusive politicamente, discursivamente e eticamente. Como atribuir reconhecimento e inteligibilidade

a uma vida se ela não se encaixa nos moldes normativos pelos quais os corpos são produzidos e materializados? Butler (2016) no questiona sobre isso.

Acreditamos que não exista um único caminho para a produção de reconhecimento e visibilidade, são caminhos no plural, ou melhor, rizomas diriam Deleuze e Guattari (1995). Linhas em articulação, desterritorialização e reterritorialização que criam tensionamento as normas e pontos de fugas das produções hegemônicas e estruturais que fazem os corpos. O que existe, são campos de forças agenciando molecularidades, multiplicidades, movimentos que resistem e formam um nós. São modos de resistências e rupturas com a binariedade e a Cis-heteronormatividade que estão nos diversos espaços sociais e institucionais produzindo deslocamentos aos saberes instituídos e novos lugares, inclusive do pensamento.

No caso desta pesquisa/viagem podemos dizer que existe também corpos como os de Estrela, Lua e Céu que estão à frente, resistindo os impactos com a Cis-heteronormatividade e a LGBTQIfobia, seja nas ruas das cidades e/ou nos corredores das universidades. Vidas habitadas por multidões, singularidades e multiplicidades que se utilizam da expressão artística para poder manter-se em pé. Corpos que desfilam, dançam e criam representações dissidentes dos modos de ser masculinos e femininos nos espaços em que transitam. São formas específicas de enfrentamento aos regimes de verdades instituídos, cuja permanência e resistência nesses espaços produzem estremecimentos a Cis-heteronormatividade.

Esse movimento de desarticulação, desestratificação e também de desontologização em busca de tornar a vida possível, menos precária e menos exposta a violência

[...] se dá certamente porque há muitas pessoas que apoiam esse direito mesmo quando ele é exercido por somente uma pessoa. Se o direito é exercido e honrado, é porque há muitas pessoas o exercendo também, havendo ou não outra delas em determinado espaço. Cada “eu” traz o “nós” consigo, na medida em que ele ou ela entram ou saem por aquela porta, encontrando-se em um recinto desprotegido ou expostas lá fora na rua. Nós podemos dizer que há um grupo, se não uma aliança, caminhando por lá também, estando ou não em algum lugar visível. É, certamente, uma pessoa singular quem caminha por lá, que se arrisca em caminhar por lá, mas é também a categoria social que atravessa esse jeito de andar particular, esse movimento singular no mundo; e se há um ataque, ele tem como alvo o individual e a categoria social de uma só vez (BUTLER, 2016, p. 37).

Para Butler (2016) se um corpo pode caminhar tranquilamente pelos espaços públicos e institucionais é por que junto a este corpo, ou a este eu que caminha, tem um nós imbuído, ou seja, uma história de luta e resistência que se articulam a margem para produzir outras premissas teóricas, que pouco a pouco, ao fissurar os modos de operações hegemônicos

asseguram possibilidades do surgimento de políticas para além do enclausuramento em patologias, bem como o direito de trânsito, de liberdade e dignidade desse corpo.

Embora o que IstI filosofE propõe soe enquanto utopia diante os alarmantes números de transfeminício²⁶ e de inexistência Trans* em políticas públicas e embora tenhamos convicções de que em nossa realidade estamos longe das garantias de direitos das pessoas Trans* não-bináriEs andarem tranquilamente nas ruas, permanecerem nas escolas e ingressarem nas universidades sem terem suas vidas indevidamente reconhecidas, ousamos fazer desse texto um dispositivo de produção de conhecimento/realidade sobre essas vidas, na tentativa de gerar proximidades e visibilidade de formas de existências singulares nas produções de saberes e nos espaços de ensino universitário. Um dispositivo científico de produção cartográfica e de aliança que entre os encontros e a viagem buscou formar um nós.

Sem esse nós não haveria essa dissertação, nem mesmo haveria as viagens e os deslocamentos subjetivos. Mas também não haveria esse nós se elUs não resistissem os impactos com a Cis-heteronormatividade e a LGBTQIfobia, permanecendo e reivindicando o direito de existir enquanto Trans* não bináriE e acadêmiQUE. Não haveria esse nós sem as lutas dos movimentos sociais e a produção de saberes Feministas, Transfeministas e *Queers*. Não haveria esse nós sem a arte que estremece, desterritorializa e reedita a cultura de opressão sobre os gêneros e as sexualidades, mesmo em momentos em que a diversidade tem sido constantemente atacada. Não haveria esse nós sem a filosofia que cria novos conceitos e (des)lugares ao pensamento.

Salientamos que não se trata aqui da reivindicação de um mundo sem gêneros, mas sim um mundo de consciência e reflexão crítica quanto às formas de opressões, dentre elas a binaridade que a grande custo psíquico é muitas vezes perfomada, bem como os machismos, sexismos e LGBTQIfobias. A teoria pontua Butler (2016, p. 41) “pode ser compreendida como uma experimentação com o possível. E a ideia em expansão sobre o que é possível faz, por vezes, a vida mais vivível”.

Assim sendo, estacionamos essa pesquisa/viagem por aqui, pois dizer que ela se encerrou é precipitado, quando desejamos que ela provoque outros embarques e deslocamentos subjetivos. Esperamos que de alguma forma os leitorIes que a nós se

²⁶ Berenice Bento (2016) discorre que o “transfeminicídio, tal qual o feminicídio, se caracteriza como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação das travestis, mulheres trans e mulheres transexuais, motivada pela negação de humanidade às vítimas. O transfeminicídio seria a expressão mais potente e trágica do caráter político das identidades de gênero. A pessoa é assassinada porque, além de romper com os destinos naturais do seu corpo-sexual-generificado, o faz publicamente e demanda esse reconhecimento das instituições sociais” (BENTO, 2016, p. 51).

conectaram possam ter experimentado um pouco das intensidades, alegrias e amores, mas também as dores que habitam e atravessam as vidas Trans* não-binariEs. Esperamos, ainda, que essa experiência tenha provocado agenciamentos de novos possíveis, assim como tem provocado a mim, como um ar nesse sufocante contexto atual que não nos deixa respirar.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, C.C. **Corpo e língua: performance e esquizoanálise**. Curitiba, PR: CRV, 2011.

ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta às mulheres escritoras do terceiro mundo. Tradução de Édna de Marco. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, jan./jun., 2000.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS et al., (Orgs). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BENTO, B. As tecnologias que fazem os gêneros. **VIII Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero**. 2010. Disponível em: < http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/conteudo_cd/E8_As_Tecnologias_que_Fazem_os_G%C3%AAneros.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.

_____. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. In: COLLING, L. (Org). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, p. 43-68, 2016.

BORBA, R. Linguística queer: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. **Revista Entrelinhas**, v. 9, n. 1, jan./jun., 2015. Disponível em: < <http://revistas.unisinos.br/index.php/entrelinhas/article/view/10378>>. Acesso em: 05 de fev. de 2019.

BRAIDOTTI, R. **Transposiciones: sobre la ética nômade**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2009.

BUTLER, J. **Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2005.

_____. **Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética**. (Tradução: Rogério Bettoni). Belo Horizonte: Autêntica editora, 2015.

_____. Corpos que ainda importam. In: COLLING, L. (Org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, p. 19-42, 2016.

_____. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Ed. 1. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2018.

DELEUZE, G. **Crítica e clínica**. Tradução Peter pal Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, v. 1, 1995.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1999.

_____. **Os anormais**: curso no collège de france (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GALLO, S. **O que é filosofia da educação?** Anotações a partir de Deleuze e Guattari, 2015. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/pensandobem/files/2016/05/GALLO-Silvio.-Territ%C3%B3rios-de-Filosofia.-O-que-%C3%A9-a-Filosofia-da-Educa%C3%A7%C3%A3o-interroga%C3%A7%C3%A3o-Anota%C3%A7%C3%B5es-a-partir-de-Deleuze-e-Guattari.pdf> >. Acesso em: 09 set. 2019.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1963/2004. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.r/pluginfile.php/212947/mod_resource/content/3/Goffman.%20Estigma%20e%20identidade%20social.pdf>. Acesso em 10 fev. 2019.

GOMES, R. F. F. **Infância e diversidade: um estudo sobre significações de gênero no brincar**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UNESP, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. **Micropolítica**: Cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

HARAWAY, D. **Ciência, cyborgs y mujeres**: la reinvención de la naturaleza. Ediciones Cátedra. Madrid: Universitat de València/Instituto de la mujer, 1995.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 5, p. 7-41, 1995.

_____. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, T. (Org). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

JARDIM, J. G. Deveriam os estudos queer falar em *cis*-heteronormatividade? reflexões a partir de uma pesquisa sobre performatividade de gênero nas artes marciais mistas femininas. In: **4.º seminário internacional de educação e sexualidade; 2.º encontro internacional de estudos de gênero**: fundamentalismos e violências. Vitória-ES, 2016. Disponível em: < http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1467327007_ARQUIVO_Jardim_CisHeteronormatividade.pdf >. Acesso em: 10 de maio de 2019.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília: EDA/FBN, 2012. Disponível em: <<http://issuu.com>> Acesso em: 05 de jan. de 2019.

JUNQUEIRA, R. D. Pedagogia do armário: normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez., 2013.

LAQUEUR, T. W. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001.

LAU, H. D. O uso da linguagem neutra como visibilidade e inclusão para pessoas trans não-binárias na língua portuguesa: a voz “del@s” ou “delxs”? não! a voz “delus”. V **SIES simpósio internacional em educação sexual saberes/trans/versais currículos identitários e pluralidades de gêneros**, Maringá, 2017. Disponível em: <<http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3112.pdf>>. Acesso em: 05 de fev. de 2019.

LAURETIS, T. de. **A tecnologia do gênero**. Indiana university Press, 1987.

LEMOS DE SOUZA, L.; SALGADO, R. G.; MAGNABOSCO, M. A vida pode ser inscrita por linhas tortas: quando infância, gêneros e sexualidades interrogam o desenvolvimento. In: RODRIGUES, A. (Org.). **Crianças em dissidência**: narrativas desobedientes. Led. Salvador: Devires, v. 1. p. 149-166, 2018.

LEMOS DE SOUZA, L.; KLEIN, A. Diversidade, educação e direitos humanos na escola: conceitos, valores e práticas. In: LIMA, I.; FRANCO, M. J. N.; CUNHA, K. C. (Org.). **Reflexões e ações sobre educação, estado e diversidade**. Led. Recife: Editora Universitária da UFPE, v. 4, p. 19-46, 2013.

LEMOS DE SOUZA, L. et. al. (Org.). **Gênero, sexualidade, diversidade e educação**. 1. Ed. Cuiabá: Edufmt, v. 1, 2016.

LEVY, T.S. **A experiência do fora**: Blanchot, Foucault e Deleuze. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LOPES, H. de P. **Cartografias de vivências trans: experimentações teatrais e modos de subjetivação**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2018, 236f.

LOURO, G. L.; **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Trad. Tomas Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, maio/ago., 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2>>. Acesso em: 12 de março de 2019.

MISSÉ, M.; COLL-PLANAS, G. La patologización de la transexualidad: reflexiones críticas y propuestas. **Universitat Autònoma de Barcelona**, v. 8, n. 38, 2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Dialnet-LaPatologizacionYPropuestasDeLaTransexualidad-4830142%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Dialnet-LaPatologizacionYPropuestasDeLaTransexualidad-4830142%20(3).pdf)>. Acesso em: 11 de Ago. de 2019.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L da (Orgs.). **Pistas do método cartográfico**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

- PERES, W. S. Psicologia e políticas queer. In: TEIXEIRA-FILHO, F. S. et al. (Orgs.). **Queering: problematizações e insurgências na Psicologia contemporânea**. Cuiabá: EdUFMT, 2013.
- PENEDO, S. L. **El Laberinto queer**. La identidad en tiempos de neoliberalismo. Madri: Egales. 2008.
- PRECIADO, P. B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, jan./abr., p. 11-20, 2011.
- PETRY, A. R.; MEYER, D. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193-198, jan./jul., 2011.
- POCAHY, F. ‘Pesquisa-aquecimento: derivas de uma epistemologia libertina. In: TEIXEIRA-FILHO, F. et al. (Orgs.). **Queering: problematizações e insurgências na Psicologia contemporânea**. Cuiabá: EdUFMT, 2013.
- RODOVALHO, A. M. O cis pelo trans. V. 25. Florianópolis – SC. **Revista Estudos Feministas**. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2017000100365&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 15 de set. de 2019.
- RODRIGUEZ, A. M. M. **Experiências de atenção à saúde e percepções das pessoas transgênero, transexuais e travestis sobre os serviços públicos de saúde em florianópolis/SC**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- ROLNIK, S. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- RUBIN, G. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Recife: S.O.S. Corpo, 1993. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1919>>. Acesso em: 20 dez., 2018.
- SEDGWICK, E. K. Epistemologia do armário. Trad. Plínio Dentzien. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 28, jan./jun., p. 19-54, 2007.
- SEVERO, R. A. de O. Gênero e sexualidade no cotidiano da escola: a morte social causada pelo bullying homofóbico. In: TEIXEIRA, A. B. M.; FREITAS, M. de A. (Org.). **Outros plurais: mulheres e homens na educação**. Curitiba: CRV, p. 29-39, 2013.
- SILVA, T. T.; A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- TEIXEIRA-FILHO, F. S.; RONDINI, C. A.; BESSA, J. C. Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista. **Educação e Pesquisa**, v. 37, n. 4, p. 725-741, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n4/a04v37n4.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2019.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Inclusão e governamentalidade. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 947-963, out., 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1528100.pdf>>. Acesso em: 05 abril 2019.

VIDARTE, P. El banquete uniqueersitário: disquisiciones sobre el s(ab)er queer. In: CÓRDOBA et al. (Org.). **Teoría queer**: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. Madrid: Ed. Egales, 2005.

WASCHBURGER, C. S. Assunto para criança: como o desenho animado *Steven Universe* subverte normas sociais de gênero e identidade sexual. In: **41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Joinville, 2018.

APÊNDICES

Apêndice I – Roteiro da entrevista

APRESENTAÇÃO

Visamos com esta entrevista nos conectar as experiências vivenciadas com as pessoas transgêneras não binárias de nossa pesquisa. Trata-se, portanto de uma experiência cartográfica que acontece entre o nós relacional (pesquisador, colaborador e territorialidade), entre encontros de corpos, diferenças e afetos que, serão cartografados e experimentados nos territórios de vivências acadêmicas e institucionais, em meio aos fluxos e processos que emergem e nos atravessam.

DADOS PESSOAIS:

Nome da pessoa entrevistada:

Idade:

Identidade de gênero a qual se nomina:

Raça/cor/etnia:

Regionalidade:

Curso na graduação:

Instituição:

ROTEIRO DA ENTREVISTA:

EIXO I (das experimentações de gêneros e/ou perspectivas não binárias)

1. Gostaríamos de iniciar essa entrevista nos conhecendo um pouco, (apresentação/localização do pesquisador, de onde falo e como cheguei até aqui). Em seguida gostaríamos de ouvir um pouco do seu processo de vida e de luta, da pessoa que você construiu e decidiu ser, e também enquanto expressão de gênero não binária.
2. Essa questão do binário esta muito enrijecida em nossa cultura, sempre limitante de possibilidades, ou você é isso ou aquilo. Com relação às questões de gêneros isso não é diferente e eu diria que acaba sendo ainda mais intensa, pois somos a todo tempo interpelados - mesmo antes do nascimento - por discursos disciplinários que limitam nossas possibilidades de expressão dentro do feminino ou masculino. O gênero e sua binaridade acabam sendo a primeira linguagem que estabelecemos com o mundo, ou seja, é menino ou menina? E daí por diante somos atravessados por estruturas de

dominação que constituirão nossa masculinidade e feminilidade. Gostaríamos de saber como foi pra você viver esses processos disciplinares e como subverteu essa lógica socialmente imposta?

3. Como podemos pensar/problematizar a não binaridade de gênero? Refere-se a uma identidade, assim como as identidades trans ou LGB, ou a uma perspectiva que pode ser assumida e posicionada por corpos políticos independentemente da identidade?
4. O que é para você ser uma pessoa gênero não binário? Explique pra gente como você vivencia e se posiciona dentro da não binaridade de gênero.
5. Você avalia que seu posicionamento político de vida, sua estética e expressão de gênero, seu corpo e sua história questionam as estruturas de normalidade, naturalidade e essencialidade tão impregnadas nas expressões de gêneros tradicionais masculinas/femininas? Por quê?
6. A não binaridade está unicamente relacionada à expressão de gênero ou a toda uma estética de vida, seja nas relações uns com outros, nas relações afetivo/sexuais e na própria maneira de experimentar a vida?
7. Sendo essa pessoa que tem construído e decidido ser, você se considera um corpo fora da norma e dos padrões? Qual significado e importância em reivindicar esse lugar?

EIXO II (das relações institucionais com a universidade)

Nesse segundo eixo da entrevista temos como interesse problematizar a seguinte temática: Relações, intersecções e modos de subjetivação institucionais: efeitos e impactos em corpos dissidentes. Nesse eixo vamos dialogar um pouco sobre os processos experimentados nas instituições de ensino a princípio de maneira geral, mas nosso foco aqui é a universidade.

1. Gostaríamos que você nos relatasse um pouquinho das experiências (boas e ruins) que traz em sua memória com relação às instituições de ensino que você passou antes de chegar à universidade. Desse processo há alguma coisa que marcou mais?
2. Ao sair do ensino médio como você imaginava sua vida acadêmica e a universidade? Poderia relatar um pouco do início quando entrou na universidade e de suas experiências vividas nesse espaço enquanto pessoa gênero não binário? A universidade era realmente aquilo que você imaginava?

3. As instituições sociais são reprodutoras e mantenedoras de algumas formas de opressões, onde o pressuposto binário contribui e intensifica essa manutenção. Com as instituições de ensino não é diferente. Tendo em vista que essa é uma experiência que passa pelo corpo marcado pelas tecnologias em que operam a binaridade de gênero. Gostaríamos de saber como foi e/ou está sendo para você vivenciar esses ambientes, principalmente na universidade?
4. Podemos observar que a binaridade se expressa também nas diversas formas de violências, nas quais o outro ao nos direcionar uma injúria, nos nomeia como oposto, ou seja, binário ao seu lugar de superioridade, reafirmando seu lugar de poder. No território da universidade você já vivenciou alguma experiência de violência, opressão, silenciamento, angústia e resistências, as quais estivessem diretamente relacionadas à sua expressão de gênero não binário? Sente-se a vontade para relatar esses episódios?
5. No contexto das relações acadêmicas/universitárias você encontra aliados (coletivos) que lutam e resistem pelas mesmas causas que você? Gostaríamos que você falasse um pouquinho das alegrias e dos prazeres experimentados nesse território e com essas pessoas.
6. Com o seu posicionamento de vida, estética e expressão de gênero não binária você acredita que tem criado - além do incomodo provocado aos moralistas de plantão - novos mundos? Ou seja, acredita que sua presença na universidade tem modificado o ambiente e as pessoas? Tem provocado novas formas de se relacionar com a universidade e da universidade se relacionar com você? Você poderia nos citar alguns exemplos e/ou experiências?
7. Como você avalia o sistema de ensino brasileiro, principalmente o universitário? O ensino é inclusivo ou exclusivo? Trata-se de um espaço democrático? Alias, cabem os corpos fora da norma na universidade? Cabe à diversidade na universidade ou ela é apenas um logotipo estampado que invisibiliza a real realidade?
8. Tendo em vista que a universidade sempre foi ocupada pelos corpos cisheteronormativos que produziram e ainda tem produzido uma ciência machista, LGBTQI+fóbica, misógina, racista, classista, etc. há resistências quanto ao seu transito, seu direito ao nome social, sua expressão de gênero, as questões raciais e classistas, seu direito de voz e de luta e quanto as suas produções científicas nesse lugar? Seu posicionamento de vida é validado aqui?

9. Como é ser gênero não binário no país que mais mata pessoas LGBTQI+ do mundo?

EIXO III: (arte, representatividade, lugar de fala e juventude).

Temos acompanhado nas diversas mídias que nos são disponíveis o surgimento cada vez mais frequente de jovens que se utilizam da arte, especificamente da música e do corpo enquanto instrumento da expressão do desejo, que se materializa em performances artísticas reivindicatórias da vida em seus múltiplos arranjos. São, portanto corpos jovens subversivos e contestatórios de qualquer tipo de enclausuramento identitário binário, que borram as barreiras do corpo e se reinventam em corporalidades performáticas, expressando-se em outras estéticas e estilos de vida, cuja matéria de (trans)form(a)ção é a transgressão do corpo socialmente imposto.

1. Gostaríamos de saber se você encontra essa representatividade nas performances artísticas que tem emergido? Quais suas referências e por quê?
2. No seu cotidiano há alguma subversão através da arte? A arte é ferramenta para inventar outros tipos de desejos, tornando as injúrias em potências? Poderia nos falar um pouco de seu ponto de vista?
3. Ao fazermos uma varredura referencial verificamos que há pouquíssimas produções acadêmicas acerca das vivências não binárias, o que nos leva a pensar na invisibilização desses corpos também pela ciência e no quanto a academia tem se negado a problematizar essas questões. Perguntamos então: como você avalia nossa pesquisa? Tendo em vista meu posicionamento de vida e meu lugar de fala enquanto jovem gay, mas binário, é possível dialogarmos juntos? É possível narrar as suas experiências a partir desse encontro?
4. Sendo o corpo ponto de partida e chegada dos afetos que nos atravessam, sendo essa matéria produto de metamorfoses e subversões, perguntamos o seguinte: o que pode um corpo não binário?